

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Vanessa Lazzaretti Picolotto

**A AGRICULTURA FAMILIAR E GERAÇÃO DE NOVIDADES NO
CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: O FEIRÃO COLONIAL DE
SANTA MARIA-RS**

Santa Maria, RS
2021

Vanessa Lazzaretti Picolotto

**A AGRICULTURA FAMILIAR E GERAÇÃO DE NOVIDADES NO CONTEXTO DA
PANDEMIA DA COVID-19: O FEIRÃO COLONIAL DE SANTA MARIA-RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gisele Martins Guimarães

Santa Maria, RS
2021

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Picolotto, Vanessa Lazzaretti
A AGRICULTURA FAMILIAR E GERAÇÃO DE NOVIDADES NO
CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: O FEIRÃO COLONIAL DE
SANTA MARIA-RS / Vanessa Lazzaretti Picolotto.- 2021.
110 f.; 30 cm

Orientadora: Gisele Martins Guimarães
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós
Graduação em Extensão Rural, RS, 2021

1. Geração de Novidades 2. Agricultura Familiar 3.
Economia Solidária I. Guimarães, Gisele Martins II.
Título.

sistema de geração automática de ficha catalográfica da usm. dados fornecidos pelo
autor(s). sob supervisão da direção da divisão de processos técnicos da biblioteca
central. bibliotecária responsável paula schoenfeldt patta cmu 10/1728.

Declaro, VANESSA LAZZARETTI PICOLOTTO, para os devidos fins e sob as
penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de
curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações
necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão
devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte
dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro
grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente
declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade,
entre outras consequências legais.

Vanessa Lazzaretti Picolotto

A AGRICULTURA FAMILIAR E GERAÇÃO DE NOVIDADES NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: O FEIRÃO COLONIAL DESANTA MARIA-RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural**.

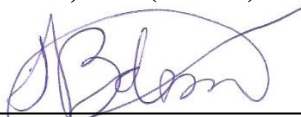
Aprovada em 17 de dezembro de 2021.

**Gisele Martins Guimarães, Dra (UFSM) – Videoconferência
(Presidente/Orientadora)**

**Janaína Balk
Brandão**

Digitally signed by Janaína Balk Brandão
DN: CN=Janaína Balk Brandão, O=DEAER/PPGErR,
OU=Universidade Federal de Santa Maria,
E=janaina-balk-brandao@ufsm.br, C=BR
Reason: I am approving this document
Location: your signing location here
Date: 2022.03.24 13:48:13+01'00'
Foxit PDF Reader Version: 11.0.1

Janaína Balk Brandão, Dra (UFSM) – Videoconferência



Tatiana Aparecida Bailem, Dra (UFSM) - Videoconferência

Santa Maria, RS

2021

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas que de alguma forma estiveram presentes ou contribuíram para a conclusão desta etapa acadêmica, meu sincero agradecimento.

Primeiramente agradeço minha família pelo apoio, carinho e compreensão em todos os momentos. Em especial minha mãe Salete e meu pai Antônio Jurandir por todo apoio e suporte durante este período, é a força que vejo em vocês que me permite seguir lutando

Agradeço ao meu irmão Everton por todo incentivo para iniciar e jamais desistir dos meus sonhos, e a minha cunhada Neila pela acolhida e incentivo em todos os momentos. Ao meu irmão Cleverson pelo apoio durante esta jornada. E ao meu querido e amado sobrinho Inácio que é a luz que ilumina meus dias.

Minha gratidão especial a minha querida orientadora Gisele Martins Guimarães, por todos os momentos compartilhados, por todas as conversas, trocas de conhecimento e por todo o apoio nos bons momentos e principalmente nos momentos difíceis, em que além de orientadora se tornou uma grande amiga.

Aos meus queridos colegas e amigos do mestrado, agradeço pelas conversas, pelos cafés nos intervalos das aulas, pelas confraternizações e por cada momento que compartilhamos. Em especial as melhores amigas que encontrei no mestrado: Larissa, Bruna, Priscila, Gisele e Fernanda as levarei eternamente em meu coração.

Agradeço o suporte financeiro da Capes durante o primeiro ano do mestrado. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Meu muito obrigada a banca professora Janaína Balk Brandão e professora Tatiana Balem por terem aceitado participar desse momento tão importante.

RESUMO

A AGRICULTURA FAMILIAR E GERAÇÃO DE NOVIDADES NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: O FEIRÃO COLONIAL DE SANTA MARIA-RS

AUTORA: Vanessa Lazzaretti Picolotto

ORIENTADORA: Prof. Dra. Gisele Martins Guimarães

A geração de novidades na agricultura familiar acontece buscando melhorar ou solucionar problemas de ordem social ou econômica enfrentados pelos agricultores. A produção de novidades envolve um processo que busca criar e/ou inventar novas formas de realizar tarefas cotidianas dos agricultores. A agricultura familiar vem se adaptando e induzindo mudanças que muitas vezes não são consideradas significativas no contexto global, mas em seu contexto familiar (microsocial) fazem toda diferença, e é nos momentos de crise que essa categoria política (a agricultura familiar) mostra sua resiliência e reinventa-se. Com a chegada da pandemia, em 2020, os agricultores familiares sofreram impactos econômicos devido ao isolamento social estabelecido a fim de conter a propagação do novo coronavírus e evitar o colapso do sistema de saúde. Esta dissertação identifica as novidades na comercialização geradas por agricultores familiares do Feirão Colonial enquanto estratégias de resiliência durante a pandemia de Covid-19. Foi analisado o caso dos agricultores familiares do Feirão Colonial, organizados coletivamente a partir dos princípios da economia solidária. Inicialmente realizou-se uma aproximação com os feirantes, realizando as observações iniciais sob a perspectiva da observação participante, que permitiu escolher a amostra de oito agricultores familiares que estavam promovendo novidades na comercialização, divulgação e geração de novos produtos. Após a delimitação e identificação dos feirantes foram realizadas as entrevistas semiestruturadas. Conclui-se que com a chegada da pandemia a queda nas vendas foi de 30% e 60% entre o grupo pesquisado. Dessa forma, os agricultores precisaram se reinventar e criar novas estratégias para vender. É assim que algumas redes sociais e dispositivos de mensagem que anteriormente a pandemia não eram muito exploradas para estes fins, começam a ser utilizados para a divulgação e comercialização de produtos. As estratégias geradas pelos agricultores se deram através da divulgação de seus produtos em mídias digitais como: *WhatsApp*, *Facebook*, *Instagram*, construção de sites e ainda divulgação de produtos e promoções em rádios locais. As novidades geradas no contexto do Feirão Colonial apontam para algumas “forças” acionadas que podem ter sido facilitadoras para a construção de “coisas novas”, como o acesso à informação, formação, organização social e orientação técnica. O espaço do Feirão Colonial que se constitui como um importante local de trocas de experiências, formação e capacitação dos sujeitos. A participação de várias instituições de ensino, pesquisa e extensão vêm possibilitando a formação de consciência e autonomia para as tomadas de decisões. Assim, o resultado das interações entre os grupos que partilham do mesmo espaço, acaba por promover motivações para gerar novidades. Outro elemento importante é a projeção do Projeto Esperança/Cooesperança, através da realização da FEICOOP que pode ser considerado como “força acionada, onde as experiências das jornadas formativas e a Feira Virtual lançaram importantes sementes e desafios para a introdução dos agricultores no universo *E-commerce*.

Palavras-chave: Geração de Novidades. Agricultura Familiar. Economia Solidária.

ABSTRACT

FAMILY AGRICULTURE AND THE GENERATION OF NEWS IN THE CONTEXT OF THE COVID-19 PANDEMIC: THE COLONIAL FEIRÃO DE SANTA MARIA-RS

AUTHOR: Vanessa Lazzaretti Picolotto
ADVISER: Prof. Dr. Gisele Martins Guimarães

The generation of novelties in family farming occurs to improve or solve social or economic problems faced by farmers. The production of novelties involves a process that seeks to create and/or invent new ways of performing farmers' daily tasks. Family farming has been adapting and inducing changes that are often not considered significant in the global context, but which in its family (micro-social) context make a difference, and it is in times of crisis that this political category (family farming) shows its resilience and reinvents itself. With the arrival of the pandemic in 2020, family farmers suffered economic impacts due to the social isolation established to contain the spread of the new coronavirus and avoid the collapse of the health system. This dissertation identifies novelties in marketing-generated by family farmers in Feirão Colonial as resilience strategies during the Covid-19 pandemic. The case of the family farmers of Feirão Colonial, organized collectively based on the principles of solidarity economy, was analyzed. Initially, an approach was made with the market traders, making the first observations from the perspective of participant observation, which allowed choosing the sample of eight family farmers who were promoting innovations in marketing, dissemination, and generation of new products. After the delimitation and identification of the marketers, semi-structured interviews were conducted. It is concluded that with the arrival of the pandemic, the drop in sales was 30% and 60% among the group surveyed. Thus, farmers had to reinvent themselves and create new strategies to sell. Thus, some social networks and messaging devices that before the pandemic was not widely exploited for these purposes, began to be used for the dissemination and marketing of products. The strategies generated by farmers occurred through the dissemination of their products in digital media such as WhatsApp, Facebook, Instagram, the construction of websites, and also the dissemination of products and promotions on local radios. The novelties generated in the context of the Colonial Farm Fair point to some activated "forces" that may have been facilitators of the construction of "new things", such as access to information, training, social organization, and technical guidance. The space of the Colonial Farm constitutes an important place for the exchange of experiences, formation, and training of the subjects. The participation of several teaching, research, and extension institutions has made possible the formation of awareness and autonomy for decision-making. Thus, the result of the interactions between the groups that share the same space ends up promoting motivations to generate novelties. Another important element is the projection of the HOPE/CO HOPE project through FEICOOP, which can be considered a "force", where the experiences of the training days and the Virtual Fair have thrown important seeds and challenges for the introduction of farmers in the universe of e-commerce.

Keywords: Novelty Generation. Family Agriculture. Solidarity Economy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Organograma da metodologia de pesquisa	21
Figura 02 - Perspectiva histórica da criação, evolução e marcos legais da SAN no Brasil	34
Figura 03 - Índice de Segurança/Insegurança alimentar	38
Figura 04 - Pirâmide organizacional	50
Figura 05 - Diferenças entre “modelos” econômicos	52
Figura 06 - Ações e projetos ligados ao Projeto Esperança/Coesperança	59
Figura 07 - Card de divulgação da FEICOOOP 2020 – Edição Especial On-Line	64
Figura 08 - Card de divulgação atividades da 1ª Jornada Formativa da FEICOOOP	65
Figura 09 - <i>Print Screen</i> de Atividade Autogestionária transmitida pelo <i>Facebook</i>	66
Figura 10 - <i>Print Screen</i> de Seminário Estruturante transmitido pelo <i>Facebook</i>	66
Figura 11 - Card de divulgação Feira Virtual	67
Figura 12 - <i>Print screen</i> da página do <i>Facebook</i> da Feira Virtual	68
Figura 13 - Localização geográfica de Santa Maria, local da pesquisa	72
Figura 14 - Card em comemoração aos 29 anos do Feirão Colonial	73
Figura 15 - Um sábado no Feirão	74
Figura 16 - Mapa de localização da Quarta Colônia e proximidade com Santa Maria-RS	81
Figura 17 - As mídias digitais na comercialização	91

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 -	Número de empreendimentos por edição da FEICOOP	61
Gráfico 02 -	Número de pessoas por edição da FEICOOP	62
Gráfico 03 -	Número de Estados brasileiros por edição da FEICOOP	63
Gráfico 04 -	Número de países por edição da FEICOOP	63
Gráfico 05	Segmentos dos empreendimentos produtores de alimentos participantes da Feira Virtual de Economia Solidária - FEICOOP 2020	68
Gráfico 06 -	Interações no grupo do <i>Facebook</i> da Feira Virtual	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Principais Programas Temáticos –PPA (2012-2015)	35
Quadro 02 - Espécies escolhidas para identificação dos entrevistados	78
Quadro 03 - Perfil dos agricultores entrevistados	79
Quadro 04 - Principais produtos produzidos por família	84

LISTA DE SIGLAS

ANATER	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOESPERANÇA	Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos
COVID	Corona Virus Disease
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSA	Comunidade que Sustenta a Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DETR-RS	Departamento Estadual de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul
DNRT / CUT	Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
EMATER-RS	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FEICOOP	Feira Internacional de Cooperativismo
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FSM	Fórum Social Mundial
IAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
IFFAR	Instituto Federal Farroupilha
ITES	Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MST	Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PACs	Projetos Alternativos Comunitários

PNAE	Programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRE	Pró-Reitoria de Extensão
PRONAF	Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SARS	Síndrome Respiratória Aguda Grave
SIM	Serviços de Inspeção Municipal
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.2	OBJETIVOS	18
1.2.1	Objetivo Geral	18
1.2.2	Objetivos Específicos	18
1.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
2	CAPÍTULO 2 - PONTO DE PARTIDA: A AGRICULTURA FAMILIAR COMO CATEGORIA SOCIOPOLÍTICA	22
2.1	DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA À EMERGÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO CATEGORIA SOCIOPOLÍTICA	24
3	CAPÍTULO 3 - AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR: DESAFIOS NO CONTEXTO DA PANDEMIA PROVOCADA PELA COVID-19	33
3.1	IMPACTOS DA PANDEMIA NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	37
3.2	GERAÇÃO DE NOVIDADES NA AGRICULTURA FAMILIAR	44
4	CAPÍTULO 4 - A EXPERIÊNCIA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA DO PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA DE SANTA MARIA-RS: DA FEICOOP AO FEIRÃO COLONIAL	50
4.1	A ECONOMIA SOLIDÁRIA	51
4.2	O PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA DE SANTA MARIA: DA SEMEADURA À COLHEITA DE NOVAS OPORTUNIDADES	57
4.2.1	A Feira Internacional do Cooperativismo – FEICOOP	61
4.2.2	Geração de Novidades na FEICOOP	64
4.3	O FEIRÃO COLONIAL: COOPERAÇÃO E FORMAÇÃO PARA GERAÇÃO DE NOVIDADES	71
5	CAPÍTULO 5 - IMPACTOS DA PANDEMIA E GERAÇÃO DE NOVIDADES PELA AGRICULTURA FAMILIAR NO FEIRÃO COLONIAL	77
5.1	DO PRODUZIR AO COMERCIALIZAR	83
5.2	REFLEXOS DA PANDEMIA NO FEIRÃO COLONIAL	86
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93

REFERÊNCIAS	96
APÊNDICE A	108
APÊNDICE B	109

1 INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 que assola o mundo desde o início de 2020 contabiliza no Brasil milhões de infectados e centenas de milhares de mortes. Trazendo através de seu alto grau de contágio uma série de restrições necessárias para o controle da disseminação do vírus, que impactam diretamente em diversos setores econômicos, em especial a agricultura familiar através de restrições de circulação, fechamento ou restrições de canais de comercialização, como PNAE (...), e feiras.

De acordo com as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil adotou por parte das distintas esferas de poder federativo medidas de isolamento social para minimizar o contágio e evitar ou reduzir o risco e possível colapso da saúde pública. Os impactos decorrentes das medidas de isolamento social atingem dois elos já fragilizados da cadeia produtiva de alimentos, primeiramente os consumidores de baixa renda, que sentiram os efeitos da diminuição de locais de aquisição e a elevação dos preços dos alimentos e na outra ponta, a agricultura familiar, que enfrenta dificuldades no escoamento de alimentos devido ao isolamento social, o que resultou em uma redução nos seus habituais pontos de comercialização (BREITENBACH, 2021).

A pandemia teve um impacto agressivo e global em uma grande parte da sociedade (BATISTA; SOUZA; TEIXEIRA, 2020)., e é nesse contexto grave e atípico, que surge a preocupação de como assegurar a oferta de alimentos em quantidade e qualidade suficientes à população. Ao mesmo tempo em que surge o temor do desabastecimento alimentar levanta-se a discussão sobre a importância da agricultura familiar para o abastecimento local. Segundo dados do Censo (2017) no Brasil ela representa 77% dos estabelecimentos agropecuários, correspondendo a 3.897.40 milhões de agricultores familiares. A produção familiar responde por 90% da base econômica dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, além de representar cerca de 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros (IBGE, 2017).

Segundo Gazolla e Aquino (2021) a pandemia não atingiu a todos os atores sociais que compõem o sistema alimentar da mesma forma. Dentro da agricultura familiar os grupos sociais que a compõem foram afetados de diferentes formas e tiveram práticas e estratégias diferentes diante do contexto apresentado. O grupo dos agricultores que produzem grãos, *commodities* e tem contratos de integração agroindustrial não tiveram problemas de fechamento de mercados, sendo atingidos de forma mais branda pela pandemia. Essa situação foi diferente para os agricultores familiares pobres que têm como característica a “baixa produção agropecuária, múltiplas carências de ativos e altos índices de vulnerabilidade social,

o que torna sua sobrevivência dependente das políticas de transferência de renda do Estado e da pluriatividade” (GAZOLLA e AQUINO, 2021, p. 429), e ainda de canais alternativos de comercialização, como as feiras de produtores

Os agricultores familiares não inseridos em cadeias agroalimentares tradicionais foram os mais prejudicados pela pandemia. Estes agricultores que comercializam seus produtos em feiras livres, entregas em restaurantes, hotéis, mercados, entre outros, tiveram suas opções de escoamento da produção reduzidas comprometendo assim a renda dessas famílias, uma vez que as oscilações de mercado são sentidas com maior intensidade pelos pequenos produtores e principalmente os trabalhadores da agricultura familiar (BATISTA; SOUZA; TEIXEIRA, 2020).

Segundo Breitenbach (2021) destaca que os agricultores familiares inseridos em cadeias curtas são menos atingidos por restrições internacionais, em função do vínculo que possuem com o território e maior proximidade com o consumidor. O segmento da agricultura familiar que produz e comercializa em cadeias curtas historicamente estabelecidas na oferta presencial de produtos, tem enfrentado dificuldades de reprodução durante a pandemia.

Por outro lado, os agricultores familiares demonstram capacidade de superação de problemas a partir da construção de estratégias diferenciadas de produção e comercialização, seja na produção de alimentos de base ecológica ou comercialização direta de produtos carregados de sentidos, saberes locais e, mais recentemente, relações de comercialização através da internet, por meio de redes sociais, aplicativos e entre outros (FUTEMMA et al 2021).

Araújo; Canteri; Bittencourt (2021) destacam que a comercialização de alimentos realizada por agricultores familiares via redes sociais já acontecia anteriormente à pandemia, principalmente produtores orgânicos e agroecológicos que utilizam o aplicativo de mensagem *WhatsApp* ou outras redes sociais como *Facebook* e *Instagram*. Porém a apropriação desses canais, de forma mais expressiva, se deu a partir dos dois últimos anos em função dos desafios de comercialização dos produtos impostos pela pandemia da Covid-19.

Agricultores familiares que anteriormente comercializavam seus produtos de maneira *face to face*, como os agricultores feirantes, passam a construir novos canais de comercialização, como cestas entregues em casa ou uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como estreitamento das relações entre produtores e consumidores. Isso porque, em função do medo gerado pela pandemia, muitos consumidores optaram por não sair de casa para fazer compras, utilizando os meios digitais para isso (PICOLOTTO; GUIMARÃES, 2020).

No entanto, faz-se importante atentar para o fato de que essas formas inovadoras de comercialização, que se apresentam como uma estratégia emergencial, também expõe uma fragilidade da agricultura familiar, que é a baixa inserção digital, resultante principalmente da baixa escolaridade dos agricultores, da idade maior e da disponibilidade de internet em áreas rurais remotas (BREITENBACH, 2021). O Censo Agropecuário (2017) estima que 5,07 milhões de estabelecimentos rurais (72%) não possuem acesso à internet.

Apesar das dificuldades com a inserção em meios digitais, muitos agricultores estão aderindo ao mundo tecnológico e comercializando seus produtos de um jeito novo. Buscando driblar a crise, a internet vem se tornando uma aliada dos agricultores durante a pandemia, onde os que possuem internet estão conseguindo escoar e garantir renda para a família a partir de novas formas de comercialização (BREITENBACH, 2021).

Diante deste cenário, esta dissertação aborda a temática da agricultura familiar, segurança alimentar e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), a partir da abordagem de Jan Douwe van der Ploeg e Sergio Schneider, que tratam da geração de novidades na agricultura familiar. Como recorte de um tempo histórico busca-se conhecer as estratégias de comercialização adotadas pelos agricultores familiares como resiliência e capacidade de superação das crises geradas durante a pandemia da Covid-19, nos anos de 2020 e metade de 2021.

Como pesquisa empírica apresenta-se o caso dos agricultores familiares que comercializam seus produtos no Feirão Colonial de Santa Maria-RS. Este, um terminal de comercialização de produtos de pequenos empreendedores rurais e urbanos e referência em Economia Solidária no Rio Grande do Sul. Com 29 anos de existência, o Feirão Colonial recebe a cada sábado de manhã, centenas de consumidores que buscam por produtos da agricultura familiar e de pequenos artesãos.

Compreender o impacto da pandemia na comercialização dos produtos dos agricultores do Feirão Colonial e conhecer as novidades geradas por eles em um contexto de resiliência constitui os esforços desta dissertação. Diante disso, pergunta-se: Quais novidades na comercialização foram geradas pelos agricultores familiares do Feirão Colonial como estratégia de resiliência durante a pandemia de Covid-19?

Buscando responder esta questão, o presente trabalho está dividido em 5 capítulos. O primeiro comporta a introdução e os procedimentos metodológicos do trabalho. O segundo capítulo aborda qual o lugar da Agricultura Familiar no processo de modernização da agricultura e como se dá a emergência da Agricultura Familiar como categoria sociopolítica,

além de mostrar o enfraquecimento das políticas públicas destinadas à Agricultura Familiar nos últimos anos.

O terceiro capítulo disserta sobre a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o papel da Agricultura Familiar enquanto promotora de SAN, além de mostrar os impactos da pandemia de Covid-19 no Brasil nestes setores, e teorizar sobre a geração de novidades que está presente no cotidiano dos agricultores familiares.

O quarto capítulo apresenta a estrutura organizacional do Projeto Esperança/Coesperança e sua relação com as ações de economia solidária, versando sobre a economia solidária, as instituições de formalização e fomento a esta, além da apresentação do projeto e suas ações e por fim, o Feirão Colonial, foco da pesquisa.

O quinto capítulo mostra os impactos da pandemia no Feirão Colonial, identificando as novas estratégias de comercialização e divulgação de produtos utilizados pelos feirantes, a fim de amenizar as perdas econômicas causadas pela pandemia.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

- Identificar/ conhecer as novidades na comercialização geradas por agricultores familiares do Feirão Colonial em meio a pandemia de Covid-19

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar os impactos da pandemia nas dinâmicas de comercialização dos agricultores familiares do Feirão Colonial.
- Conhecer as novidades geradas pelos agricultores familiares do Feirão Colonial, no que se refere às estratégias de comercialização dos produtos (como estratégia de resiliência).
- Compreender como as novidades são geradas identificando as forças que são acionadas: informação, formação, organização social e orientação técnica.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este foi um projeto desafiador, surgido em meio a pandemia do Coronavírus, em que as incertezas sobre a viabilidade da sua execução foram constantes. Em um momento em que

as pessoas precisaram realizar isolamento social e ao mesmo tempo adaptar suas formas de trabalho, relacionamento, consumo, comercialização e convivência, o presente trabalho foi sendo construído e desenvolvido ao mesmo tempo em que o número de afetados e de mortes ocasionadas pelo coronavírus crescia em nível assustador. Desta forma este projeto de pesquisa nasceu como resiliência da própria pesquisadora, que precisou se reconstruir.

O direcionamento da pesquisa se deu mediante observação de mudanças comportamentais identificadas na sociedade neste contexto. Constatou-se o estabelecimento de novas estratégias de comercialização, que se desenvolveram através da necessidade de restabelecer a renda dos produtores, a qual sofreu perdas significativas no início da pandemia em virtude da diminuição de consumidores no Feirão Colonial.

Com o intuito de identificar novidades geradas por agricultores familiares como forma de resiliência durante a pandemia, utilizou-se a abordagem de pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa deve ser entendida como um modelo de investigação social que procura ir além dos elementos objetivos da realidade concreta. Procura captar os significados que os atores atribuem àquilo que fazem, valoriza a cultura, a autodefinição, as relações sociais e de poder, enfim, busca a qualidade da investigação social.

Assim, segundo Melucci (2005), sob o ponto de vista qualitativo a pesquisa social deve considerar a capacidade que os atores têm de “construírem o sentido da ação no interior das redes de relações que permitem partilhar a produção de significados”. Neste campo de observação a ação não é mais simples comportamento, mas construção intersubjetiva dos significados através de relações (MELUCCI, 2005, p. 40).

Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Segundo Deslauriers (1991, p. 58) apud Gerhardt e Silveira (2009, p. 32):

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objeto da amostra é produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS (1991, p. 58) apud GERHARDT e SILVEIRA (2009, p. 32).

Com base na abordagem qualitativa, realizou-se um estudo do tipo exploratório. Segundo Gil (2008) a pesquisa exploratória tem como objetivo propiciar uma aproximação

com o problema, além de permitir o aperfeiçoamento de ideias através de um planejamento flexível que possibilite considerar as variações de aspectos relativos ao fato estudado.

A pesquisa exploratória é realizada sobre uma questão de pesquisa que geralmente possui pouco ou nenhum estudo anterior a seu respeito. O objetivo desse tipo de estudo não é testar ou confirmar uma determinada hipótese, e sim realizar descobertas em situações novas. Este tipo de pesquisa envolve “levantamentos bibliográficos e entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado” (GIL, 2008, p. 41).

Corroborando com o enfoque de estudo definido para o delineamento e elaboração desta pesquisa, utilizou-se como procedimento metodológico o estudo de caso. Para Yin (2005, p. 32), “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”.

Foi analisado o caso dos agricultores familiares do Feirão Colonial, organizados coletivamente a partir dos princípios da economia solidária, como autogestão, cooperação e solidariedade. A escolha do estudo de caso único se deu por compreender que o grupo estudado pertence a uma organização social de economia solidária (A COOESPERANÇA) e que a partir de uma estrutura organizacional coletiva, acessam informações e oportunidades enquanto grupo.

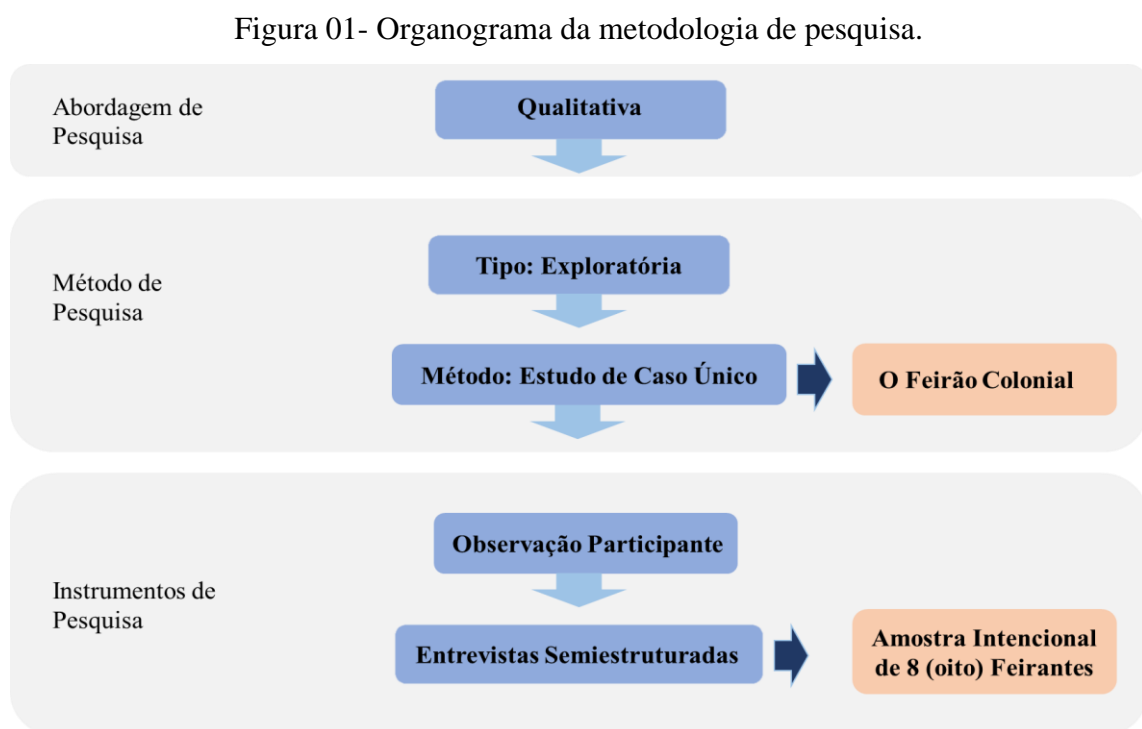
Buscou-se inicialmente realizar uma aproximação com os feirantes, realizando as observações iniciais sob a perspectiva da observação participante. Segundo Minayo (2001) a observação “se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos”. O observador se insere no contexto dos observados e assim pode “captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real” (MINAYO, 2001, p. 60).

A observação participante foi possível devido a pesquisadora atuar neste período como aluna estagiária do projeto Fomento à Economia Solidária na Região Central do Rio Grande do Sul, que está inserido no Feirão Colonial. A atuação da pesquisadora junto ao projeto se deu no período de junho de 2020 a agosto de 2021, o que permitiu escolher a amostra num universo de aproximadamente 100 feirantes. Através desta aproximação inicial com o grupo estudado propiciada pela observação participante foram então escolhidos oito entrevistados que estavam promovendo novidades na comercialização, divulgação e geração de novos produtos.

Já com a delimitação e identificação dos feirantes que fariam parte da pesquisa, no dia 19 de julho de 2021 foram realizadas as entrevistas semiestruturadas, o segundo instrumento de pesquisa. Buscando conhecer questões como escolaridade, mão de obra na propriedade, presença de internet na propriedade, locais que realiza comercialização dos produtos, vendas através de meios digitais, redução de vendas durante a pandemia, venda de algum novo produto durante a pandemia, dificuldades enfrentadas durante a pandemia (comercialização, produção, obtenção de insumos) e redução nas vendas foram abordadas junto aos entrevistados.

As entrevistas semiestruturadas consistem em uma técnica de coleta de dados que ocorre mediante comunicação entre entrevistado e pesquisador, este que direciona a entrevista de acordo com seus objetivos (DUARTE, 2002). Segundo Minayo; Costa (2018, p.143) entrevista semiestruturada apresenta a combinação de um roteiro pré estabelecido com questões já elaboradas e questões abertas, dessa forma o “entrevistador tem um controle maior sobre o que pretende saber sobre o campo e, ao mesmo tempo, dar espaço a uma reflexão livre e espontânea do entrevistado sobre os tópicos assinalados”.

Para melhor visualização dos procedimentos metodológicos adotados nesta dissertação, segue o organograma (Figura 01) com os passos da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

CAPÍTULO 2 - PONTO DE PARTIDA: A AGRICULTURA FAMILIAR COMO CATEGORIA SOCIOPOLÍTICA

A agricultura familiar está presente cotidianamente na casa dos brasileiros, seja na produção de alimentos como leite, frango, feijão e mandioca, ou no processamento dessas matérias primas a partir das agroindústrias familiares processadoras de queijos, embutidos cárneos, geleias e farináceos. Fato é que cerca de 70% de tudo que é consumido na mesa dos brasileiros vem da agricultura familiar (IBGE, 2017).

A contribuição da agricultura familiar vai além da produção de alimentos, está nos aspectos culturais de consumir alimentos produzidos de forma artesanal e na tradição¹ do consumo de alimentos com sentidos e significados. Com a reestruturação dos mercados agroalimentares, se observa uma grande demanda por produtos orgânicos, com denominação de origem e da agricultura familiar, que passaram a ser associados à tradição, à natureza, ao artesanal e ao local – conjunto de valores que passam a ser valorizados pelos consumidores (NIEDERLE, 2014).

Dentre os conceitos que a define, a agricultura familiar apresenta algumas características que a tornam peculiar, como a predominância da pequena propriedade² onde a produção e gestão é realizada pela própria família, com eventual contratação externa. A diversidade dos sistemas de produção, onde a policultura possui destaque evidenciando ainda fenômenos de multifuncionalidade³ e pluriatividade⁴ como estratégias de geração de trabalho e renda para além das atividades agrícolas, como a agroindustrialização dos alimentos. Neste

¹Segundo a definição Ginsberg, tradição é “a soma de todas as ideias, hábitos e costumes que pertencem a um povo e são transmitidos de geração em geração”. O autor expõe que não seria errôneo defini-la como “herança geracional”, pois o seu modo de operação assemelha-se ao da “hereditariedade biológica”. Onde ela modela a ação e determina o comportamento, e se torna essencialmente um princípio de continuidade, “transmitindo às idades futuras as realizações do passado” (GINSBERG, 1966, p.114).

² A lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 que estabelece diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, define a área máxima da propriedade em 4 (quatro) módulos fiscais para ser considerado agricultor familiar.

³ O conceito de multifuncionalidade da agricultura é citado pela primeira vez na ECO 92. Segundo Laurent (1999) a multifuncionalidade pode ser definida como o “conjunto das contribuições da agricultura para um desenvolvimento econômico e social considerado na sua globalidade”. Carneiro e Maluf (2003, p. 19) reiteram que a “multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos”.

⁴Schneider define a pluriatividade como uma forma de organização familiar que “refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção” (SCHNEIDER, 2003, p.23).

sentido, abordar a agricultura familiar é sempre complexo e diverso, tal qual ela se apresenta nas diferentes regiões brasileiras.

Além disso, a produção de alimentos evidencia a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar do País. Dados do último Censo Agropecuário destacam a participação significativa da agricultura familiar nos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros. Nas culturas permanentes, o segmento produz 48% de café e banana, já nas culturas temporárias responde pela produção de 80% da mandioca, 69% do abacaxi e 42% do feijão. Na pecuária é responsável pela produção de 64% do leite *in natura* e concentra 31% do rebanho bovino, 51% dos suínos e 46% das aves (IBGE, 2017).

A agricultura familiar colabora diretamente com a geração de emprego e renda no campo, e com a permanência de jovens no meio rural. Dados do Censo Agropecuário de 2017 apontam que 77% dos estabelecimentos agropecuários do país são considerados como Agricultura Familiar e que esta é responsável por empregar mais de 10 milhões de pessoas, representando 67% das pessoas ocupadas no meio rural (IBGE, 2017).

A presente seção busca relacionar a agricultura familiar como estratégica para a segurança alimentar do País. Para tanto apresenta uma breve “linha do tempo” sobre a emergência da Agricultura familiar como categoria sociopolítica. Parte-se aqui da modernização conservadora da Agricultura Brasileira como a principal estratégia de crescimento econômico adotada pelo País a partir dos anos 50.

Com ela foi possível a estruturação de todo um setor industrial de abastecimento à agricultura, desde os insumos, maquinários, sementes modificadas, melhoramento genético dos animais, crédito subsidiado e assistência técnica, até a estruturação dos grandes complexos agroindustriais. Desta forma, sob o ponto de vista da produção foi uma estratégia de êxito, aumentando a produtividade dos sistemas e as exportações de commodities, como o milho na década de 60 e a soja na década de 70 (THOMPSON; SCHUH, 1978; BONATO; BONATO, 1987).

Porém, no quesito socioambiental não teve o mesmo êxito onde a partir de políticas excludentes e voltadas para o mercado exportador, milhões de famílias deixaram o campo entre os anos 80 até meados de 1990, seja por falta de oportunidades de postos de trabalho ou pela impossibilidade destes de acessarem políticas públicas condizentes com suas realidades de pequena escala voltada para abastecimento do mercado interno.

Além disso, uma série de problemas ambientais passam a ser emergentes como erosão do solo, contaminação de lençol freático e impactos na biodiversidade. Por estas e outras razões, abordar o processo modernizador da agricultura brasileira é fundamental para que se

compreenda as raízes da estrutura fundiária do País e ainda a evolução das políticas públicas nacionais que subsidiam o “Agro é Pop”⁵. A partir deste contexto desenvolvimentista é possível então compreender as pautas da agricultura familiar e conhecer suas estratégias de reprodução socioeconômica ao longo dos tempos.

Assim esta seção aborda as seguintes questões? Qual o lugar da agricultura familiar na modernização agrícola? Como se dá a emergência desta como categoria sociopolítica?

2.1 DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA À EMERGÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO CATEGORIA SOCIOPOLÍTICA

O processo de modernização da agricultura no Brasil teve início na década de 50 através da importação de meios de produção mais modernos, buscando avançar o desenvolvimento rural e superar problemas sociais e econômicos ainda existentes. Porém, é apenas na década de 60 que esse processo é concretizado, quando é implantado no país um setor industrial voltado para a produção de equipamentos e insumos agrícolas. Visando avançar da agricultura tradicional totalmente dependente da natureza para uma agricultura mecanizada (TEIXEIRA, 2005).

Com os avanços tecnológicos na área produtiva da agricultura, produtores buscando cada vez mais rentabilidade e o crescente avanço na indústria e na urbanização do Brasil, a modernização do setor agrícola garantiu aumento na oferta de produtos para a exportação, ao mesmo tempo que liberou mão-de-obra para as indústrias, a partir do êxodo rural observado no período de 1980 a 1990 (GRAZIANO DA SILVA, 1995).

Essa transformação começou com a introdução de máquinas e equipamentos, que gradualmente substituíram a força motriz animal e humana nas propriedades. É neste momento que através da pressão de indústrias de equipamentos e insumos para que os agricultores se modernizem, ocorre a introdução de insumos agrícolas, como fertilizantes e agrotóxicos nas propriedades. A modernização agrícola seguiu um modelo capitalista, foi conservadora e excludente, beneficiando algumas regiões, alguns produtores e algumas

⁵A campanha publicitária desenvolvida pela Rede Globo de Televisão, campanha esta que faz referência ao agronegócio brasileiro “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo” teve início em junho de 2016. Alguns dos temas tratados, entre produtos agrícolas e de produção animal, foram: frango, café, cana-de-açúcar, milho, arroz, laranja, flores, melão e algodão. As peças têm como formato padrão a apresentação da importância dos produtos agrícolas vindos do campo para consumo da sociedade brasileira. Além disso, enfatizam a quantidade de empregos em determinada atividade agrícola, como também o valor que cada produção movimenta na economia. A campanha consegue construir uma imagem positiva deste sistema produtivo, sendo o agronegócio propagado como a única saída para o dinamismo do campo e modelo de negócio de sucesso (SANTOS, SILVA, MACIEL, 2018, p. 56).

classes sociais. É assim que ocorre o processo de industrialização da agricultura abrindo-se um novo mercado para máquinas modernas e indústrias de insumos, dessa forma aumenta-se a dependência da agricultura em relação a outros setores da economia, principalmente os setores industriais e financeiros (GRAZIANO DA SILVA, 1999; TEIXEIRA, 2005).

Graziano Neto (1986) mostra que o modelo excludente da modernização contribuiu para acentuar as desigualdades sociais do país.

O modelo agrícola, assim como o modelo econômico global, privilegia os grandes capitais excluindo os pequenos. São grandes proprietários que tem mais acesso ao crédito rural, às políticas de comercialização. A tecnologia moderna, por sua vez, é sofisticada, onerosa e não adequada à pequena escala de produção. Um resultado dessa política agrícola que favorece os grandes capitais é a concentração de terra, da miséria e da violência (GRAZIANO NETO, 1986, p 58).

O processo da modernização levou à uma fragilidade ambiental, econômica e social. A vulnerabilidade ambiental é caracterizada pela perda de biodiversidade e subsequente erosão genética. Ou seja, as sementes tradicionais acabaram sendo substituídas por variedades modernas e cientificamente criadas em busca de produtividade e rentabilidade. Segundo Graziano Neto (1985), ocasionou a destruição do solo, o descontrole de pragas e doenças, a perda da qualidade biológica dos alimentos, a contaminação alimentar e humana, poluição e morte da natureza.

Segundo Graziano da Silva (2000) as condições econômicas, sociais e políticas do Brasil indicam que as diferenças entre as distintas classes sociais marginalizam diretamente as classes desfavorecidas, como agricultores de baixo poder aquisitivo, pequenos proprietários de terras e agricultores familiares com áreas restritas. A distribuição desigual de terras e outras mercadorias acentuou a pobreza, mantendo e fortalecendo a estrutura agrícola centralizada. É esta situação e a preferência pela propriedade dos empregadores que levaram à expressão “modernização conservadora” (EHLERS, 1999).

Do ponto de vista econômico, o processo de modernização agrícola é de fundamental importância promovendo fortemente a produção agrícola do país, porém do ponto de vista social e ambiental não teve o mesmo sucesso. O uso de insumos e equipamentos modernos na agricultura não só agrava os problemas ambientais, mas também leva ao aumento do desemprego nas áreas rurais e à migração de trabalhadores rurais para as áreas urbanas, levando à expansão das grandes cidades e a miséria dessa população.

Segundo Teixeira (2005), a Modernização Agrícola no Brasil buscava uma produção de forma mais rápida e com maiores ganhos, para tanto, a agricultura iniciou um processo de

reestruturação objetivando aumentar a produtividade, dessa forma, as grandes propriedades se estabeleceram como modelo socialmente reconhecido e receberam estímulos expressivos na política agrícola.

Enquanto os grandes produtores conseguiram se modernizar dispondo de novas tecnologias, outros com fatores de produção mais escassos como terra e capital, não foram beneficiados pelas políticas de modernização agrícola, onde os investimentos eram destinados àqueles capazes de responder de forma mais quantitativa e imediata aos objetivos da modernização da agricultura como parte da estratégia de crescimento econômico do País.

Neste período alguns agricultores acabaram se vendo obrigados a se desfazer de suas propriedades e assim abandonar o campo, buscando alternativas de sobrevivência em centros urbanos. Outros grupos de agricultores, também em situações de vulnerabilidade, resistiram, e continuaram no meio rural, porém ficaram à margem da modernização que estava acontecendo no País. Essa exclusão de “pequenos agricultores” do processo de modernização acentuou ainda mais a pobreza no meio rural e, com ela, a redução na qualidade de vida dessa população (ALBERTON, 2019).

Através do processo de modernização a agricultura de base familiar, analisada sob o ponto de vista socioeconômico, foi desprezada pelo Estado e pela classe dominante da época, os latifundiários. Nesse período, a agricultura familiar, ou "pequenos agricultores", continuava sendo excluída das ações do governo brasileiro, sob os argumentos de que a agricultura deveria modernizar-se, beneficiaram-se os médios e grandes agricultores, enquanto os pequenos ficaram à margem das políticas públicas de crédito e assistência técnica (SCHNEIDER, 2005).

Mas é a partir da década de 90 que a agricultura familiar passa a ter suas pautas reconhecidas, como resultado de mobilizações realizadas pelos movimentos sociais, sindicatos e organizações que passam a pautar políticas públicas específicas para a categoria, considerando a exclusão desta das estratégias da modernização conservadora da agricultura.

De acordo com Wanderley (2000, p. 36), a partir desse momento, a agricultura familiar passa a ser “reconhecida como um ator social”. Antes, esses agricultores eram vistos apenas como “os pobres do campo”, e assim passaram a ser vistos como exemplos de outra “concepção de agricultura, diversa e alternativa à agricultura latifundiária e patronal, dominante no Brasil”.

O reconhecimento da categoria agricultor familiar que já vinha sendo debatido e reivindicado pelos movimentos sociais, têm um primeiro passo de reconhecimento na 1º

Conferência do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT⁶ (DNTR / CUT) realizada no início dos anos 1990. Segundo Favareto (2006) no documento apresentado pelo congresso, o texto afirmava uma série de “políticas necessárias para a sua reprodução social – financiamento à produção, modelo tecnológico, condições de competitividade e comercialização” (FAVARETO, 2006, p. 36).

Medeiros (2010) expõe que ao final do mesmo Congresso, foi lançado “O Projeto de Desenvolvimento Alternativo Rural Baseado na Agricultura Familiar”. E o termo *Agricultor Familiar* foi oficialmente incorporado pelas lideranças vinculadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e passou a considerar este segmento como prioridade. Nesse momento a bandeira da reforma agrária torna-se uma forma de expandir a agricultura familiar.

Segundo Favareto (2006) em 1992, no Segundo Congresso do Departamento Estadual de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul (DETR-RS), um novo projeto político é apresentado, onde se apresenta as mudanças em suas bandeiras de luta. Deixando-se visível que a expansão e fortalecimento da agricultura familiar se torna prioritário dentro do movimento.

Um projeto Alternativo de Desenvolvimento que garanta a viabilização da Agricultura Familiar implica em: a) um novo modelo tecnológico que leve em conta as questões sociais e ecológicas da produção agrícola; b) novas formas de organização da produção, comercialização, beneficiamento da produção e abastecimento; c) reforma agrária enquanto instrumento para transformação do atual modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira; d) política agrícola diferenciada para o pequeno agricultor; e) pesquisa e extensão rural voltados para o interesse dos trabalhadores; f) construir as bases culturais de um desenvolvimento alternativo, resgatando valores como a solidariedade, a cooperação e estabelecendo uma nova relação homem natureza (DETR-RS, 1992 *apud* MEDEIROS, 2010, p. 142).

Até o início da década de 1990, a agricultura familiar não contava com políticas públicas de cobertura nacional específicas para a categoria. Dessa forma não tendo acesso aos benefícios da política agrícola vigente, como o crédito rural que se destinava quase exclusivamente aos latifundiários. As políticas públicas da época eram consideradas como sendo “meramente instrumental e bastante impreciso no âmbito da burocracia estatal brasileira” (MATTEI, 2005, p. 02).

⁶ Em 1988 a CUT redesenha seu modelo organizacional com a preocupação em comportar os trabalhadores do campo, dessa forma a secretária rural estrutura representativa dos agricultores passa a ser o Departamento Rural indicando que neste momento a CUT passa a dar mais “autonomia ao segmento” (FAVARETO, 2001, p 71).

A ascensão da categoria ocorreu em meados da década de 1990, quando, por causa do poder político assumido pelos Gritos da Terra⁷, após várias mobilizações da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e da CUT e de pequenos produtores em todo o país, o governo finalmente formulou o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), reconhecendo a categoria como objeto de políticas específicas, especialmente crédito. Aos poucos, o plano passou a beneficiar diversos grupos de agricultores (MEDEIROS, 2010).

Até então a Agricultura Familiar brasileira não tinha instrumentos e políticas públicas voltados para a proteção e o desenvolvimento desta categoria social. Criado em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) representa o reconhecimento e a legalização do estado da especificidade de uma nova categoria social - os agricultores familiares. Segundo Schneider, Cazella e Mattei (2004, p. 23), “o programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo”.

O PRONAF, tem destinado volumes significativos de recursos para financiar as atividades produtivas da Agricultura Familiar. Dados do IBGE apontam que nos últimos dez anos, o crescimento do volume de recursos disponibilizados foi exponencial, avançando de 2,3 bilhões de reais em 2003 para 28,9 bilhões de reais em 2016 (BIANCHINI, 2015).

Em paralelo, disponibilizou-se outras políticas públicas, programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além de políticas públicas como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e da criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), de modo a formar uma rede de fomento ao fortalecimento da categoria e propiciar as condições de inclusão da Agricultura Familiar brasileira no mercado nacional e internacional. A criação destes programas especificamente voltados à agricultura familiar “representa o reconhecimento e a legitimação do Estado”, constituindo “uma nova categoria social” que a partir desse momento é designada como “agricultores familiares” (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

A partir de 2003, ficam em evidência as discussões em torno da segurança alimentar e do combate à fome. Nesse contexto, a agricultura familiar adquire o papel de promover o

⁷ Os Gritos da Terra foram um ciclo de mobilizações anuais realizadas pelo movimento sindical, através de manifestações públicas em diversos estados do país, finalizando com um grande ato em Brasília. Tendo como pauta principal a demanda por terra, e com o objetivo de entregar lista de propriedades consideradas improdutivas a autoridades federais (MEDEIROS, 2010).

acesso aos alimentos e garantir a segurança alimentar do país. A concepção de que a agricultura familiar, por meio da criação de canais de comercialização e geração de renda, poderia tornar-se fornecedora de alimentos para escolas, creches, hospitais, presídios, resultou na criação do PAA que tem o objetivo de articular a compra de alimentos da agricultura familiar para redistribuir para a população em vulnerabilidade social, além da formação de estoques e a compra direta de alimentos (GRISA; SCHNEIDER 2015).

A agricultura familiar vai então se estabelecer de forma legal, através da Lei da Agricultura Familiar nº 11.326, 24 de julho de 2006, que define a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais consiste em estabelecer conceitos, princípios e dispositivos a fim de possibilitar a formulação de políticas públicas específicas para a agricultura familiar. A lei considera como agricultor familiar o sujeito que pratica atividades no meio rural e que atende aos seguintes requisitos descritos no Art. 3º.

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

O segundo parágrafo do Art. 3º ainda determina como beneficiários da Lei nº 11.326 os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais, além de outros povos e comunidades tradicionais, desde que estes atendam aos requisitos apresentados acima (BRASIL, 2006).

A Lei nº 11.326 ainda determina que para atingir os objetivos da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, esta irá realizar o planejamento e execução de suas ações de modo conciliar as seguintes áreas:

I - Crédito e fundo de aval; II - infra-estrutura e serviços; III - assistência técnica e extensão rural; IV - pesquisa; V - comercialização; VI - seguro; VII - habitação; VIII - legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária; IX - cooperativismo e associativismo; X - educação, capacitação e profissionalização; XI - negócios e serviços rurais não agrícolas; XII - agroindustrialização (BRASIL, 2006).

Através deste reconhecimento, abre-se espaço para que a agricultura familiar se insira em outros segmentos de atuação do estado, permitindo a união entre agricultura familiar, educação e segurança alimentar, e tendo como resultado a criação da Lei nº 11.947, 16 de junho de 2009, que torna obrigatório o uso de 30% dos recursos federais destinados à compra

de alimentação escolar para ser realizada da agricultura familiar e priorizando fornecedores locais (BRASIL, 2009).

Grisa e Schneider (2015, p. 39) reiteram que estes programas PAA e PNAE, contribuem para a “valorização da produção local/ regional, ecológica/orgânica e têm ressignificado os produtos da agricultura familiar, promovendo novos atributos de qualidade aos mesmos, associados, por exemplo, à justiça social, equidade, artesanidade, cultura tradição e etc.”

No ano de 2016, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o atual vice-presidente da República Michel Temer se torna o presidente do Brasil até o fim do mandato. Com o impeachment, muitas políticas públicas relacionadas à agricultura familiar foram modificadas ou extintas. O primeiro impacto sentido foi com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) através da Medida Provisória 726 de 12 maio de 2016.

Inicialmente houve a fusão com o antigo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), criando uma nova estrutura institucional denominada de Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Entretanto, a nova estrutura sequer chegou a funcionar, pois no dia 27 de maio de 2016 foi promulgado o Decreto nº 8.780 que transferiu toda a responsabilidade da antiga estrutura do extinto MDA para a Casa Civil.

Segundo Mattei (2018) como resultado dessa mudança ocorreu um desmonte da estrutura institucional, principalmente das equipes técnicas responsáveis pela implementação e gestão de diversas políticas. Também ocorreu a paralisação de outras ações como a suspensão de pagamentos e repasses orçamentários e financeiros. Verifica-se a desestruturação do PAA, através do cancelamento de repasses de recursos e a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) sofre com o cancelamento da Chamada Pública de ATER⁸.

Em 2018, com o governo Bolsonaro, ocorreram mudanças ainda mais significativas, principalmente no que se refere a descontinuidade nas ações de reforma agrária, o avanço violento do agronegócio sobre a Amazônia, causando assim impactos na questão agrária e na questão ambiental⁹. Vale destacar que aproveitando o momento de fragilidade pelo

⁸ As chamadas públicas de ATER são ferramentas que possibilitaram a padronização da forma de atuação do governo federal no segmento da assistência técnica e extensão rural. Trata-se de uma modalidade licitatória específica para a contratação de serviços de ATER. Por meio das chamadas, as organizações que pleiteiam participar do processo seletivo para contratação do serviço de ATER têm que comprovar que atuam nesse segmento, que possuem capacidade e experiência técnica coerentes com a PNATER (SILVA, 2017, p. 30).

⁹ Incêndios na Amazônia crescem 116% e somam quase 5 mil focos somente em julho | Clima | Um só Planeta (globo.com).

enfrentamento da pandemia da COVID-19 para “passar a boiada”¹⁰, esse período foi utilizado para conduzir/aprovar reformas sem ter debate com a sociedade.

Segundo Sauer e Leite (2020) o governo Bolsonaro é movido por uma guerra cultural que resulta em “medidas contra direitos sociais, trabalhistas, ambientais, inclusive contra direitos de minorias e direitos territoriais de povos indígenas, quilombolas e demais povos do campo”. As ações governamentais são de retirada de direitos e cortes de recursos orçamentários destinados para a execução de políticas públicas para o campo (SAUER; LEITE; TUBINO, 2020, p. 310).

Por outro lado, o setor do agronegócio¹¹ recebeu grande apoio governamental. Os anos de 2019 e 2020 foram marcados pelo recebimento de medidas governamentais de apoio ao setor, sob o argumento de que o setor “agroexportador” seria a solução para a crise econômica (SAUER, LEITE; TUBINO 2020). Em 2020, apesar de toda a crise que assolou o Brasil, o setor do agronegócio apresentou lucro no país. A exportação de produtos agrícolas chega ao seu recorde, e entre janeiro e novembro de 2020, foram exportados 131,5 milhões de toneladas de produtos por um valor de US\$61,2 bilhões, correspondendo a 9,2% a mais que no mesmo período de 2019 (FORBES, 2020).

Porém, mesmo com os recordes na produção e exportação de alimentos, o Brasil passa a enfrentar uma grave crise de insegurança alimentar e fome, sendo que num passado recente o país havia deixado de ser citado no mapa da fome mundial. Entretanto, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, a partir do segundo semestre de 2019, houve um aumento na concentração de renda, ultrapassando os valores observados em 1989 (FGV, 2019). A pandemia foi responsável por agravar ainda mais a situação da insegurança alimentar no país. Segundo Graziano (2020) a crise enfrentada é resultado de um desmonte da política de segurança alimentar, que através disso comprometeu até o monitoramento da situação da fome no país.

¹⁰ Em reunião ministerial realizada em 22 de abril de 2020, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, disse que período pandêmico seria ideal para “passar a boiada”, ou seja, aproveitar o período em que a sociedade está com as atenções voltadas às questões da saúde para aprovar reformas ambientais sem um amplo debate com a sociedade (PEREIRA; COCA; ORIGUÉLA, 2021).

¹¹ O agronegócio é assim denominado no Brasil após o processo de Modernização da Agricultura. Sendo caracterizado como um tipo de agricultura que produz em grande escala, em grandes extensões de terra, base produtiva voltada à monocultura e relações com os grandes complexos agroindustriais voltados majoritariamente à exportação (LIMA et al, 2017). Heredia; Palmeira; Leite (2010) afirmam, que foi a partir dos anos 80, buscando uma espécie de integração entre a agricultura e indústria, que diversos autores começam a utilizar a expressão “agroindústria”, que corresponderia a “industrialização da agricultura”. Dessa forma no início dos anos 90 com a intensificação das exportações de produtos agrícolas e agroindustriais adota-se a expressão “agronegócio” ou ainda a expressão *agribusiness*.

A agricultura familiar que estava em plena ascensão nos últimos anos, sofreu duras sanções a partir do impeachment parlamentar sofrido em 2016. O Plano Safra da Agricultura Familiar responsável pela destinação de recursos para o financiamento da atividade agrícola passa por uma estagnação e o crédito rural do Pronaf da safra 2018/2019 que teve uma queda de 21% em comparação com a safra 2016/2017 (MATTOS, 2020).

Após 20 anos o Plano Safra 2020 foi lançado de forma unificada com o slogan “Uma só agricultura alimentando o Brasil e o mundo” onde a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina afirmou que o plano lançado priorizará os pequenos e médios produtores, mas também atenderá os grandes e enfatiza que após 20 anos estão todos juntos em único plano. O Plano Safra 2020 contou com R\$ 225,59 bilhões para pequenos, médios e grandes produtores, sendo que o Pronaf contou com apenas R\$ 31,22 bilhões à disposição para custeio, comercialização e investimento (BRASIL, 2019).

Wesz Junior (2021) analisando dados do Censo Agropecuário entre 2006 e 2017, verificou que 615.592 estabelecimentos agropecuários familiares acessaram o Pronaf em 2006, já em 2017 o Censo indicou que o acesso ao Pronaf caiu ainda mais, alcançando apenas 320.922 estabelecimentos agropecuários familiares, mostrando uma cobertura ainda menor nesses 11 anos de intervalo entre os Censos.

A redução nos valores destinados à agricultura familiar através do Pronaf e a redução no quantitativo de acesso aos recursos apontam para uma desaceleração de investimentos em programas que possuem como público alvo agricultores familiares. Medidas estas que futuramente podem interferir na produção de alimentos destinados ao consumo interno do país, uma vez que a agricultura familiar é responsável por grande parcela da produção dos alimentos que integram a cesta básica, além de contribuir na dinamização da economia brasileira.

Assim sendo a agricultura familiar possui relação direta com a segurança alimentar e nutricional da população brasileira, estando inserida nos circuitos curtos de produção, distribuição e consumo, impulsionando as economias locais, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, e ainda é responsável por realizar o abastecimento de gêneros alimentícios a programas como o PAA e PNAE. Assim, a desaceleração de investimentos no segmento, pode comprometer a segurança alimentar do país.

CAPÍTULO 3 - AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR: DESAFIOS NO CONTEXTO DA PANDEMIA PROVOCADA PELA COVID-19

O conceito de segurança alimentar começa a ser utilizado primeiramente, num período pós - 1ª Guerra Mundial. Diversos países Europeus saíram da Guerra com suas economias imensamente afetadas, é diante disso que se entende o papel da alimentação e poder que uma nação produtora de alimentos tem sobre um país que não é auto suficiente. É assim que os países percebem a necessidade de manter alimentos em quantidades suficientes para alimentar sua população, consolidando-se também neste momento a importância da soberania alimentar de um país (MALUF; MENEZES; MARQUES 2000; SILVA, 2014).

Em 1992, na Conferência Internacional de Nutrição, organizada pela FAO, ocorreu uma ampliação no debate sobre fatores e estratégias determinantes para o combate à fome, dessa forma o termo “Segurança Alimentar” passou por um alargamento conceitual, incorporando aspectos nutricionais e sanitários, passando a ser adotado como Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A dimensão “alimentar” corresponde aos processos de produção, comercialização e disponibilidade de alimentos, e a dimensão “nutricional” diz respeito à escolha, ao preparo e o consumo alimentar e a relação com a saúde (SILVA, 2014).

O conceito de SAN segundo o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN):

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

O Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CONSEA) define que a SAN engloba um conjunto de ações intersetoriais, dentre eles a garantia de acesso à terra, de acesso aos bens da natureza, serviços públicos adequados de saúde, educação, transporte, além do fortalecimento da agricultura familiar e da produção orgânica e agroecológica, proteção dos sistemas agroextrativistas, ações específicas para povos indígenas, populações negras, quilombolas e povos e comunidades tradicionais. E ainda, que se contemple nas ações públicas para garantia de SAN, abordagem de gênero e geracional (CORONA; PEREIRA, 2013).

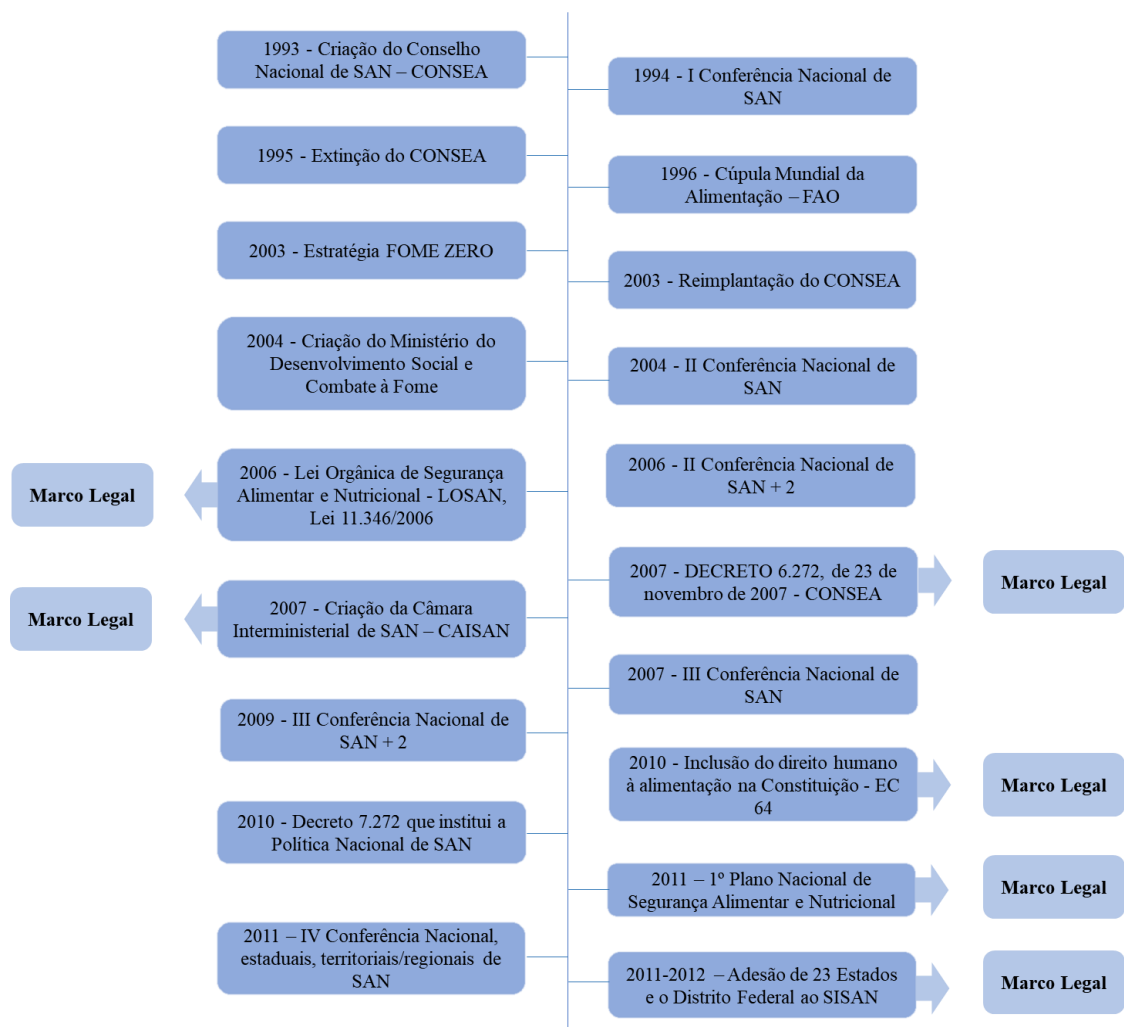
A soberania alimentar é um princípio crucial para a garantia de SAN que diz respeito à capacidade e ao direito que as comunidades possuem de garantir a produção e distribuição de

alimentos básicos para sua sobrevivência, diminuindo sua dependência externa. Conforme essa compreensão, é possível identificar o papel estratégico realizado pela produção doméstica de alimentos, atribuindo espaço específico e planejado para o comércio internacional de alimentos (PINHEIRO, 2009).

No Brasil, a SAN começa a se destacar a partir de 2003, com a criação de políticas públicas, criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além da realização de conferências a nível nacional e organização dos conselhos da sociedade civil. O organograma (Figura 02) mostra uma perspectiva histórica com as principais ações e marcos legais da SAN no Brasil.

A perspectiva histórica da SAN no Brasil indica um avanço em mobilizações sociais e no desenvolvimento de políticas públicas nas últimas décadas.

Figura 02 - Perspectiva histórica da criação, evolução e marcos legais da SAN no Brasil.



Fonte: Dados BRASIL (2016) compilados pela autora.

Falar em SAN implica em abordar algumas dimensões e envolve reconhecer a complexidade que é fazer um enfrentamento a fome e promover saúde a partir da alimentação, desta forma planejar políticas e ações voltadas para a SAN requer estratégias que pensem alguns eixos adotados na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), como: Educação, Saúde, Assistência Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos, Planejamento Orçamento e Gestão, Povos e Comunidades Tradicionais, Transporte e Abastecimento e Agricultura e Meio Ambiente.

A seguir o Quadro 01, apresenta Programas Temáticos da Política de SAN, adaptados como principais no período de 2012 a 2015.

Quadro 01- Principais Programas Temáticos –PPA (2012-2015).

DIRETRIZES	PROGRAMAS TEMÁTICOS PPA 2012 -2015
Acesso Universal à Alimentação	Segurança Alimentar e Nutricional, Bolsa Família, Sistema Único de Assistência Social, Educação Básica, Trabalho e Emprego
Educação, Formação e Pesquisa	Segurança alimentar e Nutricional, Ciência e Tecnologia, Inovação Agropecuária, Direitos Humanos, Biodiversidade, Agricultura Familiar
Povos e Comunidades Tradicionais	Segurança Alimentar e Nutricional, Povos Indígenas, Igualdade Racial, Biodiversidade, Florestas, Agricultura Familiar
Alimentação e Nutrição na Saúde	Segurança Alimentar e Nutricional, Sistema Único de Saúde
Acesso à Água	Segurança Alimentar e Nutricional, Saneamento
Monitoramento do DHAA	Segurança Alimentar e Nutricional, Direitos Humanos
SISAN	Segurança Alimentar e Nutricional

Fonte: Adaptado de BRASIL (2016).

Através da consolidação da política de SAN foi possível dimensionar a segurança alimentar como parte do desenvolvimento local, é nesse momento que se reconhece a agricultura familiar como fundamental para a produção de alimentos. A SAN encontra na agricultura familiar uma importante aliada a partir de sistemas produtivos mais condizentes com a realidade dos agroecossistemas, respeito à biodiversidade, geração de trabalho e renda no campo e abastecimento de mercados locais. Dessa forma, a agricultura familiar vincula-se ao combate à fome quando se torna um dos elos dimensionado nas políticas estruturais que compuseram o programa Fome Zero, que visava melhoria de renda e aumento na oferta de

alimentos, sendo necessário uma mudança na produção de alimentos (ênfase na agricultura familiar) e no consumo (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

É a partir dessa demanda que se institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que teve grande importância na consolidação dos mercados institucionais para a agricultura familiar e tinha como objetivo articular a compra de produtos alimentícios vindos da agricultura familiar com ações de distribuição de alimentos para a população em situação de vulnerabilidade social. A partir de 2009 o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem uma importante mudança na sua composição, onde ocorre a criação da Lei nº 11.947 que determina que 30% dos recursos federais destinados à alimentação escolar sejam obtidos da agricultura familiar (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

A agricultura familiar é importante aliada a SAN por praticar autoconsumo, produção diversificada e ainda atuar na comercialização direta de alimentos. A agricultura familiar está presente nos mercados locais de consumo, como exemplo nas feiras, onde realiza a comercialização de alimentos frescos diretamente ao consumidor. Sendo assim, atua na promoção de alimentação com alto grau nutricional e auxilia na promoção da economia local (POZZEBON; RAMBO; GAZZOLA, 2017).

Segundo a autora Altafin (2005) o universo da agricultura familiar exhibe grande capacidade produtiva e contribui de forma ativa para o abastecimento do país, mesmo com o acesso reduzido à terra, ao crédito e às inovações tecnológicas. Destaca-se dessa forma, a multifuncionalidade da agricultura familiar e seu papel original na garantia da segurança alimentar e nutricional, sendo responsável pela produção agrícola, fornecendo alimentos ao mercado e sua capacidade de viabilizar o acesso aos alimentos.

Corona e Pereira (2013) salientam que a multifuncionalidade da agricultura familiar permeia o direito à alimentação através de três conceitos básicos que mostram o aspecto multifacetado e complementar da própria agricultura. Os aspectos ambientais, sociais e produtivos interagem na agricultura, que é um espaço essencial para a sobrevivência de milhares de pessoas em todo o mundo” (CORONA; PEREIRA, 2013, p. 117).

Os vínculos da agricultura familiar a SAN se estabelece através dos mercados locais, feiras e circuitos curtos de comercialização, que são importantes em dois movimentos: o de fazer com que os alimentos cheguem mais frescos até o consumidor (qualidade) e que não respeitem somente as questões ambientais (direitos da natureza, sistemas de produção diversificados e menos insumos químicos ao território da agricultura familiar), mas que respeite também os direitos humanos com o acesso à alimentação em quantidade, qualidade e condizente com as diferentes culturas.

3.1 IMPACTOS DA PANDEMIA NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Anteriormente à pandemia de Covid-19, aproximadamente 690 milhões de pessoas, ou 8,9% da população global estavam subnutridos. Devido a conflitos políticos, mudanças climáticas e recessão econômica, a Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN), fome e desnutrição que já se encontrava em avanço desde 2014, encontram no cenário pandêmico seu auge. A pandemia é considerada como um dos maiores desafios da saúde pública do século (FAO, 2020).

No dia 11 de fevereiro de 2020 a OMS classificou o surto da COVID- 19 como uma pandemia, esta causada por um coronavírus relacionado a síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV-2), também conhecido como o “novo coronavírus” (GORBALENYA et al., 2020). Segundo a OMS, uma pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença, o termo é utilizado para caracterizar uma situação onde uma doença infecciosa ameaça muitas pessoas em todo o mundo ao mesmo tempo. A caracterização de uma pandemia não se dá pela gravidade da doença que causa, mas sim pelo fator geográfico, onde o perigo de contaminação está presente para toda a população mundial.

O primeiro teste positivo para COVID- 19 no Brasil apareceu em 26 de fevereiro de 2020 onde um homem infectado havia viajado recentemente para a Itália, cinco dias após o primeiro caso, outro caso positivo foi confirmado no país e em apenas 11 dias o número de casos confirmados chegou a 25 pessoas. Um ano e 9 meses depois do primeiro caso, o Brasil registra o número de 610 mil óbitos acumulados. A pandemia foi oficialmente reconhecida no Brasil no dia 20 de março de 2020 através do decreto legislativo nº 6, de 2020 que reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do novo coronavírus.

Importante atentar para o fato de que ela “chega” ao Brasil em um contexto de diminuição de políticas públicas de SAN, fator que contribuiu muito para que grande parcela da população ficasse em um situação profunda de vulnerabilidade, a partir do desmonte das políticas públicas de combate à fome no Brasil. Com a chegada da pandemia, o País que já se encontrava fragilizado volta ao mapa da fome e as discussões em torno da segurança e soberania alimentar e nutricional e sua relação com a produção de alimentos ligada à agricultura familiar passam a ocupar lugar de destaque.

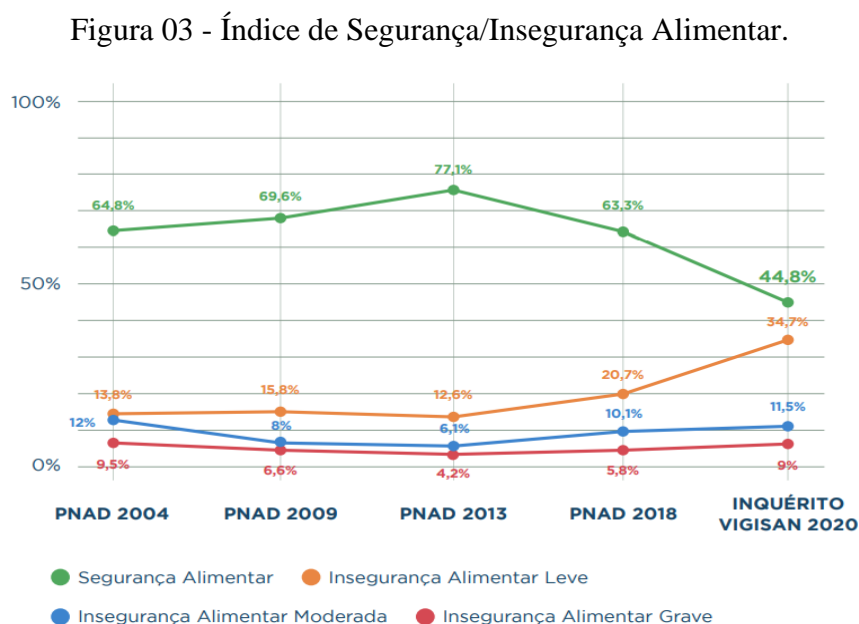
Segundo José Graziano, no Brasil, nos primeiros anos do século 21, o número de pessoas cronicamente desnutridas diminuiu 82%. Infelizmente, após anos de progresso, a partir de 2016, a fome voltou a ser um problema, enquanto a pobreza extrema aumentou 11%

no país (SILVA 2018). De acordo com o IBGE, em 2019, 13,5 milhões de brasileiros atingiram níveis de pobreza extrema, o pior ciclo dos últimos sete anos (BRASIL, 2020).

De acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017 a 2018, (36,7%) de 68,9 milhões de domicílios apresentavam algum grau de IAN e destes (4,6%) apresentavam IAN grave (5% dos residentes das famílias estudadas). Segundo levantamento realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em 2020, essa situação se agravou durante a pandemia.

Dentre a população brasileira de 18 anos ou mais, um em cada cinco brasileiros (21%) passou por períodos de escassez de alimentos desde o início da pandemia. Além disso, 6% relataram que passaram fome e deixaram de comer porque não tinham dinheiro, e 6% da população deixou de fazer ao menos uma refeição por dia por não ter comida para todos (UNICEF, 2020).

Os índices de SAN que já estavam em queda antes da pandemia, acabaram piorando com as condições de vida da população brasileira sendo afetada. Os dados apresentados na Figura 03, mostra resultados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) desde 2004, indicando que houve um aumento da SAN no país até 2013. Porém, já em 2018 houve um decréscimo, nesse período, com um aumento significativo dos níveis de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) moderada e grave, que retornaram a valores próximos aos encontrados em 2004 (REDE PENSSAN, 2021, p. 48).



Fonte: REDE PENSSAN, (2021, p. 48).

Sperandio e Morais (2021) ressaltam que em 2014 o Brasil saiu do mapa da fome, estando com menos de cinco por cento da sua população desnutrida, atualmente projeta-se o aumento da IAN, resultado do desmantelamento de toda uma agenda de SAN que vinha sendo desenhada nas últimas décadas, com a participação da população. O Relatório Global de Crises Alimentares, divulgado pelo Programa Mundial de Alimentação (WFP) e pela FAO, estima que o número de pessoas em situação de insegurança alimentar pode dobrar devido à pandemia, passando de 135 milhões de pessoas em 2019 para 265 milhões ao final de 2021, com os países da América Latina entre os mais afetados.

Segundo Daufenback; Coelho; Bógus (2021) a forma de produção da má-nutrição está vinculada ao atual modelo agroalimentar, esse fenômeno é agravado pelos crescentes impactos ambientais que esse modelo acarreta para as populações em termos de alimentos, recursos, emprego e terra. O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) enfatiza o direito ao acesso à água e garantir que esse acesso será de modo contínuo e adequado¹². Observa-se no país um processo de violação do DHAA durante a pandemia, principalmente no âmbito federal, seja pela falta de ações que deveriam ter sido tomadas, seja pela insuficiência das existentes.

Baccarin e Oliveira (2021) salientam que o preço dos alimentos ao consumidor é influenciado pelas diferentes fases das cadeias agroalimentares, em particular a produção agrícola, a industrialização e o comércio varejista. E quem é mais atingido com estas variações é a população com menor renda, cujo o gasto com alimentação é relativamente superior ao de outros estratos sociais, portanto, pode haver diminuição da quantidade de alimentos adquiridos ou substituição de alimentos de melhor qualidade por alimentos de menor qualidade nutricional, agravando a situação de insegurança alimentar e nutricional neste período de crise econômica e de saúde.

O impacto sobre o setor de produção e distribuição de alimentos e as preocupações com a possibilidade de escassez levaram no início da pandemia a uma "corrida" aos supermercados com o objetivo de estocar alimentos. Ocorrendo aumento na procura por alimentos prontos, alimentos enlatados e alimentos ultraprocessados, que reacende as discussões sobre alimentação e saúde devido à obesidade, diabetes doenças decorrentes da "inseguranças alimentares e nutricionais" fazem parte do grupo de risco do novo Coronavírus.

¹² Ao afirmar que a alimentação deve ser adequada, queremos dizer que ela é adequada ao contexto e às condições culturais, sociais, econômicas, climáticas e ecológicas de cada pessoa, etnia, cultura ou grupo social (CONSEA, 2014).

Por outro lado, em um segundo momento começam a surgir discussões em torno do papel da alimentação saudável onde a agricultura familiar atua diretamente no fornecimento de produtos que os consumidores percebem como "mais limpos", mais frescos, menos processados e, portanto, de "melhor qualidade".

No Brasil, a agricultura familiar é inerente a SAN. A agricultura familiar não só promove a economia local, mas também contribui para o desenvolvimento sustentável da comunidade, estabelecendo relações estreitas e laços de longo prazo entre a família e seu ambiente de vida e produção (CORONA; PEREIRA, 2013).

Segundo a perspectiva sociológica, os agricultores familiares representam uma forma específica de trabalho social e de produção, situando-se em um determinado espaço geográfico, cuja atividade implica na interação de um grupo familiar, ligado por laços de parentesco, com a terra e com os outros meios de produção, do mesmo modo que com outras unidades familiares e grupos sociais (SCHNEIDER, 2016).

Os mercados de alimentos mais explorados pela agricultura familiar são os descritos por Schneider (2016) como: Mercados de proximidade e Mercados locais e territoriais. Os mercados de proximidade é onde ocorre a predominância de relações de troca interpessoais, podendo se desenvolver através de relações familiares. Atuando com base em trocas diretas, a autogestão e a subsidiariedade, um exemplo desses mercados são as iniciativas de economia solidária. Já os mercados locais e territoriais são onde ocorre as trocas passam a ser monetizadas. A principal diferença em relação aos mercados de proximidade é que a distribuição e a circulação dos produtos e mercadorias não é mais realizada diretamente por quem produz e começa a existir um intermediário (atravessador) (SCHNEIDER, 2016).

A agricultura familiar sofreu efeitos marcantes devido à menor demanda por alimentos ocasionado pela redução no poder de compra dos consumidores, ocasionado principalmente pelo desemprego no país. Segundo dados da FAO (2020) a pandemia teve efeitos diferentes nas distintas divisões da agricultura familiar, os agricultores mais pobres foram os mais prejudicados. Já os agricultores familiares inseridos nos mercados anteriormente descritos tiveram perdas, porém menos significativas, pois estes produtores podem estar inseridos em cadeias agroindustriais e/ou cadeias curtas de abastecimento.

Os agricultores familiares são responsáveis pela produção de uma grande diversidade de alimentos, além de produtos agropecuários, em pequena e média escala, onde os excedentes são comercializando via mercados de proximidade social e territoriais, sendo este o grupo de agricultores mais afetado com a pandemia (GAZOLLA; AQUINO, 2021).

Os mercados acessados pela Agricultura Familiar sofreram mudanças com a pandemia, ocorrendo uma ascensão dos mercados digitais em um nicho de mercados que antes não era muito incorporados por estes. Os autores Gazolla e Aquino (2021) destacam que estes agricultores já vinham se “organizando para o comércio eletrônico”, através de suas organizações sociais, possivelmente tende-se a uma futura ampliação na participação nestes espaços virtuais de distribuição de alimentos (GAZOLLA; AQUINO, 2021, p. 429).

Segundo Schneider et al (2020), não se observava escassez de alimentos no Brasil e que inicialmente a pandemia não estaria afetando o setor alimentar. Ainda assim, foi possível observar “problemas de distribuição, escoamento da produção, logística de acesso e contaminações em unidades de processamento”. Vários agricultores acabaram deixando de colher sua produção porque não havia ninguém para vendê-las, visto que muitos compradores suspenderam as compras e o fechamento das feiras livres locais de venda habituais (SCHNEIDER, 2020, p.167).

Segundo Baccarin e Oliveira (2021) houve uma desvalorização da agricultura familiar que ficou evidente com os vetos da lei de Assis de Carvalho, que propunha auxílio emergencial aos agricultores familiares para atender às necessidades básicas e garantir a produtividade. Expondo os dados da última POF o autor mostra que o meio rural concentra uma maior proporção de situações de IAN, indicando que os agricultores familiares estão mais expostos a esse tipo de situação, necessitando de assistência e incentivos governamentais para fazer frente a essa situação e garantir a produção de alimentos.

Sperandio e Morais (2021), enfatizam o descaso do governo com os agricultores familiares, o que têm causado problemas diretamente relacionados ao abastecimento de alimentos. O que ficou evidente durante a pandemia foi a ausência de uma política de planejamento para o abastecimento de alimentos e controle de preços. Ausência também percebida nos estados e nos municípios, onde os gestores pararam de comprar alimentos da agricultura familiar, principalmente para a merenda escolar. Dessa forma os prejuízos foram tanto de estudantes e familiares que deixaram de receber alimentos de qualidade como dos agricultores que não conseguiram escoar sua produção.

No Estado do Rio Grande do Sul a agricultura familiar inseridas nos circuitos curtos de comercialização enfrentou dificuldades com o estabelecimento do Decreto nº 55.128, de 19 de março de 2020, que ao determinar estado de calamidade pública no Estado estipula o fechamento do comércio considerado não essencial e através deste muitos municípios acabam por determinações próprias realizar o fechamento de feiras, principal meio de escoamento da produção da agricultura familiar. Alguns municípios, entretanto, estabeleceram decretos

específicos¹³ para o funcionamento de Feiras, delimitando regras de funcionamentos, horários reduzidos e número máximo de feirantes e consumidores permitidos nos ambientes.

Em vista de evitar um possível desabastecimento o Estado do Rio Grande do Sul estabelece a Portaria SEAPDR n° 93/2020 autoriza o comércio intermunicipal de produtos de origem animal provenientes de agroindústrias adequadamente registradas nos Serviços de Inspeção Municipal (SIM) em caráter excepcional, e enquanto perdurar a vigência do Decreto Estadual de calamidade pública. Desta forma, os agricultores familiares encontram uma possibilidade de realizar o escoamento da produção nos municípios próximos.

Devido ao impacto da pandemia, o Brasil suspendeu aulas e atividades presenciais em toda a rede municipal, estadual e federal de educação em meados de março, interrompendo também a alimentação escolar, prejudicando não só os alunos, mas também os agricultores familiares atores envolvidos na produção de alimentos para o PNAE.

Sperandio e Morais 2021 explicam que a suspensão das aulas presenciais e o fechamento das escolas, medida imprescindível para o controle da doença, compromete a garantia do direito humano à alimentação escolar, oferecida a cerca de 40 milhões de alunos em escolas públicas e de educação básica, através do PNAE. O PNAE é considerado uma das principais estratégias para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é um dos programas responsáveis por tirar o país da fome.

O PNAE é um dos mais antigos programas de alimentação e nutrição do Brasil, reconhecido internacionalmente e pioneiro em escopo, que tem crescido a partir de uma estratégia e assistência oportuna, implementada inicialmente em apenas em alguns municípios, com o objetivo de minimizar o problema da fome e carências nutricionais, se estendendo posteriormente para ser considerado o maior programa universal de acesso à alimentação, totalmente desenvolvido com recursos públicos. Muitos alunos têm nessa alimentação a única refeição do dia (SPERANDIO e MORAIS, 2021).

A rápida e trágica disseminação da COVID- 19 no Brasil levou à publicação da Lei n°. 13.987 de 7 de abril de 2020. A lei autoriza, excepcionalmente, durante o período de suspensão das aulas, em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de alimentos adquiridos com recursos do Programa às famílias de alunos da rede pública de educação básica. Esta lei prevê a distribuição de alimentos já existentes em

¹³ Decreto Executivo n° 62, de 24 de março de 2020 que estabelece novas medidas restritivas para a realização de feiras livres, no âmbito do Município de Santa Maria, com vistas a estabelecer medidas de contenção do contágio da pandemia de Covid-19 (SANTA MARIA, 2020).

estoques e demais que possam ser adquiridos, enquanto as aulas presenciais são suspensas devido ao estado de emergência.

No cenário anterior à pandemia, o Brasil já foi considerado referência em políticas públicas de combate à IAN. Uma das principais políticas públicas de combate à segurança alimentar no Brasil é o PNAE. A importância dessa política se dá para determinados grupos escolares, sua adesão se relaciona a influência de aspectos socioeconômicos específicos. Com a pandemia e a consequente suspensão de aulas e atividades presenciais em escolas, acabou por ocorrer a interrupção e/ou precarização no acesso à alimentação, impactando diretamente no orçamento das famílias e prejudicando quantitativa e qualitativamente na alimentação dos alunos (AMORIM, RIBEIRO JUNIOR, BANDONI, 2020).

Desde a revisão do marco legal do PNAE (Lei nº 11.947, de 2009) o programa prevê a oferta de alimentação escolar saudável e adequada para todos os alunos da educação básica. Ainda estabelece que 30% dos recursos financeiros devem ser destinados à obtenção de alimentos diretamente da agricultura familiar, priorizando assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas e alimentos orgânicos e/ou agroecológicos. Essa disposição visa promover o desenvolvimento econômico, eliminando a desigualdade, minimizando o escoamento da população rural e garantindo uma alimentação mais saudável aos alunos.

Durante todo esse caos da pandemia um cenário de fome e de alta nos preços dos alimentos se alastrou pelo Brasil. E neste momento o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) mais uma vez mostrava seu valor, como o objetivo de combater a “pandemia da fome” o movimento até setembro de 2020 doou 3400 toneladas¹⁴ de alimentos em ações de solidariedade em 24 estados do país. Levando até a população mais vulnerável alimentos com carga nutricional.

Diante desta situação grave e atípica, todos os países afetados pela pandemia se preocuparam: como garantir que a população receba alimentos em quantidade e qualidade suficientes? O medo da escassez de alimentos gerou discussões sobre a importância da agricultura e medidas prioritárias de apoio e proteção para que os agricultores e outros envolvidos na produção e distribuição de alimentos pudessem continuar a trabalhar.

Considerando essa situação hegemônica na comercialização de alimentos no Brasil, alguns agricultores familiares buscam canais alternativos de comercialização e priorizam vendas diretas ao consumidor nas cadeias curtas de comercialização, utilizando as feiras livres

¹⁴Ver mais em: <https://mst.org.br/2020/05/12/para-combater-a-pandemia-da-fome-mst-ja-doou-mais-de-600-toneladas-de-alimentos/> Desde o início da pandemia, MST já doou 3400 toneladas de alimentos - MST

como principal estratégia para entrar no mercado. Vendas diretas aos consumidores, são fundamentais para a reprodução dessas famílias de agricultores, geralmente em estado de fragilidade social (PLOEG, 2008).

Segundo Bené (2020) o impacto do COVID-19 não se limita à ameaça direta que o vírus representa para a saúde humana. Se estende à sua segurança alimentar por meio dos danos causados nos sistemas e economias alimentares locais e nacionais. Em grande medida, a pandemia não apenas revela as limitações de nossos sistemas de saúde, mas também ilustra a fragilidade de nossos sistemas alimentares e como eles podem ser facilmente interrompidos. Em síntese, esclarece a questão central da resiliência do sistema alimentar e sua relação com a segurança alimentar e nutricional das pessoas.

Breitenbach (2021) expõe que a pandemia que vivenciamos já é considerada um dos maiores desafios para a saúde pública deste século e no Brasil, aspectos políticos, sociais e financeiros têm contribuído para que a doença tenha um impacto ainda maior, principalmente no Brasil que do ponto de vista econômico, social e político, a Covid encontrou um ambiente favorável à sua disseminação com o poder público tomando decisões desarticuladas.

Carvalho (2021) enfatiza que o novo coronavírus se espalha como o vírus da fome em um mundo já faminto, fator que tende a aumentar a insegurança alimentar e nutricional da população, evidenciando o caso do Brasil que expõe cada vez mais pessoas a este risco, especialmente a população mais vulnerável que fica refém da fome.

3.2 GERAÇÃO DE NOVIDADES NA AGRICULTURA FAMILIAR

A palavra inovação aparece em diferentes abordagens teóricas. Em obra de Marx (1983), a inovação é entendida como uma forma de aumentar a extração da mais-valia relativa dos trabalhadores, aumentando os lucros dos proprietários dos meios de produção, o que é um modo de sobrevivência às organizações, visto a disputa crescente entre capitais.

O estudo de Rogers (1962) sobre difusão de inovações, assim define difusão: “Difusão é o processo pelo qual uma inovação é comunicada, por intermédio de certos canais, através do tempo, aos membros de um sistema social. É um tipo especial de comunicação, no qual as mensagens dizem respeito a novas ideias” (ROGERS, 1995, p. 05).

A perspectiva de Rogers (1995) enfatiza o processo de comunicação e a transmissão de informações como a base do processo de difusão. Ainda que em sua teoria o autor atribua um papel aos indivíduos e as organizações adotantes das inovações. No conceito de difusão é

destacada a dimensão comunicativa, a transmissão de conhecimento e a propagação de novas ideias.

Rogers (1995) define inovação como:

A inovação é uma ideia, prática ou objeto que é percebido como novo por um indivíduo ou por um grupo. Importa pouco se essa ideia é ou não objetivamente nova, quando considerado o tempo decorrido desde o seu primeiro uso ou descoberta. A novidade percebida de uma ideia, por um indivíduo ou organização, determina a sua reação a ela. Se a ideia lhe parece nova, ela é uma inovação. Novidade em uma inovação não necessariamente se refere a um conhecimento novo; um indivíduo ou organização pode ter conhecimento sobre uma inovação durante um certo tempo, sem ter ainda tomado uma decisão - de adotá-la ou rejeitá-la. A “novidade” de uma inovação pode ser expressa em termos de conhecimento, persuasão ou decisão de adotar (ROGERS, 1995, p. 10-11).

A inovação se iguala ao conhecimento codificado que ao se materializar torna-se um objeto e pode ser difundido para diversos contextos e realidades diferentes, diferindo das novidades que emergem em determinados contextos específicos, fazendo parte de um sistema de conhecimento tácito. As novidades estão altamente ligadas a um contexto local, não sendo facilmente aplicadas ou difundidas para contextos muito diferentes da qual se originam (OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008; TROIAN; KLEIN; DALCIN, 2011).

As novidades diferem de inovação porque elas geralmente são inconsistentes com as regras do atual regime dominante. As novidades são frequentemente incrementadas de forma gradual, por representarem o próximo passo em uma rota estabelecida, pequenas mudanças e ajustes são realizados no modelo ou direção de desenvolvimento adotado, enquanto as inovações são mudanças radicais, pois visam tensionar os padrões existentes, como a criação de novas regras, práticas e desafios (OLIVEIRA; GRISA; NIEDERLE, 2020).

A geração de novidades soluciona as dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar, ao contrário das inovações exógenas à propriedade (que se difundiram após a modernização da agricultura), que muitas vezes não se adaptam à realidade da agricultura familiar e criam ainda mais dificuldades para os agricultores (DENGO, 2018).

As novidades se diferenciam das inovações tecnológicas criadas pela agricultura “moderna”, primeiro porque surgem das necessidades e das invenções dos agricultores, enquanto que estes atores sociais as criam e as utilizam. Segundo, porque almejam aumentar a autonomia dos próprios agricultores familiares, sem garantir patentes ou lucratividade para grandes empresas de insumos. As novidades continuam sendo uma forma de inovação, mas de forma mais coerente com os anseios de seus usuários (DENGO, 2018, p. 24).

A produção de novidades é o resultado da busca de soluções viáveis para os problemas cotidianos dos agricultores, que objetivam criar e inventar novas e melhores formas de otimizar o uso dos recursos. Desta forma, as atividades de inovação são entendidas, não apenas como o resultado da introdução de tecnologia ou conhecimento gerado externamente (que também pode ocorrer), mas também como o resultado de um trabalho contínuo e diário para se adaptar às condições de propriedade e gestão dos agricultores. Essas condições podem ser as condições internas do processo de produção (relacionadas aos fatores de produção e às características do ecossistema agrícola), ou às condições relacionadas aos mercados de insumos e produtos e a necessidade de melhorar o desempenho desses mercados (OLIVEIRA; GRISA; NIEDERLE, 2020).

A agricultura é intrinsecamente complexa e heterogênea, tornando-se ainda mais, quando carrega o adjetivo "familiar", caracterizando seu modo de produção. Ao longo do tempo os agricultores vêm se adaptando e induzindo mudanças, que muitas vezes não são consideradas significativas no contexto global, mas que no contexto familiar fazem toda diferença para a reprodução familiar e permanência desses agricultores. De tal forma, que estas mudanças são indicadores da produção de novidades na agricultura familiar (TROIAN; KLEIN; DALCIN, 2011).

[...] os atores sociais (os agricultores e outros) possuem agência social que é a capacidade de “saber” e de “conhecer”, mesmo frente às situações problemáticas e restritivas. Por essa noção os agricultores são dotados de uma ação ativa na construção de suas estratégias de desenvolvimento e dos seus projetos de vida. Eles possuem conhecimentos e sabem como agir frente a um evento social mesmo não esperado, a ação das instituições ou de outros atores sociais com quem mantêm interações de diversos tipos (KIYOTA et al 2014, p. 74).

Segundo Ploeg et al. (2004), pode-se entender a novidade como ruptura ou alteração de costumes existentes, ou mesmo novas práticas que fornecem uma nova maneira de fazer as coisas e pensar, além de melhorar os hábitos existentes. Desta forma, são consideradas as “sementes da transição” por proporcionarem as condições para a transformação da agricultura.

Acreditamos que a produção de novidades seja um conceito que, juntos, com as noções associadas de regimes sociotécnicos e estratégicos de nichos, pode ajudar a encontrar novas maneiras de sair das crises multifacetadas que a agricultura está enfrentando atualmente [...] novidade é uma modificação e, às vezes, um romper com as rotinas existentes. É, de certa forma, um desvio. Uma novidade pode emergir e funcionar como um novo *insight* sobre uma prática existente ou pode consistir em uma nova prática. Principalmente, uma novidade é uma nova maneira de fazer e

pensar - um novo modo que carrega o potencial de fazer melhor, de ser superior às rotinas existentes (VAN DER PLOEG et al, 2004, p. 01, Tradução nossa).

Podemos determinar algumas das características da novidade, entre as quais destaque-se: as novidades são geradas a partir do conhecimento local, a partir do contexto socioeconômico, cultural e institucional dos participantes. Seu surgimento sempre está posto no contexto sociocultural em que nasce, e tomando outra extensão é provável que tenha outros resultados (GAZOLLA, 2012).

Segundo Oliveira, Grisa, Niederle (2020) as novidades tendem a ser produtoras de mudanças co-evolutivas e diferentes domínios. Portanto, além de não seguir a trajetória esperada, o impacto da novidade é mais amplo, não se limita a uma etapa do processo produtivo, e pode se desenvolver em torno de novos processos, produtos, mercados, novas organizações e redes de conhecimento. A relevância da novidade se estende além de si mesma e desencadeia e alimenta novas iniciativas.

Gazolla e Schneider (2015) falam que as novidades são capazes de gerar transições significativas em práticas sociais já consolidadas, agregando maiores graus de autonomia e sustentabilidade nas atividades produtivas e econômicas dos atores que as geram.

As novidades caracterizam-se por serem baseadas nos conhecimentos dos agricultores (especialmente os conhecimentos tácitos e contextualizados), possuírem um caráter de radicalidade, serem internas ao contexto institucional em que surgem e possuírem enraizamento socioespacial no território em que são geradas (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2015, p 180).

As novidades são definidas como as novas práticas de atores, que interagem com diferentes tipos de conhecimentos e experiências, e estabelecem soluções sociotécnicas criativas no ambiente local, com o objetivo de melhorar ou resolver problemas que muitas vezes afetam sua vida social ou métodos de trabalho. As novidades acabam por ressaltar a capacidade de agir dos sujeitos, onde os mesmos assumem atitude dinâmica nos seus processos de construção de novas práticas e técnicas (GAZOLLA e AQUINO 2021).

Mello e Schneider (2013) entendem novidades como uma modificação e, por vezes, uma quebra de rotinas, podem constituir uma modificação dentro de uma prática já existente ou ainda constituir uma nova prática. No entanto enfatizam que se trata de um processo que ocorre localmente e diante disso é dependente do “ecossistema e da cultura local” onde o “processo de trabalho está enraizado”, caracterizando que uma novidade gerada em um local pode não ser relevante e não surgir em outro.

Desta forma, entende-se novidade como algo novo, desde uma nova prática, uma nova visão sobre algo, ou até um resultado inesperado desde que interessante. É assim, que a geração de novidade pode representar novas perspectivas, práticas, dispositivos ou agregação de recursos utilizados em outros segmentos sociais, como meios digitais, com a comercialização de produtos, que carregam a promessa de poder funcionar melhor e atingir um público não alcançado através dos meios tradicionais de comercialização (OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008; TROIAN; KLEIN; DALCIN, 2011).

Trazendo esta reflexão para o objetivo desta dissertação, o conceito de novidade torna-se interessante para as reflexões acerca das realidades construídas pelos agricultores familiares do Feirão Colonial de Santa Maria- RS. Se uma das primeiras características das novidades é seu caráter de ser “algo novo em um determinado contexto”, conhecer as novidades geradas pelos agricultores em um cenário de pandemia, torna-se, ao mesmo tempo, desafiador e produtivo. Com a chegada da Pandemia e o fechamento ou diminuição de muitos espaços de comercialização, os agricultores familiares (como outros setores) precisaram se adaptar e criaram novas formas de sobrevivência, onde a comercialização de seus produtos, foi um dos principais desafios.

Segundo Dengo (2018) os agricultores familiares são muito criativos e inventivos, e segundo suas próprias necessidades são capazes de resolver problemas através de soluções simples e inovadoras. Podendo-se dizer que esses agricultores estão constantemente criando novidades. A autora ainda expõe que as novidades surgem nos nichos sociotécnicos¹⁵, e que os agricultores promovem seus próprios avanços de produção dentro dos seus sistemas agrícolas e nas organizações sociais, proporcionando mudanças de baixo para cima, por meio da ação proativa dos atores sociais.

Isto porque as novidades são produzidas a partir e no contexto das atividades produtivas e com base no conhecimento e na capacidade dos agricultores de utilizar e de selecionar conhecimentos e tecnologias produzidas externamente, adaptando-as e configurando-as ao seu contexto específico (GAZOLLA 2011).

Gazolla; Schneider (2015) destacam a atuação de instituições, políticas públicas, organizações privadas e atores sociais que têm interfaces com agricultores e suas atividades de transformação alimentar onde influenciam na produção de novidades. Os autores enfatizam que o ambiente institucional pode fortalecer a produção de novidades, usando como exemplo

¹⁵ As novidades podem ser examinadas em três níveis heurísticos e analíticos (nicho, regime e paisagem), as novidades aparecem no nicho, as leis e regras do sistema estão contidas no regime e na paisagem sociotécnica estão os valores, a cultura, problemas globais e outros elementos que mudam lentamente. As práticas para criá-los coevoluem com o tempo (DENGO, 2018).

programas de crédito rural como o PRONAF Agroindústria. Porém, ressaltam que geração de novidades também pode ser inibida, através de sanções aplicadas às agroindústrias, como agroindústrias sem formalização (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2015).

Dessa forma, a capacidade final de recuperação do choque causado pela pandemia depende não apenas da intensidade ou gravidade inicial da pandemia, mas também da capacidade de resposta dos atores em mitigar ou paralisar o impacto inicial da pandemia (BENÉ, 2020). Assim sendo, para compreender as questões que envolvem a geração de novidades pelos agricultores familiares do Feirão Colonial faz-se necessário identificar as forças ou elementos sociotécnicos que são acionados no sentido da produção de algo novo em direção à comercialização e divulgação dos produtos. No capítulo que segue iniciam-se as narrativas acerca destes elementos.

CAPÍTULO 4 - A EXPERIÊNCIA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA DO PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA DE SANTA MARIA-RS: DA FEICOOP AO FEIRÃO COLONIAL

O presente capítulo apresenta o “Feirão Colonial” de Santa Maria, local de realização da pesquisa. O Feirão, ou “Feira da Irmã Lourdes”, como é conhecido em Santa Maria, faz parte das ações de Economia Solidária desenvolvidas pelo Projeto Esperança/Coesperança, que além de organizar um terminal de comercialização para os produtos da agricultura familiar, artesãos, agroindústrias familiares e outros empreendimentos solidários, promove formação política e profissional dos sujeitos com vistas ao fortalecimento de pequenas iniciativas, rurais e urbanas a partir da autogestão e promoção de autonomia.

Para tanto, o capítulo apresenta a estrutura organizacional do Projeto Esperança/Coesperança, sua relação com as ações de economia solidária vinculadas à Cáritas Brasileira, instituição da igreja católica que representa o “braço” social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que atua na defesa dos direitos humanos e apoia iniciativas populares de geração de trabalho e renda. O trabalho e as dinâmicas de comercialização que ocorrem no Feirão Colonial possuem relação direta com a estrutura do Projeto Esperança/Coesperança e suas ações em Economia Solidária.

Deste modo esta seção da dissertação versa sobre: economia solidária, instituições de formalização e fomento a esta, apresentação do projeto e suas ações e por fim o Feirão Colonial, foco da pesquisa.

Para melhor visualização das relações estabelecidas entre Feirão Colonial, Projeto Esperança/Coesperança, Rede Esperança e Cáritas, apresentamos uma ilustração (Figura 04).

Figura 04 - Pirâmide organizacional e situação do Feirão.



Fonte: Elaborado pela autora.

4.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA

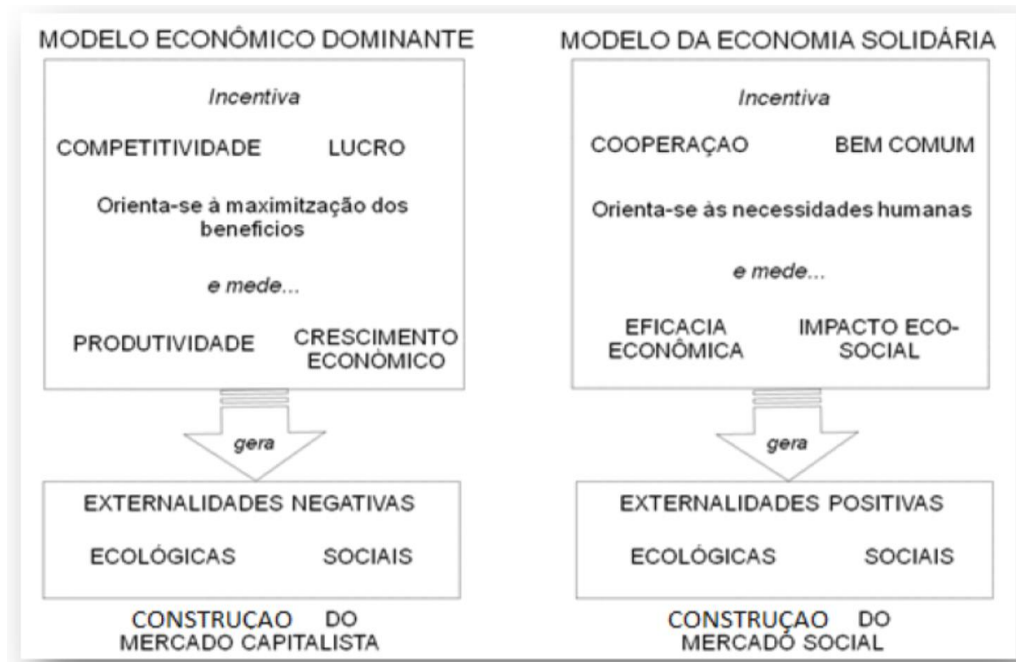
Conceituar economia solidária não é tarefa fácil, muito embora exista uma literatura definida que aborda seus princípios e objetivos. Porém, compreender e conceituar economia solidária necessita de uma reflexão de contexto onde cada realidade articula cultura e conhecimento a partir de suas realidades. Por esta razão vamos encontrar na literatura termos como Economia Social (ES), comum na Europa e Economia Popular (EP) termo utilizado na América Latina (SILVA; SENA; GUIMARÃES, 2020).

A economia solidária na sua construção teórica e na sua aplicação em empreendimentos solidários é norteada por princípios que prezam pelo comum, a partilha, o local, o coletivo, a cooperação, o trabalho, e a solidariedade. É o oposto ou alternativo à Economia tradicional de mercado capitalista marcada pelo individualismo, da atomização, da desagregação, da concorrência e da competição, sob a defesa da acumulação do capital.

A economia solidária possui como características a propriedade coletiva e individual dos meios de produção, seguindo o pensamento e execução dos processos de trabalho de forma associada e onde a autogestão dos empreendimentos ocorre pelo próprio corpo de trabalhadores-sócios (SINGER, 2002; CHIARIELLO; FONSECA; MORAE, 2021).

Difere da economia de base capitalista pelas iniciativas de cunho cooperativo, a partir das necessidades da vida planetária observando os direitos humanos e os da natureza, por essa razão questões sociais, culturais, éticas e ambientais são centrais. A figura 05 elenca algumas diferenças com relação aos “modelos” de economia: o dominante de base capitalista e uma “outra”, mais alternativa e de acordo com as questões socioculturais que pautam a realidade como algo específico e dotado de particularidades.

Figura 05 - Diferenças entre “modelos” econômicos.



Fonte: Elaborado pela autora.

Para conceituar economia Solidária começamos com os estudos de Paul Singer, importante agente do movimento, no Brasil e América Latina:

A Economia Solidária é um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. É a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto. É o inverso da relação que prevalece em empreendimentos heterogestionários, em que os que desempenham funções responsáveis têm autoridade sobre os outros (SINGER, 2008, p. 289).

Esta “outra” economia emerge como um meio de organização do trabalho tendo em seus princípios a busca pela redução das desigualdades sociais através da propagação dos valores de cooperação e solidariedade, pois o sistema econômico dominante na sociedade, apesar de uma grande capacidade de gerar renda, evolui de forma não uniforme (FERREIRA et al, 2019). A economia solidária é uma forma diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Enquanto na economia convencional existe a separação entre os donos do negócio e os empregados, na economia solidária, os próprios trabalhadores são donos. São eles que decidem como conduzir o negócio, dividir o trabalho e compartilhar os resultados (BRASIL-MTE, 2015).

Na América Latina a Economia Solidária se consolida no início dos anos 90, onde através da luta conjunta entre sindicatos e partidos políticos atua na busca por direitos no campo do trabalho (SINGER, 2002). Entretanto, a Economia Solidária estabelece seus primeiros passos no Brasil ainda no final dos anos 80 através dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs)¹⁶ elaborados pela Cáritas, destinados a conduzir renda e trabalho de modo associativo para moradores pobres de localidades rurais e urbanas.

Surge também no mesmo período, as Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária (ITES)¹⁷ proporcionando apoio técnico, logístico e jurídico para viabilizar os empreendimentos autogestionários originados através do PACs. Estas são núcleos universitários designados à incubação de cooperativas e grupos produtivos associados (SILVA; SENA; GUIMARÃES, 2020).

Os PACs são pequenas iniciativas populares, nascidas a partir do apoio financeiro dado pela Cáritas. A finalidade latente é o estímulo à vivência comunitária e à participação nas pastorais, bem como nos movimentos sociais. Os PACs são interpretados pela Cáritas como instrumentos pedagógicos para uma ação social de novo tipo, supostamente não paternalista, nem assistencialista. Eles seriam espécie de “escola” de cidadania, geradora de uma formação tanto profissional, quanto política (SOUZA, 2006, p. 06).

A Economia Solidária surge (ou ressurge) no Brasil principalmente a partir dos anos 80, através de muitas experiências associativas que começam a se organizar, no campo e na cidade, em distintos contextos econômicos e sociais. Dentre elas: empresas falidas ou em crise, recuperadas pelos trabalhadores; grupos e associações comunitários; associações e cooperativas constituídas por agricultores (as) familiares e assentados da reforma agrária, cooperativas urbanas, grupos de finanças solidárias, dentre outras iniciativas que integravam

¹⁶ No início dos anos 80 Dom José Ivo Lorscheiter, Bispo Diocesano de Santa Maria, com base no estudo do livro "A Pobreza, Riqueza dos Povos" desafiava a Cáritas-RS a criar e desenvolver os PACs, como um novo jeito de construir o Desenvolvimento Solidário e Sustentável encontrar soluções para os grandes problemas sociais, entre eles o desemprego, o êxodo rural, a fome, a miséria e a exclusão social. A partir de 1982, a Diocese de Santa Maria, a UFSM, a EMATER Regional - RS e outras organizações iniciaram o estudo do livro, promoveram Seminários e Jornada de Estudos na região Centro - RS, cuja articulação regional deu a origem aos PACs junto com a Cáritas Regional - RS. Em 1984 foram surgindo as primeiras experiências de Grupos Comunitários e Associações. Em 1987 criou-se o Projeto Esperança e o início do seu funcionamento a partir dos Grupos Organizados que se integraram desde o início, neste Programa (ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2021).

¹⁷ “As universidades brasileiras, com as Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária (ITES) vem se consolidando como um dos principais espaços de construção de caminhos alternativos. A incubação assume um papel duplo, pois através das suas atividades volta-se para a sociedade, no apoio aos processos de auto-organização de grupos socialmente excluídos, e também para a universidade, produzindo insumos para pesquisa, construindo processos de aprendizagem e mobilizando e integrando diversas áreas do saber e campos de atuação profissional. A prática das incubadoras caracteriza-se como importante exemplo para o resgate da funcionalidade das universidades públicas brasileiras em direção à produção de conhecimento que contribua com a transformação social (OLIVEIRA; ADDOR; MAIA, 2018, p. 39)”.

práticas organizativas. Entretanto é somente nos anos 90, que o “termo Economia Solidária passa a ser mais amplamente utilizado, articulando conceitualmente essas distintas experiências, seja em seu questionamento ao sistema econômico capitalista, seja como uma estratégia coletiva de geração de trabalho e renda” (SCHMITT; TYGEL, 2009 p. 107).

Schmitt e Tygel (2009) destacam que o tecido social que integra a construção das práticas de Economia Solidária no Brasil não se restringiu aos empreendimentos econômicos. No campo de articulação social voltada à construção de economia alternativa se reúnem diversos agentes, dentre eles: organizações sindicais, ONGs, acadêmicos de diversas áreas, religiosos, gestores públicos, entre outros. Envolvendo também organizações de apoio e articulação, como as Incubadoras Universitárias; organizações ligadas à Igreja Católica como a Cáritas Brasileira, entre tantas outras.

A Cáritas¹⁸ que atua desde o ano de 1956 no Brasil, sendo uma ramificação social da Igreja Católica foi quem inicialmente idealizou e atuou junto às PACs. Estas iniciativas populares de geração de trabalho e renda contribuíram para a formação de uma rede de economia popular e solidária, seguindo a perspectiva da “caridade libertadora”. Estas unidades comunitárias desenvolveram ações de caráter educativo: como fóruns e formações em economia solidária, buscando com que os integrantes desenvolvessem autonomia econômica e política (CÁRITAS, 2021).

A Cáritas é uma Organização Não Governamental (ONG) da Igreja Católica e organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e é reconhecida como entidade de utilidade pública federal, o que lhe permite fazer convênios com órgãos de governos. Tem como princípios norteadores de atuação contribuir para um mundo mais digno e mais justo, principalmente para as pessoas em vulnerabilidade e excluídas da sociedade.

No início a Cáritas apresentava uma prática assistencialista, com iniciativa voltadas a ajudar a camada mais pobre da população, realizando a distribuição dos mantimentos através de doações vindas de organizações europeias. Entretanto, na atualidade, a Cáritas Brasileira assume uma postura diferente e utiliza a palavra caridade no sentido de solidariedade, na perspectiva da “solidariedade pela vida” (SOUZA, 2006; CÁRITAS, 2021).

A Cáritas atua em projetos e ações em defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário na perspectiva de políticas públicas, onde seus agentes

¹⁸ A Cáritas é um organismo da Igreja Católica Apostólica Romana presente em 200 países e territórios, na forma da rede *Cáritas Internationalis*, sediada em Roma, no Vaticano (originada em 1897). Esta rede está subdividida em 7 regiões: América Latina e Caribe, África, Europa, Oceania, Ásia, América do Norte e a chamada MONA - Oriente Médio e Norte da África. A Cáritas age em parceria com organismos nacionais e internacionais, com enfoque na questão da defesa dos direitos humanos e numa perspectiva ecumênica (CÁRITAS, 2021).

trabalham junto a pessoas mais pobres em vulnerabilidade social, valorizando-as como indivíduos potencialmente ativos em busca de melhorias de suas condições de vida. Sua atuação ocorre muitas vezes em parceria com outras instituições e movimentos sociais (SOUZA, 2006; CÁRITAS, 2021).

No ano de 2020, após um longo período de formação de agentes a nível nacional, a Cáritas criou o Projeto Redes de Cooperação Solidária que organiza, forma e potencializa empreendimentos econômicos e solidários em cadeias produtivas. As ações são realizadas pela Cáritas Brasileira e acompanhadas pela diretoria de Inclusão Produtiva Urbana, no departamento de economia solidária do Ministério da Cidadania (CÁRITAS, 2021).

O projeto visa o adensamento e verticalização da produção, comercialização e consumo sustentável e solidário dos empreendimentos econômicos solidários. Tendo como finalidade fortalecer e articular a Economia Solidária como rede nacional, buscando uma maior integração entre os empreendimentos solidários do Brasil. Conta com 12 redes organizadas no país em regionais (CÁRITAS, 2021; ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2021).

A regional do estado do Rio Grande do Sul é a Rede Esperança que é composta pelos Empreendimentos de Economia Solidária vinculados ao Projeto Esperança/Cooperança. Tem como missão a conexão de pontos na organização territorial com base nos princípios da Economia Solidária em vista do bem viver, com geração de trabalho e renda no meio urbano e no meio rural na região central do Rio Grande do Sul (ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2021).

A visão da rede é ser referência nacional como rede de comercialização, através do comércio justo e solidário. Tendo como objetivos:

- Estabelecer parcerias com Instituições, Redes e Organizações, respeitando os princípios da Economia Solidária, com vistas na formação, organização, inclusão social e cidadania;
- Promover intercâmbios com organizações sociais, Entidades, Movimentos e Poder Público para o fortalecimento da Agricultura Familiar e as Redes de Cooperação Solidária;
- Contribuir no fortalecimento da Rede de Projetos Sociais e Políticas Públicas em espaços de Comercialização Solidária.
- Participar na organização e Reconversão de Alternativas à Cultura do Fumo e das monoculturas;
- Produzir, consumir e comercializar “Comida de Verdade”;
- Dar visibilidade a “Rede Esperança”, através das novas tecnologias, ferramentas digitais e um Plano de Comunicação;
- Valorizar o ser humano acima do capital;

Promover a comercialização solidária de produtos e serviços, através de Feiras locais, Nacionais e Internacionais, que geram qualidade de vida, saúde e renda para os Empreendimentos Solidários;
Formar a Cadeia Produtiva Regional do Moranguinho;
Organizar uma Plataforma com as vendas online dos Produtos da Economia Solidária (ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2021).

Neste contexto, a Economia Solidária no Brasil vai dialogar com as causas sociais, ambientais e culturais da sociedade brasileira. Pautas como geração de trabalho e renda para os excluídos, inclusão socioprodutiva de pequenos trabalhadores rurais e urbanos, que encontram na economia solidária alternativas de organização e fortalecimento de suas iniciativas de trabalho.

A agricultura familiar encontra na economia solidária uma forma de organização econômica e social que se ancora nos princípios da Agroecologia, com promoção de relações sociais de envolvimento com trocas de práticas e saberes e a inserção em circuitos curtos de comercialização através da participação em feiras de comercialização da Economia Solidária (SCHMITT; TYGEL, 2009).

Possuindo características essencialmente distributivas, a agricultura familiar além de dispor de traços socioculturais que permitem sua adequação e construção conjunta com a economia solidária, ao mesmo tempo em que propicia uma melhor adaptação à sustentabilidade no que se refere à estabilidade, à diversificação e à durabilidade dos recursos naturais. Estas estruturas são características que possibilitam o desenvolvimento da organização familiar na produção e manejo dos espaços rurais (MENDANHA, 2010).

A economia solidária busca gerar trabalho e renda a partir das necessidades locais onde atua, pauta suas iniciativas através de princípios de solidariedade e cooperação. Com iniciativas econômicas solidárias que integram diferentes setores e segmentos da sociedade, como consumo, comercialização e produção. Na qual dentro da esfera produtiva encontram-se os agricultores familiares, que se estabelecem enquanto unidade, onde o trabalho realizado é de responsabilidade familiar, e a terra se constitui como o principal meio de sustento da família (RODRIGUES; COSTA; PRIORE, 2021).

No contexto do desenvolvimento de organizações da economia solidária, a participação de agricultores familiares e da agroecologia evidencia a importância destas iniciativas na promoção de alternativas mais sustentáveis e justas, que propiciam acesso a alimentos seguros, diversificados e de origem local. A agricultura familiar se interliga com a Economia Solidária tendo em contexto produtivo a inserção de discussões em torno da agroecologia, a qual busca a produção em bases mais justas e sustentáveis, com valorizando a

produção local, com cuidados ao bem estar social, o não uso de agrotóxicos, e a preservação ambiental (RODRIGUES; COSTA; PRIORE, 2021).

A importância dos circuitos curtos na promoção de espaços de comercialização relacionados às iniciativas de economia solidária, da agricultura familiar e agroecológicas está, principalmente, em propiciar que o consumidor tenha acesso a uma produção sustentável e organizada. Ou seja, são experiências que fortalecem o comércio justo e solidário, a produção sustentável e o consumo consciente, que buscam aproximar produtores e consumidores por meio dos circuitos curtos de comercialização (NIEDERLE et al, 2013; RODRIGUES; COSTA; PRIORE, 2021).

As feiras, historicamente presentes nos aglomerados urbanos, são caracterizadas como uma das formas de Circuitos Curtos de Comercialização, compreendidos como aqueles em que a circulação de produtos ocorre com a proximidade entre produção e consumo, pautada na confiança mútua conferindo credibilidade aos produtos comercializados (SILVEIRA; GUIVANT, 2012).

Desta forma, falar em Economia Solidária no contexto da agricultura familiar implica em reconhecer as especificidades desta categoria sociopolítica no que se refere às suas demandas, formas de vida e de trabalho, com vistas para a cooperação como caminho para o fortalecimento, sistemas produtivos que respeitam os agroecossistemas locais, como condição de sustentabilidade no tempo e inserção dos produtos em circuitos curtos de comercialização e consumo como aproximação dos agricultores aos consumidores.

Tais estratégias podem conferir vantagens, tanto para quem produz, como a eliminação de atravessadores e possibilidade de maiores lucros, como para os consumidores que têm a possibilidade de adquirir alimentos mais frescos e de acordo com as culturas e práticas de alimentação mais enraizadas localmente contribuindo assim para a segurança e soberania alimentar.

A seguir apresenta-se o Projeto Esperança/Cooesperança de Santa Maria e suas ações em prol da Economia Solidária. Compreender seu lugar no fortalecimento das pequenas iniciativas rurais e urbanas auxilia nas reflexões acerca da geração de novidades.

4.2 O PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA DE SANTA MARIA: DA SEMEADURA À COLHEITA DE NOVAS OPORTUNIDADES

O projeto Projeto Esperança/Cooesperança, surgiu do estudo do Livro: “A Pobreza Riqueza dos Povos” do autor africano Albert Tévoédjéré. Este livro contribuiu para que o

Bispo Dom Ivo Lorscheiter, figura emblemática da Diocese de Santa Maria sugerisse o desafio à Cáritas/RS de criar os PACs, Projetos Alternativos Comunitários que vão dar origem às organizações de Economia Solidária na região central no Rio Grande do Sul, mais tarde se espalhando para várias regiões brasileiras. O estudo do livro iniciou-se em 1980 e em 1986 iniciaram os primeiros PACs tendo como objetivo contemplar o combate ao desemprego à fome e a exclusão social (BARCELOS, 2012; ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2021).

O Projeto Esperança/Cooesperança foi idealizado por Dom Ivo Lorscheiter e um grupo de Professores da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER-RS), lideranças da Diocese de Santa Maria e representantes das Congregações Religiosas. Desse grupo foi criado em 1987 na cidade de Santa Maria- RS o Projeto Esperança, com a participação de grupos rurais e urbanos que buscavam a reprodução socioeconômica por meio da inclusão de projetos de economia solidária. O projeto apoia-se nos pilares do associativismo, do trabalho, da solidariedade, da cidadania e da soberania alimentar como caminho para o desenvolvimento sustentável (ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2017).

No ano de 1989 funda-se a Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos (COOESPERANÇA) vinculada ao Projeto Esperança e unindo-se com o Projeto Esperança congrega e articula grupos organizados a fim de viabilizar a comercialização direta de produtos produzidos pelos Empreendimentos Solidários rurais e urbanos, fortalecendo os grupos sob um novo modelo de cooperativismo através de uma “proposta alternativa, solidária, transformadora, autogestionária e do desenvolvimento solidário e sustentável na certeza de que “Um Outro Cooperativismo É Possível” (ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2017).

O Projeto Esperança e a COOESPERANÇA, andam juntos, daí surge a denominação projeto Esperança/Cooesperança, uma forma integrada de buscar o fortalecimento dos empreendimentos rurais e urbanos de economia solidária através da cultura da solidariedade, inclusão social e geração de trabalho e renda promovendo assim caminhos para um Desenvolvimento Solidário e Sustentável.

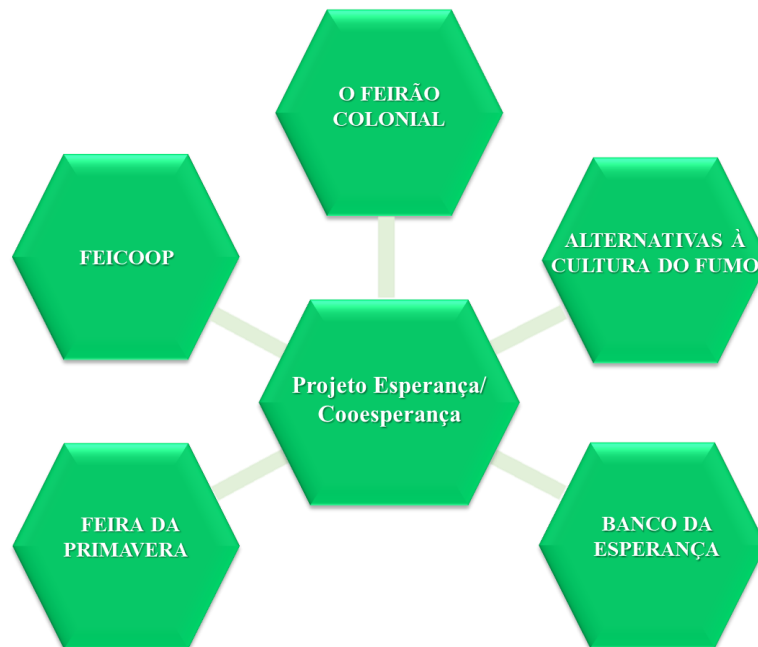
O Projeto Esperança/Cooesperança, tem participação efetiva na construção de Políticas Públicas buscando viabilidade econômica dos empreendimentos solidários e dos movimentos sociais de resistência e organização cooperativada. E beneficia alguns segmentos sociais, como por exemplo: agricultura e agroindústria familiar; catadores/as de material reciclados; povos indígenas; quilombolas; artesãos/as, e incentiva iniciativas vinculadas a

agroecologia e a promoção da segurança alimentar e nutricional (ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2021).

O Projeto tem uma ampla área de atuação, atuando em diversos segmentos sociais. É um grande incentivador de ações que vão desde a área da comercialização de produtos com a idealização, apoio e realização da Feira da Primavera, do Feirão Colonial e da Feira Internacional do Cooperativismo (FEICOOP). Ainda articula e realiza ações que buscam a criação de alternativas para agricultores familiares que atuam na fumicultura e que buscam a transição de seus sistemas produtivos para a produção de alimentos, o que não é fácil de se concretizar sem apoio técnico, político e institucional.

A fim de compreender os segmentos que o Projeto Esperança/Cooesperança atua apresenta-se a Figura 06 que permite observar as ações e projetos que são apoiados ou idealizados pelo mesmo.

Figura 06 - Ações e projetos ligados ao Projeto Esperança/Cooesperança



Fonte: Elaborado pela autora.

A Feira da Primavera é considerada a feira mais antiga da região, foi criada em setembro de 1975 pelo Bispo Diocesano de Santa Maria Dom Ivo Lorscheiter e era realizada anualmente na parte baixa no Altar Monumento do Parque da Medianeira, de Santa Maria, durante quatro dias. Desde 2008, a Feira acontece nas dependências do Centro de Referência

em Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter e passou a acontecer durante dois dias. A Feira inicialmente era organizada pela Diocese de Santa Maria, porém a partir do ano de 1987, o Projeto Esperança/Cooesperança se agrega e assume a organização e realização da Feira (ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2021).

A Feira desde os seus primórdios busca promover a solidariedade em favor dos menos favorecidos, é realizada com participação de todas as prefeituras dos municípios da Diocese de Santa Maria e tem como propósito arrecadar recursos para projetos sociais, a Primeira Feira da Primavera permitiu arrecadar recursos para a criação do Banco da Esperança¹⁹. Nos últimos anos se agregam a Feira o Brique da Vila Belga²⁰ e a Polifeira²¹ da UFSM (ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2021).

Outra iniciativa apoiada pelo projeto Esperança/Cooesperança é o Seminário de Alternativas à Cultura do Fumo que iniciou no ano de 1991, o evento ocorre anualmente e é organizado e idealizado em conjunto pelo projeto Esperança/Cooesperança, Diocese de Santa Maria, Santa Cruz do Sul e Cachoeira do Sul, posteriormente uniram-se as dioceses de Cruz Alta e Santo Ângelo. os eventos ocorrem de forma alternada entre as dioceses. Durante as três décadas muitas famílias deixaram de plantar fumo e trocaram pela produção de alimentos orgânicos e agroecológicos (ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2021).

Esta iniciativa opõe-se com veemência não apenas à produção, mas também ao consumo do tabaco. Nos seminários participam membros de projetos alternativos comunitários, fumicultores, representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), sindicalistas, técnicos agrícolas, professores, estudantes, psicólogos, assistentes sociais, extensionistas rurais, sociólogos, enfermeiros, jornalistas, médicos, engenheiros agrônomos, representantes do Ministério da Saúde e das Secretarias de Saúde do Estado e dos Municípios, Secretários Municipais de Agricultura e da Educação, Prefeitos, Vereadores, Funcionários Públicos, Bispos, religiosos e outras lideranças das três Dioceses (RIFFEL et al, 1998, p. 90).

Segundo Riffel et al (1998) a Igreja Católica realizava seminários anuais sobre o tema da fumicultura e as consequências à saúde do produtor. Os seminários tinham temas

¹⁹ Segundo Medeiros et al (2013) o Banco da Esperança é uma instituição filantrópica criada em 1977 que trabalha com assistência social e sem fins lucrativos, vinculado à Mitra Diocesana de Santa Maria e tem a finalidade de realizar atividades sociais, educacionais, culturais e assistenciais da Diocese, visando uma sociedade mais justa e solidária.

²⁰ “O Brique da Vila Belga é um movimento cultural que busca através de diversas ações reintegrar o centro histórico de Santa Maria à dinâmica urbana. Divulga elementos culturais diferenciais, promovendo aquilo que pode ser qualificado positivamente como singular de Santa Maria. Surgiu em 2015 por iniciativa de moradores da Vila Belga que buscavam criar um espaço de socialização e convívio para a cidade a partir do resgate histórico e da valorização patrimonial da Vila Belga (BRIQUE, 2021)”.

²¹ A Polifeira é um projeto de extensão desenvolvido pelo Colégio Politécnico da UFSM, que iniciou em 2017 no campus sede da UFSM, os agricultores familiares integrantes da feira são selecionados via edital e estes recebem assistência técnica da UFSM via professores e alunos (SPECHEIT, 2019).

envolvendo os prejuízos à saúde de pessoas fumantes e ao próprio produtor de fumo, além de apresentar alternativas produtivas para os agricultores.

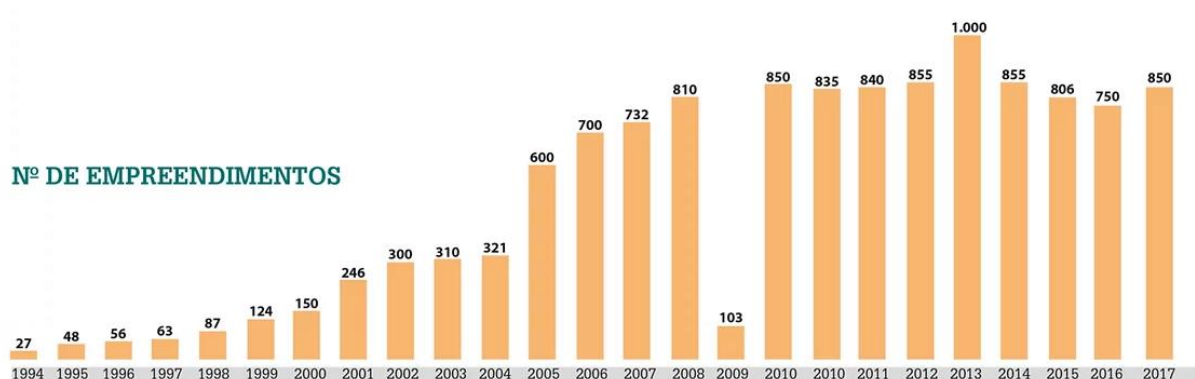
4.2.1 A Feira Internacional do Cooperativismo - FEICOOP

O projeto Esperança/Cooesperança é protagonista na organização da Feira Internacional de Cooperativismo (FEICOOP) que é um evento de economia solidária que reúne anualmente milhares de pessoas e várias instituições de diferentes regiões do Brasil e da América Latina. Pela sua expressividade e capacidade a FEICOOP promoveu Santa Maria como a “capital da economia solidária”.

Desde 1994, realiza-se em Santa Maria o evento, que em 2021 realizou-se a sua 27ª edição, a Feira faz parte da articulação nacional da Economia Solidária, e representa um “braço” do Fórum Social Mundial (FSM). A feira tem como lema “Uma Experiência Aprendiz e Ensinante” onde além da feira como espaço de comercialização, acontecem em paralelo conferências, seminários, oficinas, momentos culturais, dentre outras atividades, onde as pessoas se tornam sujeitos participativos e os empreendimentos solidários colocam à disposição dos consumidores uma grande variedade de produtos produzidos pela Economia Solidária (ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2021).

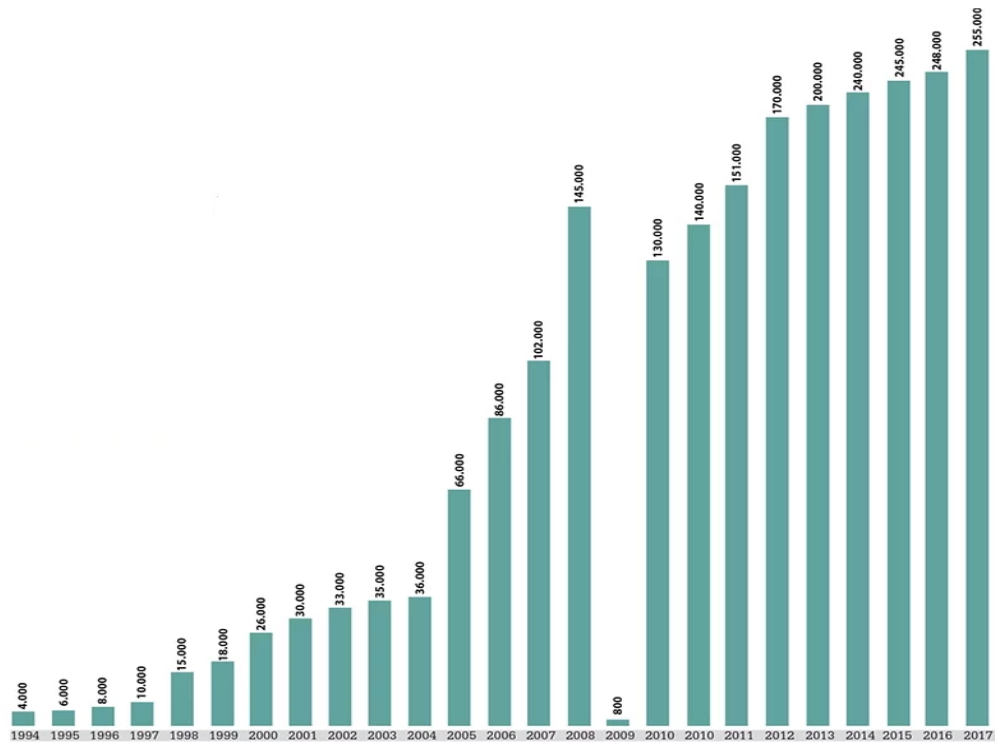
Desde sua primeira Edição a FEICOOP integra diferentes grupos de empreendedores (Gráfico 01) de economia solidária, diferentes regiões, estados e países, números (Gráfico 02) que crescem de forma bastante significativa a cada ano.

Gráfico 01- Número de empreendimentos por edição da FEICOOP



Fonte: ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2021.

Gráfico 02 - Número de pessoas por edição da FEICOOP.



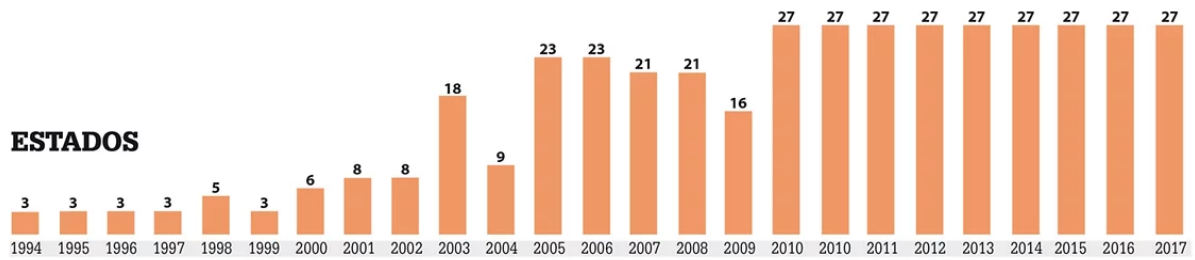
Fonte: ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2021.

A partir de seu caráter “Aprendente e Ensinante” a FEICOOP vem se adaptando às condições políticas e institucionais brasileiras. A feira sempre aconteceu com apoio de instituições como Prefeitura Municipal, Governo do Estado do RS, Universidade, Institutos Federais e Instâncias do Governo Federal, mais especialmente a partir de 2003 a partir da criação da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), dentro do Ministério do Trabalho.

A SENAES passa a desenvolver e implementar políticas públicas de fomento à Economia Solidária contribuindo de forma bastante significativa para a materialização e fortalecimento de pequenas iniciativas de geração de trabalho e renda no País. Dentre as ações destaca-se aqui os investimentos da SENAES na estruturação da FEICOOP a partir do repasse de recursos da Secretaria para a realização da feira, desde estrutura (lonas e pirâmides que abrigam os empreendimentos durante os dias de feira), sistema de som, de geração de energia, de transporte, de alimentação e realização de seminários e espaços de formação.

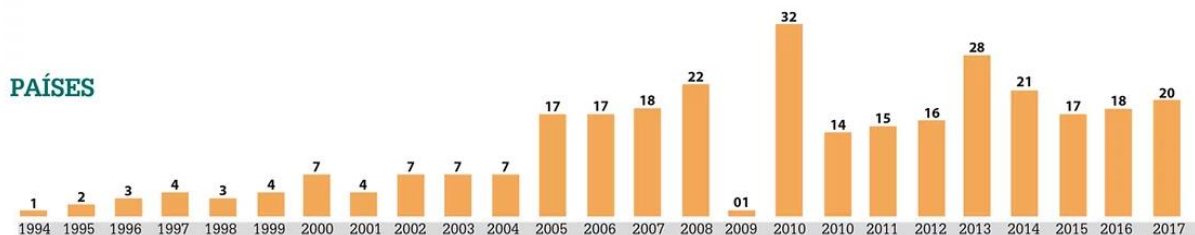
Importante salientar que a estruturação da SENAES foi decisiva para o crescimento da FEICOOP que passa a agregar diversos estados brasileiros (Gráfico 03) e ainda países da América Latina, África e outros países da Europa (Gráfico 04).

Gráfico 03 - Número de Estados brasileiros por edição da FEICOOP



Fonte: ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2021.

Gráfico 04 - Número de países por edição da FEICOOP



Fonte: ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2021.

Com a extinção da SENAES em 2019, a partir da entrada do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, a Economia Solidária perde espaço nas políticas públicas sendo atualmente parte da estrutura do Ministério da Cidadania onde está alocada no Departamento de Inclusão Socioprodutiva Urbana, na coordenação geral de Economia Solidária, associativismo e cooperativismo. Estas mudanças vão acarretar em profundas transformações nas estruturas de Economia Solidária do País, que sem subsídios públicos precisam reconstruir suas estratégias de existência e permanência.

No caso da FEICOOP, ela passa a acontecer com o apoio de alguns deputados federais e estaduais que por alinhamento ideológico destinam emendas parlamentares para a realização da Feira. E é nesse momento, a partir de 2016 que o Projeto Esperança/Cooesperança passa a realizar a Feira em parceria com instituições que elaboram projetos e executam os recursos das emendas parlamentares. Dentre as instituições destaque para a Universidade Federal de Santa Maria e Instituto Federal Farroupilha, atuais parceiros da FEICOOP.

4.2.2 Geração de Novidades na FEICOOP

Com o advento da pandemia e a criação de vários decretos de proibição para realização de eventos, a FEICOOP teve sua realização ameaçada. A possibilidade de ela não ocorrer mobilizou várias organizações de Economia Solidária no Brasil e fora dele. Muitas reuniões virtuais foram realizadas na busca por uma solução, já que a ideia de sua não realização era refutada pelos agentes de economia solidária, dada a conjuntura econômica de desemprego e fragilidade dos segmentos produtivos mais vulneráveis e ainda a fome que volta a assolar inúmeras famílias brasileiras, como já narrado neste trabalho.

A realização de uma edição especial marcaria a resiliência da FEICOOP frente às adversidades impostas pela pandemia em 2020. Como uma Feira Aprendente e Ensinante a FEICOOP se reinventa e realiza a Maior Feira de Economia Solidária on-line com a participação de vários segmentos, países, instituições, movimentos sociais e sujeitos.

Com o desafio da não presencialidade, a Feira foi adaptada para um formato 100% online, ficando conhecida como FEICOOP- Edição Especial On-Line (Figura 07). Como momento propício para o debate, formação e trocas de experiências, a Feira é então estruturada em três modalidades, distintas e complementares: a 1ª Jornada Internacional de Economia Solidária, 1ª Mostra de Arte, Cultura e Diversidade e a grande novidade, a 1º Feira Virtual da Economia Solidária. Todos os espaços aconteceram de 01 a 15 de dezembro.

Figura 07 - Card de divulgação da FEICOOP 2020 – Edição Especial On-Line



Fonte: Elaborado pela equipe Projeto Fomento a Economia Solidária.

A 1ª Jornada Formativa da FEICOOP (Figura 08), contou com seminários estruturantes e com uma extensa programação de atividades autogestionárias onde um grande público nacional e internacional acompanhou as atividades durante os 15 dias de feira. Também a 1ª Mostra de arte cultura e diversidade de Economia Solidária teve grande repercussão com a valorização, divulgação e intercâmbio das inúmeras expressões culturais da Economia Solidária e seus parceiros.

Figura 8 - Card de divulgação atividades da 1ª Jornada Formativa da FEICOOP



Fonte: Elaborado pela equipe Projeto Fomento a Economia Solidária.

Todos os espaços virtuais aconteceram em plataformas de transmissão e de reuniões pela internet, como plataforma, Google Meet, Zoom, redes sociais do *Facebook*, *Instagram* e ainda o *Youtube*, com grande número de acessos e interações (Figura 09 e 10).

Figura 09 - *Print Screen* de Atividade Autogestionária transmitida pelo *Facebook*



Fonte: Facebook (2021).

Figura 10 - *Print Screen* de Seminário Estruturante transmitido pelo *Facebook*



Fonte: Facebook (2021).

A grande novidade da FEICOOP Edição Especial Online na comercialização foi a realização da 1ª Feira virtual de Economia Solidária, com formato e dinâmica de comercialização desafiadora desde sua concepção, com a organização coletiva de como seria realizada até a preparação dos empreendimentos para divulgação dos produtos.

O Grupo de Trabalho (GT) responsável por pensar e estruturar a feira virtual (Figura 11) deliberou utilizando como parâmetro experiências semelhantes que já estavam

acontecendo em pequenos grupos. O GT apresenta a página do *Facebook* como a mais adequada e de conhecimento dos sujeitos envolvidos. É então criado então um Grupo de *Facebook* vinculado a página do *Facebook* da FEICOOP. Dessa forma, os grupos de empreendedores foram convidados e orientados a postarem seus produtos e empreendimento.

Figura 11 - Card de divulgação Feira Virtual



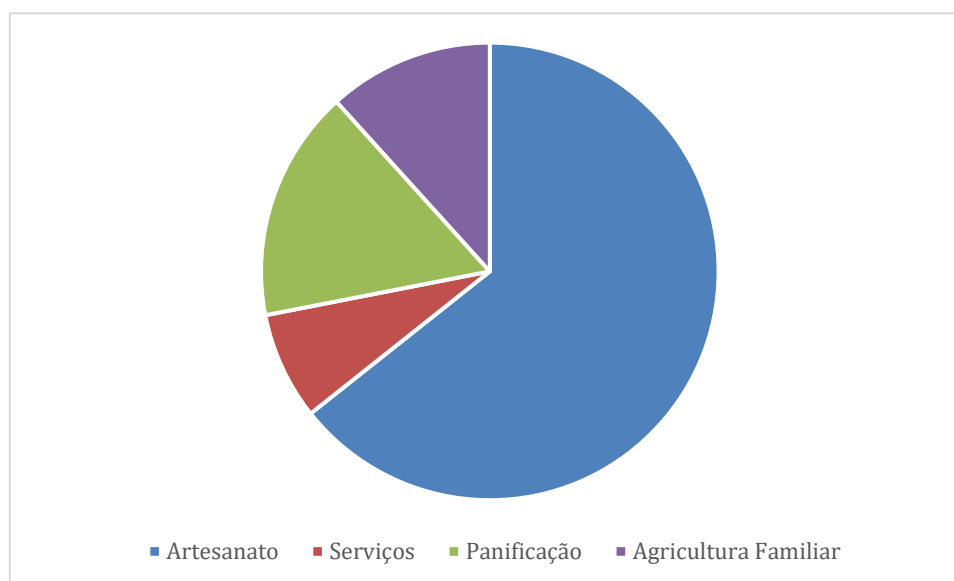
Fonte: Elaborado pela equipe Projeto Fomento a Economia Solidária

A Feira Virtual contou com 171 empreendimentos (Gráfico 05) de economia solidária inscritos de 13 estados brasileiros. Os participantes receberam no ato de inscrição um manual de orientação sobre a Feira, como orientações²² de acesso a um grupo de *WhatsApp* destinado a orientação e apoio aos empreendimentos, o manual também contava com orientações da forma de ingresso no grupo do *Facebook* (Figura 12), além de orientações de como realizar as postagens dos produtos e serviços no grupo denominado Feira Virtual de Economia Solidária - FEICOOP 2020.

A Feira contou com a participação de diversos segmentos, estando presente empreendimentos rurais e urbanos, o que mostra a diversidade presente na Economia Solidária. Dentre eles, destaca-se os empreendimentos denominados (no ato de inscrição) como: agricultores familiares, panificadores, artesanato, lanches e catadores.

²² Com as fotos prontas em seu celular, acessar o grupo da FEIRA VIRTUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - FEICOOP 2020 e postar quantas fotos desejar, escrevendo: Seu contato de *WhatsApp*; Seu Município, Estado, País; Informações do(s) Produto(s)/Serviço(s): tamanho, cor, tecido, etc; Valor do(s) Produto(s)/Serviços; Formas de pagamentos; Entregas a combinar entre o EES e as/os consumidores (FEICOOP, 2020).

Gráfico 05 - Segmentos dos empreendimentos produtores de alimentos participantes da Feira Virtual de Economia Solidária - FEICOOP 2020.



Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico comporta a apresentação dos empreendimentos produtores de alimentos inscritos para a Feira Virtual. Sendo assim, o quantitativo total de feirantes inscritos na feira corresponde a 171 empreendimentos. Assim sendo, destaca-se a predominância dos empreendimentos do segmento de Artesanato com 110 (cento e dez), destaca-se também o grande número de empreendimentos da Agricultura Familiar com 20 (vinte), além do segmento da Panificação com 28 (vinte e oito), 13 (treze) empreendimentos de Serviços

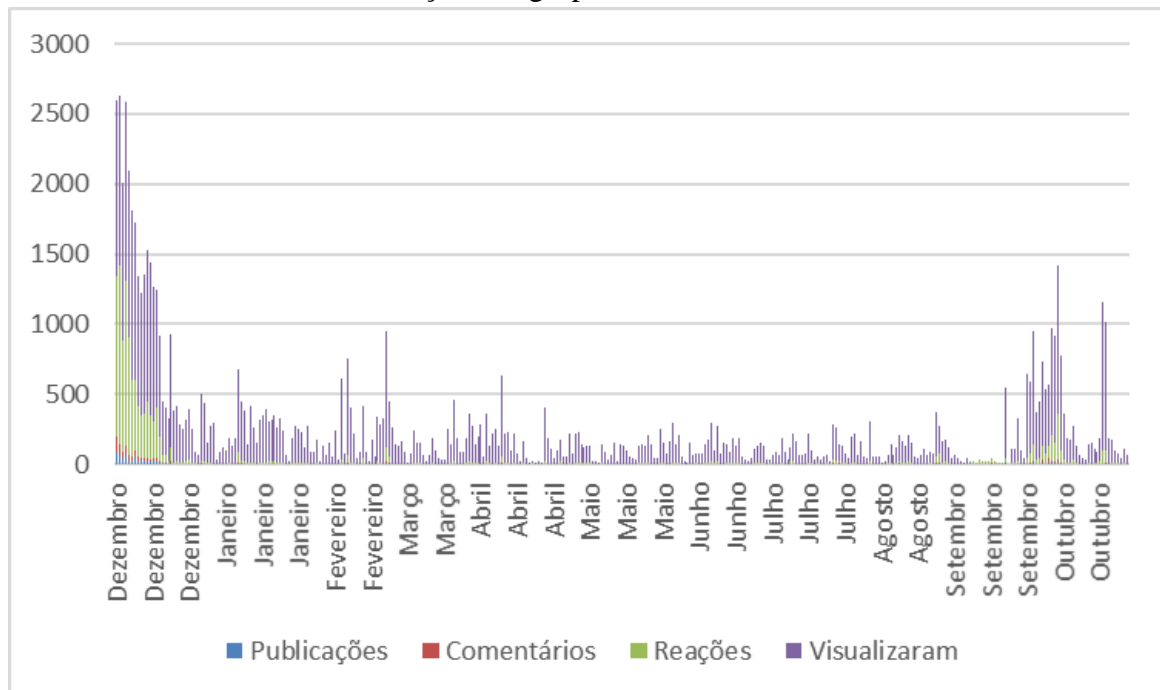
Figura 12 - Print screen da página do Facebook da Feira Virtual



Fonte: FACEBOOK, (2021).

A Feira Virtual conta atualmente com 2900 membros (entre consumidores e empreendimentos) e continua ativa, tendo apenas a alteração no nome da página que após a realização da Feira passou a se chamar Comercialização Virtual Solidária da FEICOOOP (Gráfico 06).

Gráfico 06 - Interações no grupo do *Facebook* da Feira Virtual



Fonte: Elaborado pela autora.

O grupo da Feira Virtual no *Facebook* apresentou média diária de 2600 interações no primeiro dia de realização da Feira e média diária de 1775 interações durante os 15 dias de Feira no ano de 2020. No período de janeiro de 2021 a setembro de 2021 a página da Feira contou com média diárias 155 interações.

O outro pico de interações corresponde a data da 27ª Edição da FEICOOOP que aconteceu de 7 a 10 de outubro de 2021, onde observamos que com a proximidade da data da Feira onde a divulgação é intensificada, o índice de interações aumentou constantemente, atingindo média de 950 interações diárias na semana anterior ao evento. Durante os 4 dias de evento a maior média observada foi de 1400 interações diárias e com média diária durante a Feira de 870 interações.

Segundo Soares e Monteiro (2015) o mundo virtual e suas interações são reflexos da sociedade, é apenas uma transferência do mundo físico para interações eletrônicas. A

quantificação da interação dos usuários é uma maneira de mensurar as ações deles diante das atitudes do empreendimento em uma mídia, onde o engajamento pode ser usado como indicador de desempenho das atividades desenvolvidas na página ou grupo, uma vez que mede a proporção de interações por publicações por total de usuários e auxilia na percepção da quantidade de pessoas distintas que interagem com as publicações feitas pelos administradores dos perfis.

Toaldo; Rodrigues (2015) mencionam o Relatório Anual de Engajamento Digital do Consumidor que define engajamento como interações frequentes que fortalecem as relações emocionais, psicológicas ou físicas entre o consumidor e o empreendimento. Já o instituto de pesquisas norte-americano Forrester Research “relaciona a definição de engajamento com o nível de envolvimento, interação, intimidade e influência adquirido ao longo do tempo por um indivíduo com uma marca” (TOALDO; RODRIGUES, 2015, p. 05).

A interação é considerada um fundamento primário no estabelecimento das relações sociais, seja no meio real, ou seja, no virtual, é caracterizada como responsável pela gênese das redes sociais, as mídias sociais digitais são, portanto, uma rede social de relacionamentos. A internet permite o êxtase de dividir com a comunidade virtual suas experiências, além de possibilitar uma busca de informações sobre percepção de marcas e conectam pessoas com interesses similares (RECUERO, 2014; SOARES; MONTEIRO, 2015).

A FEICOOP, a partir da necessidade de sua adaptação frente às restrições de interação social física impostas pela pandemia, inaugurou uma outra forma de pensar e exercer as interações de comercialização entre os empreendimentos ligados à Feira. A 1ª Feira Virtual é sem dúvida uma expressão das novidades geradas no âmbito da Economia Solidária que ampliou sua capacidade de alcance e divulgação dos produtos, uma vez que mesmo após o fim da Edição Especial Online em 2020, o grupo do *Facebook* segue atuante e com número de participantes cada vez mais crescente.

Embora não tenha sido o objetivo desta dissertação analisar os dados da FEICOOP 2020 (o que está sendo feito por outro pesquisador doutorando), relatos de participantes chegam a todo momento, narrando as oportunidades de comercialização geradas no ambiente da página demonstrando novas práticas entre os atores e efetivação de soluções sociotécnicas criativas e coletivas, ressaltando as análises de Gazzolla e Aquino (2021) no que se refere a capacidade do sujeitos, enquanto organização social, em construir “coisas novas”. (GAZOLLA e AQUINO 2021).

4.3 O FEIRÃO COLONIAL: COOPERAÇÃO E FORMAÇÃO PARA GERAÇÃO DE NOVIDADES

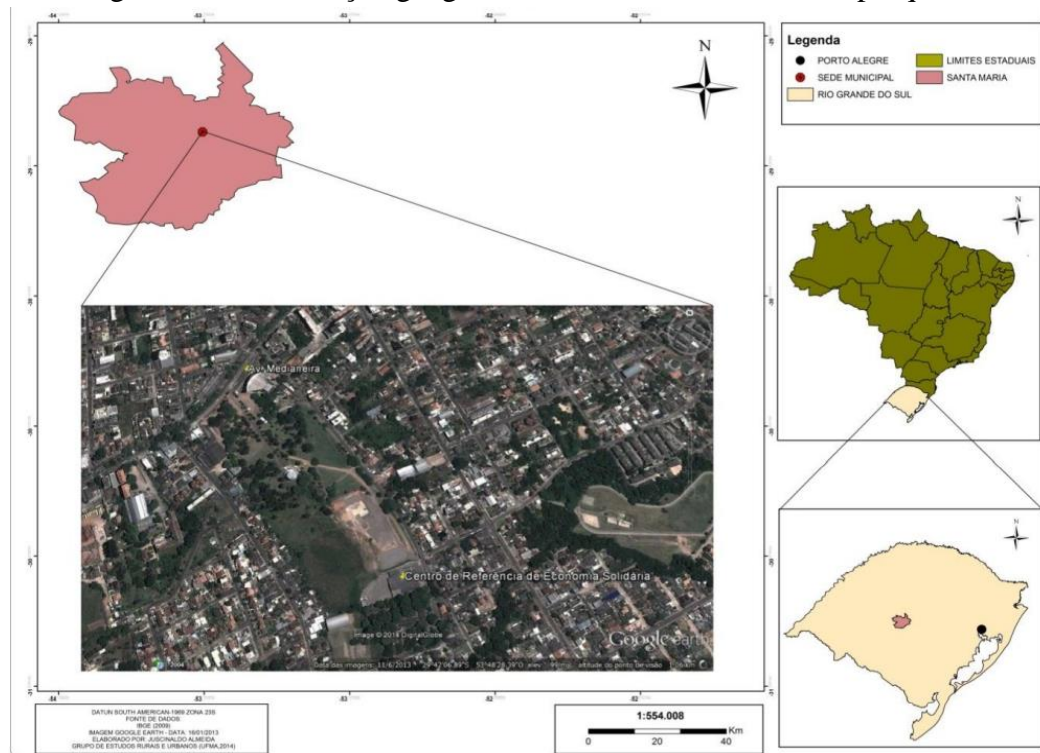
O Feirão Colonial semanal faz parte das atividades do Projeto Esperança/Cooperança, é uma experiência pioneira de Economia Solidária que acontece há 29 anos (Imagem 08) em Santa Maria, na região central do estado do Rio Grande do Sul. Acontece todos os sábados pela parte da manhã no Centro de Referência em Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter, na rua Heitor Campos, no bairro Medianeira.

A cidade de Santa Maria é considerada referência na América Latina, em iniciativas de desenvolvimento da Economia Solidária, representando uma alternativa a trabalhadores urbanos excluídos do mercado de trabalho e agricultores familiares que buscam uma alternativa de geração de renda seguindo os preceitos da Economia Solidária.

O Feirão Colonial, também conhecido como Feira da Irmã Lourdes, atual coordenadora e também idealizadora do projeto, é localizado aos fundos do Parque Medianeira (Figura 13). Possui uma estrutura física²³ com quatro pavilhões, estes setorizados de acordo com os produtos oferecidos em cada um. O primeiro pavilhão é conhecido como o “pavilhão das agroindústrias”, oferece produtos das agroindústrias familiares, como: queijos, salames, embutidos em geral e panificados. O segundo pavilhão possui a área de alimentação com lanches, estrutura para consumo no local e as bancas do artesanato, cada vez em maior número e com expressividade de jovens e mulheres à frente dos empreendimentos. O terceiro e quarto pavilhões são destinados aos hortifrutigranjeiros e as plantas ornamentais.

²³ O espaço físico do Feirão Colonial é um projeto da Arquidiocese de Santa Maria e um espaço importante construído através de projetos com apoio das três esferas do Governo Municipal, Estadual e Federal ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2021).

Figura 13 - Localização geográfica de Santa Maria, local da pesquisa.

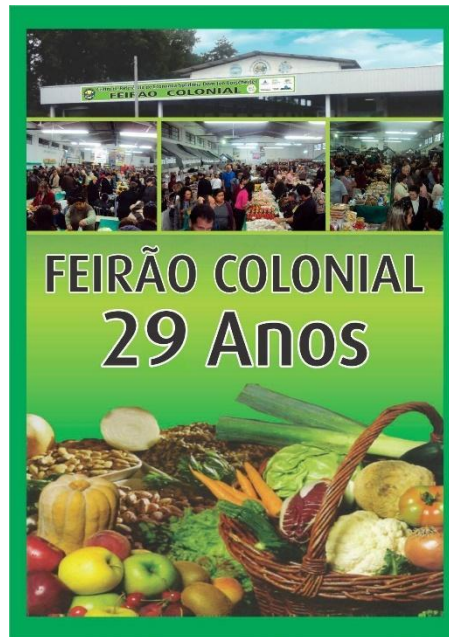


Fonte: ALMEIDA, 2014.

Por ser o maior município da região central do RS, Santa Maria é considerado centro consumidor regional, o que faz com que muitos produtores e empreendedores busquem comercializar na cidade. Por esta razão o Feirão Colonial (Figura 14) agrega empreendimentos rurais e urbanos de 14 municípios da região, que realizam a comercialização de seus produtos a partir dos princípios da “sustentabilidade, gerando trabalho, renda e inclusão socioproductiva aos grupos de agricultores familiares agroecológicos, agroindústrias familiares, artesãos, reciclagem, jovens, mulheres e povos tradicionais” (ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2021).

Assim, os feirantes que compõem o Feirão Colonial são agricultores familiares que residem em Santa Maria e no seu entorno, a maioria vem da região conhecida como Quarta Colônia de Imigração Italiana, onde as agroindústrias familiares constituem importante alternativa de trabalho e renda. Além de agricultores familiares, a feira comporta feirantes urbanos que em sua maioria são atravessadores que fazem revenda de produtos alimentícios e os artesãos que vem do meio rural e urbano.

Figura 14 - Card em comemoração aos 29 anos do Feirão Colonial



Fonte: ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2021).

A gestão do Feirão Colonial é feita de forma colegiada, participativa, interativa e autogestionária entre a equipe do Projeto Esperança/Cooesperança e os grupos cooperados, nos diversos segmentos de atuação do mesmo. Todos os participantes se comprometem na melhoria da qualidade dos produtos ofertados, o que fortalece a consciência e a prática do Comércio Justo, Consumo Ético e Solidário, entre produtores e consumidores organizados e conscientes (ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2021). Esta sistemática coletiva é um processo educativo para a cooperação que mesmo frente a intensos desafios de rompimento com individualismo, que ainda persistem, vem semeando novas oportunidades de trabalho e renda a partir da coletividade.

Ir ao Feirão todos os sábados é um encontro alegre e festivo com a integração de todas as classes sociais, gêneros e culturas (Figura 15). É um espaço importante para o debate, troca de ideias, experiências e até receitas que surgem entre uma conversa e outra com os feirantes. As relações criadas entre consumidores e feirantes vai além do simples ato de comprar, é em muitos casos relações de amizade que se criam e se consolidam através da feira, e permanecem nas trocas entre vender, comprar e compartilhar histórias de vida.

Figura 15 - Um sábado no Feirão.



Fonte: Maiquel Rosauro (2021) cedida para esta dissertação.

A Economia Solidária e a Agricultura Familiar se fortalecem através do Feirão Colonial através da geração de trabalho, renda e desenvolvimento regional resultante. A forma de comercialização que acontece de forma direta entre o produtor e consumidor, onde o consumidor sabe quem produziu o produto que ele consome, cria uma relação de confiança mútua, solidária, comprometida, interativa e autogestionária.

Por esta razão, o Feirão Colonial se constitui como um espaço de comercialização direta dos produtos de pequenos empreendimentos rurais e urbanos, que se organizam de forma coletiva sob os princípios da Economia Solidária. Tem a oferta de "delícias e novidades" além de ser um espaço de valorização da cultura, de manifestação de "saberes e fazeres". É também um importante espaço de "formação em Economia Solidária", onde recentemente ocorreu a inauguração do Centro de Formação Paul Singer (ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2021).

O Feirão Colonial possui aproximadamente 100 feirantes e mais de 279 pessoas são dependentes da feira, recebendo a cada sábado cerca de 2000 consumidores que vão até Feira para aquisição de produtos da agricultura familiar, alguns desses, produzidos de forma agroecológica, outros em processos de transição de uma agricultura convencional para a de base ecológica, além dos produtores tradicionais e ainda grupos de feirantes caracterizados como atravessadores, que revendem hortifrutigranjeiros e que mesmo não sendo enquadrados

como agricultores, possuem espaço de comercialização, como estratégia de inclusão socioprodutiva segundo os preceitos da Economia Solidária que busca assegurar oportunidades de trabalho e renda.

Dados de pesquisa ainda não publicados do Colégio Politécnico da UFSM realizada no ano de 2018, mostram que mais de 70 tipos de hortifrutigranjeiros são comercializados no Feirão. Sendo que os mais comercializados são: laranja, bergamota, tomate, banana, alface e mandioca. Dentre os panificados mais comercializados estão: pães, cucas e bolachas. Os produtos de origem animal destacam-se com a comercialização de embutidos cárneos (linguiça, calabresa, salame, copa) que soma mais de 10 mil quilos /ano, além deste a grande comercialização de queijos e mel. É importante mencionar também a comercialização de bebidas como: sucos, vinhos e café, comida oriental e artigos de jardinagem.

É importante destacar a presença da extensão universitária dentro do Feirão Colonial e o papel da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que esteve entre os idealizadores²⁴ do projeto Esperança/Cooperança. Atualmente a UFSM²⁵ está inserida no Feirão através do projeto “Fomento à Economia Solidária na Região Central do Rio Grande do Sul” que tem como objetivo o fortalecimento da economia solidária através da consolidação da articulação da UFSM com as iniciativas de Economia Solidária e realização de espaços de formação junto com os feirantes.

Estes espaços constituem-se principalmente a partir de cursos de formação em Economia Solidária, cursos de qualificação como Boas Práticas de Fabricação e Rotulagem dos Produtos, orientações sociotécnicas em propriedades processadoras de alimentos, aulas práticas dos cursos de ciências agrárias junto às propriedades, etc.

A realização da FEICOOP também acontece em parceria com Projeto “Fomento à Economia Solidária” e busca possibilitar o intercâmbio entre os Empreendimentos Solidários da Incubadora Social da Pró-Reitoria de Extensão (PRE) da UFSM e integrá-los na participação de eventos Internacionais do Cooperativismo e de Economia Solidária (PROJETO FOMENTO A ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2021).

²⁴ O Projeto ESPERANÇA/COOPERANÇA foi idealizado por Dom Ivo Lorscheiter e um grupo de Professores da UFSM, EMATER, lideranças da Diocese de Santa Maria e representantes das Congregações Religiosas (ESPERANÇA/COOPERANÇA, 2021).

²⁵ Em 2016 a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) assumiu através um dos projetos de Extensão vinculados à Pró-Reitoria de Extensão e Incubadora Social a Co-organização direta da FEICOOP. Já em 2019 a coordenação das ações em prol da FEICOOP passa a ser coordenadas pelo Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, a universidade compreendendo a relevância social e pedagógica da Feira, utiliza a feira como espaço de troca de diálogo e construção do conhecimento, e envolve assim, em caráter interdisciplinar, alunos de graduação e pós graduação dos cursos de Ciências Agrárias ofertados pela UFSM.

Soma-se no ano de 2021 a parceria do Instituto Federal Farroupilha (IFFAR) através do projeto AGRINet: Rede de iniciação ao *E-commerce* para agricultores(as) familiares feirantes de Santa Maria e Júlio de Castilhos, que tem como objetivo potencializar a venda de produtos agropecuários dos agricultores(as) feirantes das cidades de Júlio de Castilhos e Santa Maria através de uma rede colaborativa virtual de comercialização direta com clientes buscando, principalmente, a recuperação econômica em virtude da pandemia de COVID19.

O projeto visa capacitar os agricultores feirantes para utilização de tecnologias para comercialização de seus produtos, além de possibilitar estratégias de redes colaborativas para que o consumidor realize em uma única compra a aquisição de produtos de diferentes fornecedores. Tem também como objetivo a construção de uma plataforma de comercialização, o AGRINet para inclusão dos produtos da agricultura familiar no universo *E-commerce* e construir um canal que possibilite a construção de um mercado para a agricultura familiar através de redes (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2021).

A participação da extensão universitária junto ao Feirão Colonial contribui em espaços de formação e qualificação onde professores e alunos de cursos técnicos, graduação e pós-graduação atuam diretamente com os feirantes possibilitando aos acadêmicos a experiência de atuação em sua área de estudo e a vivência da troca de conhecimentos ao trabalhar com os produtores. Os feirantes têm, através da extensão, o acesso à formação, qualificação e orientação sociotécnica.

A economia solidária consolidou-se nas últimas décadas como um importante canal de orientação de projetos de extensão, que visam auxiliar grupos produtivos e organizações sociais a gerar trabalho e renda através do associativismo e da autogestão. Vale ressaltar que esta prática é indissociável do ensino e da pesquisa, pois partindo de situações e necessidades concretas acaba por mobilizar diferentes agentes e capacidades na busca de soluções. Acaba por permitir a abertura de novos horizontes de aprendizagem entre os atores envolvidos, desta forma a extensão universitária possibilita a abertura dos “portões” da universidade e a “interação de conhecimentos e saberes” (SILVA et al, 2010), o que é fundamental para a consolidação e fortalecimento de uma “outra” economia.

CAPÍTULO 5 - IMPACTOS DA PANDEMIA E GERAÇÃO DE NOVIDADES PELA AGRICULTURA FAMILIAR NO FEIRÃO COLONIAL

O recorte da pesquisa dentro do Feirão Colonial compreende um grupo de agricultores familiares que por conhecimento prévio da autora a partir de observação participante, criaram novas formas de comercialização com a chegada da pandemia. Estes agricultores tiveram o Feirão Colonial como facilitador neste processo de reestruturação na sua forma de divulgar e vender os produtos. Por já estarem inseridos no Feirão, estes agricultores possuem uma clientela consolidada e em muitos casos já realizam vendas acordadas previamente para além do espaço da Feira.

A criação de novas formas de divulgar e comercializar durante a pandemia juntamente com apropriação do uso de mídias digitais e sistemas de entregas *delivery* costumeiramente utilizadas por grandes corporações, demonstra a resposta imediata da agricultura familiar em criar alternativas e se reinventar em momentos de crise. Como lembra Wanderley (2003) deve-se considerar a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais.

O ano de 2020 ficou marcado pela crise na saúde pública motivada pela Covid-19 onde as pessoas precisaram se reinventar para viver e mostrar a resiliência do ser humano em se adaptar e criar novas formas de interação. É neste contexto que o Feirão Colonial como um todo passou a adotar medidas sanitárias adequadas contra a Covid-19, estas medidas foram direcionadas a feirantes e consumidores, buscando evitar a propagação da doença.

Porém, mesmo com todos os cuidados muitos consumidores acabaram por se afastar da feira, trazendo assim prejuízos aos feirantes. Foi neste momento em meio à crise (de saúde, econômica e social), que muitos feirantes acabaram se reinventando e criando novas estratégias de vendas a partir de novos mecanismos para vender e divulgar seus produtos, buscando resgatar os consumidores que já eram frequentadores da feira e captar novos públicos e novos espaços de comercialização.

Buscando conhecer os entrevistados, a dinâmica das famílias e das propriedades, esta seção aborda o perfil dos entrevistados, dados relativos à dinâmica de trabalho nas propriedades familiares e além de dados sobre o acesso a dispositivos e a internet nas propriedades.

Para apresentar os entrevistados preservando suas identidades, seguindo o Termo de Consentimento assinado pelos mesmos (Apêndice 1), estes são aqui descritos com nomes de árvores nativas do Rio Grande do Sul. A escolha da forma de apresentação seguindo os nomes

de árvores nativas do estado se deu pelo fato da autora ser Engenheira Florestal e a forte ligação da agricultura familiar com a mata nativa.

Segundo Zuchiwschi (2010) na região Sul do Brasil, os agricultores familiares dependem das florestas nativas em suas trajetórias de vida e comercializam diversos produtos como a erva-mate (*Ilex paraguariensis*), pinhão (*Araucaria angustifolia*), palmito (*Euterpe edulis*) e madeira de diversas espécies. Nas unidades de produção familiar, existe o autoconsumo de espécies florestais nativas para obtenção de energia (lenha), para construção de residências e outras benfeitorias, além do uso alimentar de frutas nativas e uso medicinal de diversas espécies.

A identificação dos entrevistados se dará pelo nome popular atribuído às espécies no estado do Rio Grande do Sul. O quadro 02 apresenta as espécies escolhidas com seus respectivos nomes científicos²⁶.

Quadro 02 - Espécies escolhidas para identificação dos entrevistados.

Nome Popular	Nome Científico
Grápia	<i>Apuleia leiocarpa</i>
Cedro	<i>Cedrela fissilis</i>
Louro	<i>Cordia trichotoma</i>
Corticeira	<i>Erythrina crista-galli</i>
Pitangueira	<i>Eugenia uniflora</i>
Erva-Mate	<i>Ilex paraguariensis</i>
Ipê-amarelo	<i>Handroanthus pulcherrimus</i>
Guabiju	<i>Myrcianthes pungens</i>

Fonte: A autora.

A seguir, no Quadro 03, encontram-se os dados relativos à propriedade, a dinâmica de trabalho familiar e o acesso a mídias digitais de cada um dos entrevistados.

²⁶As espécies de árvores têm um sistema de nomenclatura chamado "nomenclatura binomial", que é um sistema formal de nomenclatura de espécies que dá a cada árvore um nome de duas partes chamado gênero e espécie. Esse sistema onde o nome da espécie é composto pelo gênero seguido de uma palavra que indica a espécie. Assim, estes termos em latim divididos em seus respectivos gêneros e espécies de árvores, são chamados de nomes científicos de árvores. Com essa nomenclatura especial, uma árvore pode ser identificada por botânicos e silvicultores de todo o mundo e em qualquer idioma (ZAVATIN et al, 2021).

Quadro 03 – Perfil dos agricultores entrevistados

Nome	Idade	Sexo	Cidade	Escolaridade	Tamanho da propriedade	Contratam mão de obra?	Quantas pessoas trabalham na propriedade	Acesso à internet na propriedade	Qualidade da Internet	Dispositivos para acesso à internet
Grápia	32	Masculino	São Pedro do Sul	Ensino Técnico	2	Não	6	Sim	Via rádio	Celular; Notebook
Cedro	51	Feminino	Agudo	Ensino Superior Incompleto	24,8	Mutirões com a família	1	Sim	Via rádio	Celular
Louro	23	Masculino	Dona Francisca	Ensino Superior Incompleto	39	Não	4	Sim	Via banda larga	Notebook; Celular
Corticeira	53	Masculino	Paraíso do Sul	Ensino Médio Incompleto	25	Não	2	Sim	Via fibra ótica	Computador; Notebook; Celular
Pitangueira	45	Masculino	São João do Polêsine	Ensino Médio Completo	3,5	Diaristas	6	Sim	Via rádio	Celular
Erva-Mate	42	Feminino	Santa Maria	Ensino Superior Incompleto	50	3 contratados	6	Sim	Via fibra ótica	Notebook; Celular
Ipê-amarelo	40	Feminino	Agudo	Ensino Fundamental Incompleto	11	As vezes	2	Sim	Via rádio	Computador; Notebook; Tablet; Celular
Guabiju	37	Masculino	Santa Maria	Ensino Médio Completo	16	Diaristas	6	Sim	Via banda larga	Celular

Fonte: Elaborado pela autora

Os entrevistados apresentam na totalidade, idade inferior a 60 anos, está delimitação etária ocorre devido a pandemia pois devido ao Decreto Executivo nº 62 de 24 de março de 2020²⁷ estabelecido pela Prefeitura de Santa Maria que determinou que, para que permanecesse funcionando a feira, cada banca deveria funcionar com apenas 1 (um) feirante o qual não poderia estar enquadrado no grupo de risco para o contágio da COVID-19, segundo os critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde. Dessa forma, os feirantes com idade superior a 60 anos mantiveram-se afastados da feira.

Há predomínio de mulheres à frente dos estabelecimentos, onde cinco das entrevistadas são do sexo feminino. Guimarães e Miranda (2020) já mostraram esse predomínio das mulheres em frente aos empreendimentos no Feirão Colonial, onde em estudo realizado em 2019 observaram que a coordenação dos estabelecimentos processadores de alimentos, presentes no pavilhão da agroindústria familiar era de 61,76%, além disso, estas participavam de forma efetiva na tomada de decisão e na representação de seus estabelecimentos.

Vale ressaltar, portanto, que a entrevista aconteceu com a pessoa que estava na banca no momento, porém na maioria dos casos tem-se um casal ou até a família que atua diretamente em frente a banca. Assim sendo, o entrevistado Corticeira relatou que fica na banca enquanto seu cônjuge realiza entregas já previamente acordadas de produtos em residências dentro do espaço urbano de Santa Maria.

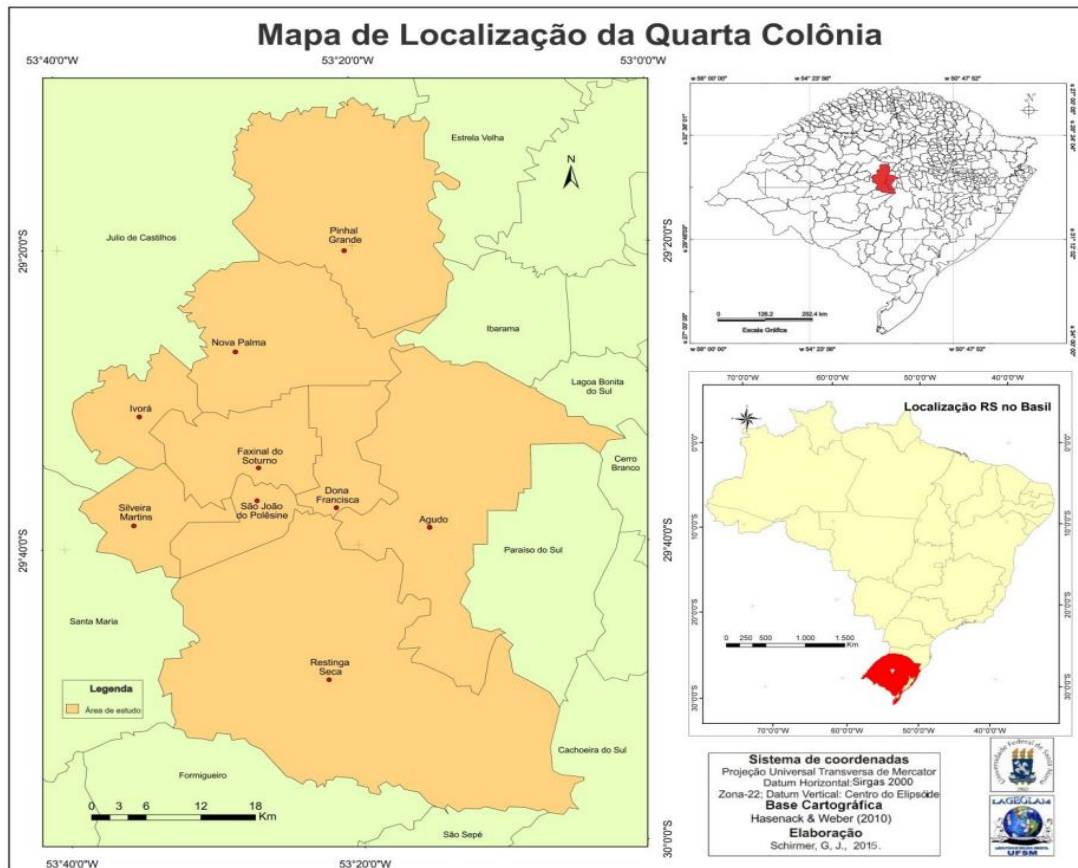
“Ela ainda não tá aqui, eu tô sozinho ainda porque ela foi lá no centro levar as encomendas” (Corticeira).

Seis feirantes residem na região conhecida como Quarta Colônia, apenas 2 residem em distritos de Santa Maria e 1 dos entrevistados mora na cidade de Paraíso do Sul, que se localiza fora da Quarta Colônia. Porém, como pode se observar na (Figura 16), Santa Maria e Paraíso do Sul fazem divisa com a Quarta Colônia. Dessa forma evidenciam-se a presença dos Circuitos Curtos de Comercialização que são compreendidos como aqueles em que a circulação de produtos ocorre com a proximidade entre produção e consumo, marcada pela

²⁷ Decreto Executivo nº 62 de 24 de março de 2020 que estabelece novas medidas restritivas para a realização de feiras livres, no âmbito do município de Santa Maria, com vistas a estabelecer medidas de contenção do contágio da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), segundo o decreto algumas medidas deveriam ser tomadas para evitar a mitigação do vírus no âmbito das feiras como: estas deveriam ter a duração de quatro (4) horas no máximo; o distanciamento entre bancas deve ser de dois (2) metros entre as bancas podendo somente um (1) feirante ficar responsável pela comercialização não podendo ser este do grupo de risco; além de ocorrer um rodízio entre expositores e a redução de 30% do número de feirantes, além de disponibilizar álcool em gel nas bancas e controle no ingresso de pessoas nas portas de entradas (SANTA MARIA, 2020).

confiança mútua conferindo credibilidade aos produtos comercializados onde atuam práticas cívicas-domésticas relacionadas por ligações de confiança e reciprocidade (SILVEIRA; GUIVANT, 2012).

Figura 16 - Mapa de localização da Quarta Colônia e proximidade com Santa Maria-RS.



Fonte: SCHIRMER (2015).

Com relação à escolaridade evidencia-se uma alta taxa de escolaridade entre os feirantes, onde a maioria possui ensino superior incompleto, 3 dos entrevistados, 1 com ensino técnico e 2 com ensino médio completo. Corroborando com Guimarães e Miranda (2020) que em estudo realizado em 2019 no pavilhão da agroindústria no Feirão Colonial também observaram alta taxa de escolaridade dos feirantes. Este índice positivo de escolarização constitui importante potencial para a formação e profissionalização dos feirantes em suas atividades.

Adentrando na esfera das propriedades dos entrevistados, estas são consideradas como pequenas propriedades, essa delimitação é dada seguindo a classificação fundiária dos

imóveis rurais e é definida seguindo as especificidades da região e o tamanho do município. São considerados como pequena propriedade os imóveis rurais que têm área entre um e quatro módulos fiscais²⁸, a média do tamanho do módulo fiscal dos municípios dos entrevistados é de 25 hectares.

A mão de obra predominante nas propriedades dos entrevistados é a mão de obra familiar, que está presente na maioria das propriedades, tendo apenas uma propriedade que possui contratação de 3 (três) funcionários, 2 (dois) entrevistados relataram contratar diaristas e 1 (um) realiza contratação de diarista esporadicamente.

Em relação ao acesso à internet todas as propriedades possuem conexão, em sua maioria com internet via rádio, porém vale destacar a presença da internet via fibra óptica em duas propriedades. Todas as famílias possuem celular para acesso à internet e destaca-se a presença de computador ou notebook em seis propriedades.

Antes, a interação entre os atores nos mercados locais e territoriais, geralmente desenvolvia-se pela proximidade socioespacial. Agora, com a venda online, a interação é mediada pelas TICs, em que os Agricultores Familiares têm que ser hábeis em demonstrar sua reputação na produção de alimentos, entender de marketing e comunicar claramente as formas de qualificação alimentar, para que os consumidores sejam atraídos até as plataformas e adquiram os alimentos, além de fidelizá-los (GAZOLLA e AQUINO, 2021, p 433).

Segundo Conceição (2016) as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) estão produzindo novas formas de interação no meio rural possibilitada pela proliferação do sinal de telefonia e internet que se intensificou nos últimos anos no Brasil. As novas formas de comunicação e interações midiáticas no meio rural, vem adotando aos poucos as tecnologias de informação e comunicação disponíveis. Este novo contexto que se apresenta tende a abrir novas possibilidades através do acesso à informação, desde a inserção em novos mercados e também a diferentes formas de produção, podendo proporcionar um maior contato entre produtor e consumidor (CONCEIÇÃO, 2016).

²⁸ O módulo fiscal é utilizado como parâmetro de classificação fundiária para os imóveis rurais do município, sua delimitação se dá em relação ao tamanho e as condições geográficas do município, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 8.629/93 (BRASIL, 1993, 2012e). Classificam-se as propriedades: com tamanho de até um módulo fiscal em minifúndios; com área entre um e quatro módulos fiscais em pequenas propriedades; com dimensão superior a quatro até 15 módulos fiscais em médias propriedades e com área maior do que 15 módulos fiscais em grandes propriedades (LANDAU, 2012).

5.1 DO PRODUZIR AO COMERCIALIZAR

Nos últimos anos, a demanda dos consumidores por alimentos vem mudando e a busca por alimentos orgânicos, naturais, ecológicos, artesanais e coloniais aproxima ainda mais os consumidores urbanos dos produtores. Nesse sentido, os consumidores têm buscado produtos mais frescos e menos processados, e preferencialmente comprando diretamente do produtor ou produtos com certificação de qualidade (DORIGON; RENK, 2011; NIEDERLE, 2014).

Com a pandemia, a procura por alimentos vistos como mais saudáveis se intensificou, onde a busca pelo fortalecimento do sistema imunológico representou um aspecto fundamental no enfrentamento da Covid-19 (DUTRA et al, 2020). Neste contexto de valorização os produtos da agricultura familiar tiveram procura significativa, uma vez que a forma de produzir estes alimentos é atrelada a segurança alimentar, a produção de bens culturais, a valorização dos meios tradicionais de produção e aliado à preservação ambiental.

Gazolla e Aquino (2021) falam da construção social de mercados e canais de comercialização que ocorrem na agricultura familiar através de diferentes atores sociais que atuam no sistema alimentar, que vão desde intermediários, cooperativas, consumidores, entre outros. Os autores citam ainda estudos que apontam que o futuro destes mercados tende a ser a (re)localização, pois a tendência do século XXI será a comida artesanal, com variedade, compatível ao seu local e tendo como base relações sociais recíprocas.

Uma pesquisa realizada em 2020 pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) nas quatro regiões do Brasil durante a pandemia apresentou o aumento do consumo de algumas hortaliças, durante este período, em todas as classes e regiões, mas principalmente pelas classes média e alta e nas regiões Sul e Sudeste (NASCIMENTO; CARVALHO; SIQUEIRA, 2020).

Destaca-se neste momento as feiras livres que são caracterizadas por estabelecer um mercado diferenciado para que agricultores familiares ofereçam seus produtos, possibilitando assim geração de trabalho e renda à família. As feiras se relacionam com esta valorização da agricultura familiar, sendo uma ponte de acesso da população urbana à alimentos produzidos e comercializados por agricultores familiares.

As feiras livres se tornam uma alternativa ao mercado convencional de gêneros alimentícios, principalmente produtos de origem animal e vegetal. No entanto, considera-se que o “fazer a feira” excede uma “simples relação comercial entre vendedores e produtores, pois envolve aspectos culturais, ideológicos e relações econômicas de solidariedade e reciprocidade” (POLANYI, 2012; FOSSÁ; BADALOTTI, 2018).

Assim as Feiras de Economia Solidária, buscam potencializar a comercialização dos produtos e serviços dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), que contém um importante resgate cultural das relações entre produtores e consumidores, pois além de favorecer a fidelidade do consumo de produtos e serviços de origem solidária e da produção familiar, é nesse espaço que os empreendedores têm a oportunidade de comercializar seus produtos e também divulgar seu trabalho. Sendo espaços para “troca de saberes”, “troca de negócios” e “difusão de uma economia centrada no cuidado e no respeito humano” (AMORIM, 2011, p.08).

A pesquisa contou com agricultores familiares que em sua maioria participam da Feira há mais de 10 (dez) anos, apenas 1 (um) dos entrevistados ingressou no último ano. Assim, esta seção discorre sobre a forma de produção e os produtos produzidos pela família, além dos locais de comercialização em que a família atua.

Dentre os entrevistados 3 (três) são proprietários de agroindústrias, onde é realizado o processamento de queijos e embutidos cárneos. Os demais agricultores são produtores de alimentos de origem vegetal. O Quadro 04 contempla a apresentação dos principais produtos produzidos e comercializados por cada um dos entrevistados, além dos dias e locais em que estes realizam a comercialização dos produtos.

Quadro 04 - Principais produtos produzidos por família.

Nome	Principais produtos produzidos	Quantos dias por semana realiza vendas
Grápia	Queijos e embutidos	Todos os dias na loja e nos sábados no Feirão Colonial
Cedro	Hortifrutigranjeiros em geral	1 dia somente no sábado no Feirão Colonial
Louro	Banana, alface, rúcula, hortaliças em geral e arroz	1 dia por semana no Feirão Colonial
Corticeira	Hortifrutigranjeiros, plantas medicinais, cereais, frutas e panificados	2 dias por semana nas feiras em Paraíso do Sul e no Feirão Colonial, mais entregas em casa e a CSA
Pitangueira	Embutidos cárneos	2 dias por semana nas feiras e diariamente em mercados da região
Erva-Mate	Queijos, ovos, compotas, conservas	3 dias por semana em 4 feiras
Ipê-amarelo	Morango, banana, abacate, frutas em geral e verduras	2 dias nas duas feiras
Guabiju	Filé de peixe, peixe inteiro, juvenil	2 vezes por semana na feira e diariamente em mercados

Fonte: A autora.

A agroindústria familiar destaca-se por ser uma estratégia de desenvolvimento rural e por garantir às famílias agricultoras uma maior autonomia através da agregação de valor aos seus produtos, geração de renda, oportunidades de trabalho para a família, preservação das culturas e tradições locais, além de estimular a geração de inovações tecnológicas e a inserção socioeconômica do grupo familiar (SULZBACHER, 2009; WESZ JR, 2009).

Frente a suas potencialidades de ocupação e geração de renda, as estratégias de agroindustrialização de alimentos podem tornar-se, em muitos casos, a principal fonte de renda da propriedade rural, como acontece no caso de duas das famílias entrevistadas que têm sua renda exclusivamente da agroindústria, além da outra família proprietária de agroindústria que tem uma grande parte de sua renda vinda da agroindústria.

Segundo Ferreira et al (2017) as agroindústrias familiares rurais também se destacam pela possibilidade de agregação de valor à produção primária, geração de renda e permanência das famílias no meio rural. Comportando-se como iniciativas de desenvolvimento rural que podem ser referidas como alternativa de contribuição para o estímulo da produção local, e, principalmente, pelo escoamento da produção, cujos mercados são caracterizados pela proximidade do agricultor com o mercado consumidor.

Vale destacar que um dos grandes desafios atuais das agroindústrias familiares está relacionado à legalização do empreendimento e ao acesso aos serviços de reconhecimento da conformidade sanitária dos produtos, e considerando que os alimentos sem registros não podem circular nos mercados formais, estes entraves acabam por limitar as possibilidades de locais de comercialização.

Ainda que os 3 (três) entrevistados que possuem agroindústrias familiares, tenham seus estabelecimentos legalizados perante as legislações de alimentos, vale mencionar a Portaria SEAPDR n° 93/2020 em que o estado do Rio Grande do Sul considerando um possível risco de desabastecimento alimentar da população durante a pandemia estabeleceu em caráter excepcional, enquanto perdurar o Decreto Estadual de calamidade pública, a liberação do comércio intermunicipal de produtos de origem animal provenientes de agroindústrias registradas nos Serviços de Inspeção Municipal (SIM) (RIO GRANDE DO SUL, 2020).

Essa novidade, pode gerar efeitos políticos no sentido de novas discussões sobre as legislações que regulamentam a comercialização dos alimentos, onde de forma geral as agroindústrias de caracterização familiar sempre apresentam limitações (de diferentes ordens) para se enquadrarem nas exigências legais. Essa liberação abre novas discussões e coloca possibilidades para um futuro próximo, afinal, se foi possível produtos com registros em

Sistemas Municipais de Inspeção (SIMs), circularem para além de seus limites geográficos durante a pandemia, porque com o fim desta, estes não podem mais circular?

Seguindo com a descrição do perfil socioprodutivo dos entrevistados, ao adentrar no modo de produção das famílias encontramos que o modo de produção agroecológica predomina entre os produtores de produtos de origem vegetal, sendo uma das famílias detentoras de produção orgânica com certificação.

Os locais em que os entrevistados realizam a comercialização de seus produtos são muito variados, os mesmos possuem diversos pontos de comercialização. Assim sendo, somente dois feirantes relataram que realizam vendas presenciais apenas no Feirão Colonial, os demais possuem outros pontos de venda em outras feiras da cidade e região, além de fornecer produtos para mercados de Santa Maria e região. O entrevistado Pitangueira possui uma loja própria de produtos coloniais em sua cidade, e alguns entrevistados relataram que realizam a comercialização de seus produtos através de entregas em casa no formato de *delivery*, entregas esta acordadas previamente via meios digitais.

Apenas dois produtores afirmaram ter sua renda proveniente somente do Feirão Colonial. Os demais entrevistados têm outras fontes de renda, principalmente através de plantação de culturas anuais, arrendamento de terra e criação de animais para venda. Ao questionar os entrevistados sobre a renda da família, identificamos uma grande disparidade dentre os entrevistados, com uma variação de renda de R\$:1.500,00 a 80.000,00 reais mensais.

É importante frisar que um dos entrevistados com a maior renda é proprietário de uma agroindústria com uma grande produção e que este se destaca na região com uma clientela já consolidada e com um comércio intenso em feiras e mercados dos municípios próximos.

5.3 REFLEXOS DA PANDEMIA NO FEIRÃO COLONIAL

As perdas econômicas em consequência da pandemia foram percebidas em diversas áreas econômicas. Ao menos passo em que a pandemia se instalava e o poder aquisitivo da população diminuía, o setor de alimentação também sofreu perdas significativas em sua economia, atingindo principalmente setores com menor renda. Os agricultores que dependiam de feiras livres para comercializar seus produtos sentiram nas restrições impostas pelos decretos municipais sua fonte de renda diminuir drasticamente.

Segundo Schneider et al. (2020, p. 11) "equivocadamente, no início da pandemia diversos mercados e feiras locais foram suspensos ou tiveram seu funcionamento restringido

por autoridades locais e sanitárias”. Esses espaços que apresentam como característica a comercialização direta têm oferta de alimentos “frescos, sazonais e portanto, com maior qualidade nutricional, importantes ao combate do novo coronavírus”. Ainda segundo o autor, com o decorrer da pandemia e os estudos acerca da forma de propagação do vírus, muitas feiras retornaram seu funcionamento seguindo os protocolos estabelecidos.

Estudo realizado por Freitas et al (2020, p. 23) mostra que "a suspensão das feiras livres e diversas outras medidas de restrições para diminuir a circulação de pessoas sem dúvida é essencial para evitar e/ou diminuir o contágio da doença, mas essas restrições afetaram a economia e as finanças dos feirantes". Outro estudo realizado no estado do Paraná apresenta dados alarmantes onde os agricultores feirantes “relataram dentre outras dificuldades enfrentadas neste momento de pandemia, que tiveram suas vendas diminuídas em até 70%, os clientes ainda têm medo e não se adaptaram a dinâmica da feira na pandemia” (ZANINI; FARINÃ, 2021).

No Feirão Colonial a pesquisa observou que houve redução nas vendas durante a pandemia e mostra que 7 (sete) dos entrevistados tiveram perdas entre 30% e 60% nas vendas, apenas o entrevistado Grápia relatou ter tido um aumento. Este, segundo o mesmo se deu principalmente pela redução do número de feirantes, ocasionado pelo fato de alguns feirantes encontrarem-se no grupo de risco estabelecido no (Decreto Executivo nº 62 de 24 de março de 2020) e dessa forma não participando da feira, isso acabou gerando uma menor concorrência entre os produtos disponíveis e o feirante Grápia acabou por agregar novos consumidores.

O entrevistado Erva-mate relata as mudanças observadas em sua dinâmica de comercialização, onde a pandemia afastou consumidores e impôs necessidade de economias, até mesmo na disponibilização de produtos para degustação.

“Tivemos redução de consumidores no início da pandemia agora já tá melhorando, mas nem se compara a como era antes [...] conseguimos manter os clientes mais antigos os mais novos acabaram se afastando da feira. Antes a gente podia dar apetitivos para os clientes provar o que chamava mais clientes para a banca” (Erva-Mate).

O principal problema apresentado pelas famílias foi a redução nas vendas principalmente no início da pandemia, entretanto outros problemas foram mencionados. O feirante Guabiju relatou que além dos problemas na comercialização dos produtos, enfrentou problemas com o aumento nos preços dos insumos utilizados, o que acarretou em aumento nos custos da produção. O feirante comentou também sobre as vendas realizadas nos mercados e restaurantes, e que com a pandemia estas vendas foram prejudicadas. Enfatizou

que enfrentou problemas para escoar a produção devido aos restaurantes estarem abrindo e fechando de acordo com as bandeiras²⁹ e com os mercados vendendo menos.

“Foi muito difícil ficar 40 dias sem vender no início da pandemia, ficar sem vir na feira, vender e conversar com as pessoas [...] o vir a feira é conversar com as pessoas para depois vender [...] quando a gente conversa com o consumidor acabamos vendendo mais, porque ele sente confiança no nosso produto e acaba comprando sempre” (Cedro).

Além dos problemas relacionados à produção e comercialização outros problemas surgiram. Com a restrição de participação de feirantes com idade superior a 60 anos nas bancas, alguns grupos de feirantes precisaram se adaptar e os integrantes do grupo que podiam participar começaram a levar os produtos dos outros, o que acabou sobrecarregando alguns grupos que tinham grande parte de seu grupo composto por pessoas dessa faixa etária. Também a feirante Erva-Mate relatou problemas na organização familiar pela mesma ter um filho em idade escolar que demandou algumas adaptações na organização familiar para auxiliar o mesmo nas atividades escolares.

É importante destacar que em meio a diversas dificuldades enfrentadas por todos, o pensar no coletivo predomina, e os grupos formados dentro Feirão se organizaram para fortalecer os que mais precisavam. Como destaca Demoustier (2006) que um empreendimento do campo da economia solidária não se reduz a uma soma de empreendedores individuais, pois os seus membros constroem parcerias à medida que unem suas motivações e recursos.

Quando questionados se tiveram dificuldade para produzir durante a pandemia, o entrevistado Pitangueira relatou a falta de matéria prima para a agroindústria e o aumento nos preços de insumos utilizados. O entrevistado Guabiju além de mencionar o aumento no preço dos insumos, indicou a escassez de mão de obra para comportar a demanda na produção da agroindústria. Além das dificuldades enfrentadas com a pandemia no ano de 2020, algumas regiões do Rio Grande do Sul enfrentaram grandes períodos de estiagem³⁰, acarretando inúmeros prejuízos à agricultura familiar.

Em relação a dificuldade na obtenção de insumos, os entrevistados proprietários de agroindústrias mencionaram a falta de matéria prima e o aumento no valor de aquisição desta, o entrevistado Grápia comentou que precisou realizar encomendas com uma maior

²⁹ O modelo de distanciamento controlado adotado no Rio Grande do Sul em maio de 2020, foi uma segmentação regional em 20 regiões, que previa quatro estágios de controle, traduzidos em “bandeiras”: amarela, laranja, vermelha e preta. A amarela indica uma situação mais amena, com medidas mais flexíveis, e avançando o grau de restrições até a preta, quando seria necessário maior restrição (RIO GRANDE DO SUL, 2020).

³⁰ Mais informações: Relatório sobre a estiagem na safra 2019/2020 - IRGA

antecedência para conseguir os produtos. Os demais produtores relataram escassez de embalagens utilizadas para comercialização de seus produtos e também a falta de mudas e sementes destinadas à produção, ocasionada pelo fechamento do comércio no início da pandemia.

Ao sair da esfera da produção e adentrar na fase da comercialização foi questionado aos entrevistados se estes precisaram fazer algo diferente para manter as vendas na pandemia. Todos relataram ter investido na divulgação de seus produtos em plataformas digitais como: *Facebook* e *Instagram*, além de 1 (um) ter mencionado que investiu também na divulgação de promoções em uma rádio local. O feirante Pitangueira relatou ter investido em melhorias na sua loja de produtos coloniais e também em melhorias na estrutura da agroindústria.

A realização de entregas em casa no modo *face to face* também foi mencionada pelos feirantes Louro e Corticeira. O feirante Corticeira também indicou a realização de ofertas antecipadas de produtos via *WhatsApp* com posterior entrega no formato *delivery*, além do mesmo ter participado da idealização e da criação de uma CSA. O feirante Guabiju relatou que precisou realizar ofertas com redução de preços principalmente no início da pandemia para minimizar perdas econômicas que estava enfrentando.

Quando questionados sobre a inserção em grupos de comercialização durante a pandemia, dois entrevistados afirmaram ter se inserido em grupos de comercialização. Em um dos casos, o feirante Corticeira relatou a criação de uma CSA, grupo de agricultores e consumidores que passam a trabalhar juntos, dividir os riscos da atividade agrícola, beneficiarem-se mutuamente pela produção e oferta de alimentos saudáveis, locais e carregados de sentidos.

CSA é a sigla em inglês para "Community Supported Agriculture" que traduzido para o português fica "Comunidade que Sustenta a Agricultura". A CSA nasceu nos Estados Unidos em 1986 com o objetivo de mudar a relação entre produtores e consumidores e torná-los mais ligados e articulados, onde os consumidores (HENDERSON e VAN EN, 2007).

A criação da CSA se constitui como uma das novidades geradas pelos agricultores familiares no Feirão Colonial durante a pandemia. Seus idealizadores narram que a ideia de uma CSA já era um objetivo discutido entre as famílias, mas que a pandemia trouxe novas motivações para sua concretização. Declaram ainda que a proximidade com os consumidores do Feirão Colonial e as relações de confiança tecidas entre estes ao longo do tempo, foram determinantes para a consolidação da experiência.

Em relação a iniciar a venda de novos produtos durante a pandemia, três entrevistados relataram ter iniciado a venda de novos produtos. A entrevistada Erva-Mate mencionou que

iniciou a venda de ovos com certificação, vale destacar que o processo para a certificação já vinha sendo desenvolvido há um tempo e a obtenção da aprovação se deu no início de 2021. Entretanto, dois entrevistados iniciaram a venda de novos produtos através da demanda que surgiu em função da realidade pandêmica.

O entrevistado Guabiju iniciou a venda de bolinhos e de hambúrgueres, pois perceberam que os consumidores estavam solicitando produtos prontos, estes alimentos eram buscados para um consumo mais imediato. Da mesma forma o entrevistado Grápia iniciou a venda de novos produtos, dentre alguns, ele destaca o kit feijoada que começou a ser confeccionado através da demanda do consumidor que buscava a praticidade dos alimentos já selecionados e proporcionados para um preparo mais rápido no dia-a-dia.

“O pessoal já procurava antes essas comidas mais prontas, mas com a pandemia parece que começaram a procurar ainda mais, daí a gente resolveu testar e começou a ter uma boa saída do o kit” (Grápia).

Com o afastamento de uma parcela dos clientes da feira e com a perda econômica ocasionada com essa diminuição, os feirantes precisaram se reinventar e criar alternativas para restabelecer sua clientela e suprir um nicho de mercado aberto que se instalava com o decorrer da pandemia. Muitos consumidores por medo de contaminações e/ou por buscar uma maior comodidade passaram a demandar alimentos entregues em casa. É neste momento que se abre um mercado para a pronta entrega de alimentos, surgindo diversos sites e aplicativos, movimento este batizado como “*delivery* da agricultura familiar”.

A população isolada buscava manter sua integridade física e receber tudo em casa, até o “ir à feira” se modificou e a feira começou a “ir até seu consumidor”. Todos os entrevistados já utilizam o *WhatsApp*³¹ para realizar vendas antes da pandemia, alguns apenas faziam reservas de produtos para clientes mais fiéis que retiravam suas encomendas nas feiras, tendo a comodidade de poder retirar suas compras mais tarde e sem correr o risco de ficar sem algum determinado produto que fosse vendido antes.

Com a pandemia estas estratégias permaneceram mantendo os clientes já estabelecidos, entretanto novas estratégias foram geradas, dessa forma, ampliando seu alcance a novos consumidores da própria Feira e a um novo público que vem a conhecer o Feirão Colonial e seus feirantes através das mídias digitais. Estas novidades em forma de novas

³¹Redes sociais como o *WhatsApp* nasceram com o objetivo de substituir o sistema SMS, permitindo o envio e recebimento de diversos arquivos multimídia: textos, fotos, vídeos, documentação, criação de grupos, envio de posição, além de chamadas de voz. É uma maneira rápida, fácil e confiável de se comunicar com qualquer pessoa no mundo. Além de ser gratuito e disponível para diversos celulares, mesmo em áreas com pouca conectividade, torna-o acessível e confiável onde quer que a pessoa esteja (WHATSAPP, 2021).

estratégias de divulgação e comercialização se ampliaram para outras mídias digitais (Figura 17) como *Facebook*³², *Instagram*³³, *E-commerces*³⁴ e sites de vendas. Três entrevistados relataram realizar divulgação e vendas através do *Facebook* e outros três mencionaram realizar divulgação e vendas através do *Instagram*, além disso, um feirante afirmou estar criando um site para vendas.

A geração de novas estratégias de comercialização criadas por agricultores a partir do Feirão evidencia-se quando é perguntado aos entrevistados sobre a utilização de mídias digitais para comercialização de seus produtos anteriormente à pandemia. Dois dos entrevistados afirmam que já utilizavam o *WhatsApp* para fazer vendas antes da pandemia e um já utilizava *WhatsApp* e *Facebook*. Porém cinco relatam que não utilizavam as plataformas antes da pandemia e aderiram a estas objetivando comercializar somente com a chegada da pandemia.

Figura 17 - As mídias digitais na comercialização



Fonte: A autora.

³² O Facebook é caracterizado como um aplicativo que conecta pessoas com seus amigos, familiares e comunidades de pessoas que compartilham seus interesses. Com algumas novidades após várias atualizações, tem sido usado como um aplicativo de vendas e ofertas de emprego, principalmente através do pessoal ou perfil da empresa e fazendo uso de recursos como *Marketplace* (FACEBOOK, 2021).

³³ O Instagram é um aplicativo de compartilhamento de fotos e vídeos, mas a cada ano tem se tornado uma vitrine para empreendedores divulgarem seu trabalho, por meio de perfis criados para a venda de produtos, muitas vezes conectando todas as redes sociais para atingir um número ainda maior de seguidores e futuros consumidores.

³⁴ *E-commerce* é a abreviatura em inglês de comércio eletrônico, ou qualquer transação comercial (compra e venda) realizada pela Internet por meio de um dispositivo eletrônico (Efiging e Mattos, 2021).

A utilização de novas plataformas de vendas com a chegada da pandemia foi uma forma de resiliência destes agricultores, onde com a queda nas vendas precisaram criar alternativas para vender e obter renda. De fato, os contatos já estabelecidos através de algumas mídias digitais possibilitaram que estes agricultores adentrassem em novas mídias e alcançassem novos consumidores.

Ocorre no Brasil uma expansão na comercialização digital de alimentos e produtos da agricultura familiar, porém ainda existem poucas evidências sistematizadas sobre a temática, essas pesquisas são mais numerosas quando se trata do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no agronegócio. Evidentemente este cenário está em profundas modificações e muitas pesquisas devem ser divulgadas nos meses que seguem.

Segundo Gazolla e Aquino (2021) essa nova forma de comercialização através de ferramentas digitais compõem uma nova modalidade de cadeia curta alimentar, e é considerada uma novidade comercial que é construída pelos próprios atores sociais presentes na iniciativa em conjunto com os agricultores familiares, destacam ainda que esta iniciativa foi acelerada em consequência da crise sanitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Crises podem surgir diariamente, porém a forma como enfrentamos as crises vai definir o êxito no processo de superá-la. A agricultura familiar enfrenta crises desde seus primórdios sempre resistindo e lutando para se manter “em pé”. A pandemia da COVID-19 desencadeou uma crise global atingindo diversos setores da sociedade e dentre eles a agricultura familiar. O setor de comercialização e distribuição de alimentos foi diretamente afetado, sendo necessário uma adaptação do agricultor na sua forma de divulgar e comercializar seus produtos.

Segundo Mascaro (2020), a pandemia vai além de explicações biológicas ou naturais. É uma crise social e histórica. Ela reafirma a fragilidade da relação entre o homem e a natureza. Mostra que o modelo atual de relações sociais se baseia na apreensão dos meios de produção por alguns e pela exclusão da maioria dos seres humanos de condições mínimas de sustento.

Não é possível considerar que uma pandemia seja “apenas” uma crise sanitária. É um episódio que afeta profundamente a vida, as atividades, os relacionamentos das pessoas, o modo de viver e o modo de agir com o outro.

A partir destas reflexões, a proposta que norteou esta dissertação consistiu em identificar novidades geradas pelos agricultores familiares do Feirão Colonial enquanto estratégia de resiliência durante a pandemia de Covid-19 como parte de uma crise planetária.

Com a chegada da pandemia a queda nas vendas foi de 30% e 60% entre o grupo pesquisado. Dessa forma, com as vendas presenciais diminuindo, os agricultores precisaram se reinventar e criar novas estratégias para vender. É assim que algumas redes sociais e dispositivos de mensagem que anteriormente a pandemia não eram muito exploradas para estes fins, começam a ser utilizados para a divulgação e comercialização de produtos, restabelecendo mesmo que minimamente a conexão entre produtores e consumidores, e também agregando novos consumidores.

As estratégias geradas pelos agricultores a fim de minimizar as perdas econômicas decorrentes da pandemia, se deram através da divulgação de seus produtos em mídias digitais como: *WhatsApp*, *Facebook*, *Instagram*, construção de sites e ainda divulgação de produtos e promoções em rádios locais. A geração destas estratégias apontam para um novo mercado de comercialização para agricultura familiar, este que já começava a aparecer anteriormente, teve maior impulso durante a pandemia.

As novidades geradas no contexto do Feirão Colonial apontam para algumas “forças” acionadas que podem ter sido facilitadoras para a construção de “coisas novas”, como o acesso à informação, formação, organização social e orientação técnica.

A trajetória do Projeto Esperança/Coesperança como articuladora de políticas públicas e atuante junto a diferentes movimentos sociais, desenvolveu o Feirão Colonial, como importante local de trocas de experiências, formação e capacitação dos sujeitos. A participação de várias instituições de ensino, pesquisa e extensão vêm possibilitando a formação de consciência e autonomia para as tomadas de decisões. As informações chegam até os grupos, são partilhadas, percebidas pelos sujeitos feirantes e consumidores, debatidas, às vezes refutadas e outras incorporadas nas diferentes práticas.

O resultado das interações entre os grupos que partilham do mesmo espaço, acabam por promover motivações para a geração de novidades. Estas chegam nos grupos e propagam-se a partir da partilha das oportunidades, mesmo que nem todos os feirantes as percebam com a mesma intensidade. Reconhece-se o tempo do “despertar para o novo”, de cada sujeito, seja pelas questões culturais ou geracionais.

No caso estudado o ambiente de cooperação pode estar fortalecendo a produção de novidades, mesmo que estas não sejam absorvidas pela maioria no tempo inicial. Estar em grupo ou coletivo coloca os sujeitos em contato com as novidades, porém, como parte do comportamento humano, cada um as percebe a partir de sua história, experiência e valores.

A projeção do Projeto Esperança/Coesperança, através da realização da FEICOOP também é um elemento a ser considerado como “força acionada” uma vez que em função de seu caráter internacional e compromissos com a Economia Solidária, a feira enfrentou desafios para sua continuidade durante a pandemia. As experiências das jornadas formativas e a Feira Virtual lançaram importantes sementes e desafios para a introdução dos agricultores no universo *E-commerce* a partir de comercializações acordadas via redes sociais, e divulgação de novidades nos produtos e serviços.

As ações de apoio técnico da UFSM e IFFAR durante a pandemia foram decisivas para as motivações dos agricultores. A FEICOOP Especial, Edição online impulsionou possibilidades de resiliência aos agricultores familiares, que dentro de um contexto de cooperação impulsionou novas possibilidades. As Instituições de Ensino presentes no Feirão Colonial, por meio de ações de extensão universitária, agregaram conhecimento a partir de espaços de formação, capacitação e orientações técnicas dialogadas e adaptadas às diferentes demandas, realidades e capacidades de realização.

Por fim, destaca-se que, o digital que já era uma tendência com a pandemia se tornou uma necessidade, essa demanda que já se apresentava anteriormente por parte dos consumidores acabou por se tornar um novo mercado para os agricultores. Destaca-se que este novo mercado criado tende a permanecer e ser ampliado pós pandemia, desde que ocorra uma capacitação digital por parte dos agricultores que assim irão dispor de maiores lucros com a vendas possibilitadas com essas novas ferramentas. Porém, é importante destacar que apesar da ampliação da internet no meio rural ainda é necessário uma ampla distribuição desta com qualidade para possibilitar acesso a dispositivos e mídias digitais mais complexas.

Sem pretensão de finalizar narrativas e observações de um fato novo, no presente tempo histórico, encerramos esta dissertação com a certeza de que muitas novidades serão geradas e incorporadas no caso estudado. O Feirão Colonial, a Agricultura Familiar e todas as organizações sociais pautadas pela cooperação e solidariedade constituem organismos vivos, mutantes e complexos em sua evolução. Desta forma observar, acompanhar, aprender e ensinar são desafios do nosso tempo, como escreveu o cantor e compositor Belchior “O novo sempre vem”.

REFERÊNCIAS

- ALBERTON, V. B. **Impactos da modernização agrícola para os agricultores familiares da mesorregião sudoeste do Paraná**. 2019. 92 p. Dissertação (Gestão e Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2019.
- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília, CDS/UnB, 2007, 18 p. Disponível em: <enfoc.org.br>. Acesso em: 23 ago. 2021.
- AMORIM, A. L.B. de; RIBEIRO JUNIOR, J. R. S.; & BANDONI, D. H. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID19. **Revista de Administração Pública**. v. 54, n. 4. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/3M5gJhkvYCFrvmJKZqZyCYQ/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 7 ago. 2020
- BACCARIN, J. G.; OLIVEIRA, J. A. de. Inflação de alimentos no Brasil em período da pandemia da Covid 19, continuidade e mudanças. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 28, n. 00, p. e021002, 2021. DOI: 10.20396/san.v28i00.8661127. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661127>. Acesso em: 20 set. 2021.
- BARCELOS, R. DA. S. **Análise das ações de economia solidária no município de Santa Maria-RS**. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Gestão Pública) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, São Sepé, 2012.
- BATISTA, V. I. C.; SILVA, SOUZA, P. C.; TEIXEIRA, D. B. D. Impacto da Pandemia COVID-19 na agricultura familiar: uma proposta de pesquisa. In: VI Fórum de Pesquisa e Extensão da Universidade de Marília. **Anais...** Volume II, Ciências Agrárias. Marília - SP, 2020.
- BÉNÉ, C. Resilience of local food systems and links to food security – A review of some important concepts in the context of COVID-19 and other shocks. **Food Security**. 12, 805–822. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12571-020-01076-1>
- BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, p. 45-68, 2015.
- BONATO, E. R.; BONATO, A. L. V. **A soja no Brasil: história e estatística**. Londrina: Embrapa CNPSo-Documents, 1987.
- BRASIL. **Lei nº 13.987, de 07 de abril de 2020**. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. 2020.[9]
- BRASIL. (2015). Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015. Estabelece, no âmbito da Administração Pública federal, o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais

e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília.

BRASIL. **Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 07 ago. 2021.

BRASIL. **Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006a**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 de setembro de 2006.

BRASIL. **Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União** 2009; 17 jun.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Economia Solidária**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2015. Disponível em: <Mato Grosso do Sul apresenta Plano Estadual de Economia Solidária — Português (Brasil) (www.gov.br)>. Acesso em: 25/10/2021.

BRASIL. Resolução nº 02, de 9 de abril de 2020. Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus -Covid- 19. **Diário Oficial**. 2020.

BRASIL; BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União**, p. 24-24, 2009.

BREITENBACH, R. Estratégias de enfrentamento dos efeitos da pandemia na agricultura familiar. **Desafio Online**, v. 9, n. 1, 2021.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. Introdução. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs.) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 17-27.

CHIARIELLO, C.; AZEVEDO FONSECA, S.; PEREIRA MORAIS, L. Enfoque político e institucional de la economía solidaria en América Latina y la experiencia del Senaes en Brasil (2004-2019). **Otra Economía**, 14(25), 76-95. 2021. Disponível em: <https://revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14925>

CONCEIÇÃO, A. F. da. **Internet pra quê? A Construção de Capacidades e as TICs no processo de Desenvolvimento Rural**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CORONA, H. M. P.; PEREIRA, A. A. Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional: a comunidade da península da Ilha do Cavernoso no município de Candói/PR. **Cronos**, Natal, v. 14, n. 02, p. 108-128, 2013.

DARNHOFER, I. Resilience and why it matters for farm management. **European Review of Agricultural Economics**, v. 41, n. 3, 2014, p. 461–484, <https://doi.org/10.1093/erae/jbu012>

DAUFENBACK, V. COELHO, D. E. P. BÓGUS, C. M. Sistemas Alimentares e violações ao Direito Humano à Alimentação Adequada: reflexões sobre a pandemia de covid-19 no Brasil. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 28, n. 00, p. e021005, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661745>. Acesso em: 8 nov. 2021.

DE ARAÚJO, A. L.; CANTERI, M. H. G; BITTENCOURT, J. V. M. Agricultura familiar e o impacto do Covid-19 aos Programas de Políticas Públicas-PNAE E PAA. In: OLIVEIRA, R. J. **Extensão rural: práticas e pesquisas para o fortalecimento da agricultura familiar – volume 2**. Guarujá: Editora Científica, 2021.

DE MATTOS, L. M. As consequências do golpe parlamentar nas políticas públicas voltadas à agricultura familiar brasileira. **RP3-Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, [S. I.], 2020

DE PAULA CARVALHO, K. As conexões entre o sistema alimentar dominante e a covid-19: desafios à Segurança Alimentar e Nutricional no tempo presente e após. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 28, p. e021011-e021011, 2021.

DE SOUZA, A. R.; JÚNIOR, F. A. A economia solidária como resposta à crise pandêmica e fator de outro tipo de desenvolvimento. **P2P E INOVAÇÃO**, v. 7, p. 8-25, 2020.

DEMOUSTIER, D. **Economia social e solidária: Um novo modo de empreendimento associativo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

DENGO, M. B. **Agricultura familiar e transições sociotécnicas: a produção de novidades nas agroindústrias familiares**. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2018.

DESLAURIERS J. P. **A Pesquisa Qualitativa**. Montreal: McGraw Hill, 1991.

DEVES, O. D. FILIPPI, E. E. Os sistemas agro-alimentares locais e as inter-relações com a economia ecológica. In: Encontro de Economia Gaúcha, 4., 2008, Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre: PUC, 2008.

DORIGON, C.; RENK, A. Técnicas e Métodos Tradicionais de Processamento de Produtos Coloniais: de “miudezas de colonos pobres” aos mercados de qualidade diferenciada. **Revista de Economia Agrícola**, v. 58, n. 1, p. 101-113, 2011.

DOS PRAZERES, P. J. A.; PRAZERES, K. L. Educação e Ética Ambiental e a Crise Ecológica na Busca do Paradigma de Sustentabilidade. Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania, **Anais...** n. 8, p. 880-899, 12 dez. 2020.

DOS SANTOS, A. D. G.; DA SILVA, D. V.; MACIEL, K. N. A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, v. 21, n. 1, p. 46-61, 2019.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de pesquisa**, p. 139-154, 2002.

DUTRA, A. de F. de F. de O.; DIAS, A. D. C.; ARAÚJO, D. G. de S.; SILVA, E. M. da. A importância da alimentação saudável e estado nutricional adequado frente a pandemia de COVID-19. **Braz. J. of Develop.** 6 (9), 66464 -66473. 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/16336/13361>. Acesso: 24 out.2021.

EFING, A. C; DE M, SOARES, N. O E-commerce e a Pandemia do Covid-19: A Problemática Envolvendo o Direito à Informação e a Hipervulnerabilidade dos Consumidores Celíacos em Aplicativos de Comida Delivery. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 8, n. AOP, p. 1-27, 2021.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2.ed., Guaíba: Agropecuária, 1999. 157 p.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2020: Transforming food systems for affordable healthy diets**. Rome: FAO, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/ca9692en>

FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.21, no.62. 2006.

FERREIRA, F. M.; LOMBARDI, L.; SEVERINO, M. R.; CARVALHO, C. R. R.; Campos, F. R. Políticas públicas de economia solidária: uma revisão da literatura. **Revista de Economia do Centro-Oeste**, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 49–69, 2019.

FERREIRA, M.; PEREIRA, M. S.; RODRIGUES, G. E.; DE MAGALHÃES, S, G.; CABRAL, P. F.; NESPOLO, R. C. Legislação e Documentos Técnicos Aplicados às Boas Práticas de Fabricação para Agroindústrias. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 9, n. 3, 14 fev. 2020.

FONSECA, F. S; PEREIRA, M. L; CHIARIELLO, C. L. As contribuições da Economia Solidária no contexto da Covid-19: o caso das hortas comunitárias em Araraquara (SP), Brasil. **Sobre México Temas De Economía**, 104-126. 2020.

FOSSÁ, J. L.; BADALOTTI, R. M. Feiras Livres da agricultura familiar: desafios e oportunidades no município de Chapecó-SC. In: International Conference on Agriculture and Food in an Urbanized Society, 3., 2018, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2018.

FREITAS, E. P.; FERREIRA BARBOSA, A.; MESSIAS DA SILVA SOARES, O. O Impacto da Pandemia sobre as Feiras Livres: Caso Corumbá-MS. **Espaço e Tempo Midiáticos**, v. 3, n. 2, p. 12, 24 dez. 2020.

FSIN. Food Security Information Network. 2020 **Global Report On Food Crises: Joint Analysis For Better Decisions**. 2020. Disponível em: https://www.fsinplatform.org/sites/default/files/resources/files/GRFC_2020_ONLINE_200420_FINAL.pdf . Acesso em: 22 jul. 2021.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. 2017. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>>. Acesso em: 28 de abr. de 2021.

FUTEMMA, Celia et al. A pandemia da Covid-19 e os pequenos produtores rurais: superar ou sucumbir?. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas** [online]. v. 16, n. 1. 2021.

GAZOLLA, M. Atores sociais e novidades na agroindústria familiar rural: avançando no debate sobre os seus mercados. In: III Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, **Anais...** PGDR, Porto Alegre, 2011.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Conhecimentos, Produção de novidades e transições sociotécnicas nas agroindústrias familiares. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 17, n. 2, p. 179-194, 2015.

GAZOLLA, M; AQUINO, J. R. Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercialização em tempos de Covid-19. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 427-460, jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n2-8>.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil, UAB/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS; 2009

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6a. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GINSBERG, M. **Psicologia da sociedade**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1966

GORBALENYA, A. E. et al. The species Severe acute respiratory syndrome-related coronavirus: classifying 2019-nCoV and naming it SARS-CoV-2. **Nature Microbiology**, 5,n.4, p. 536-544, 2020.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo mundo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 2000. 151 p. Série Pesquisas.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. 239 p.

GRAZIANO DA SILVA, J. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social?. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.25, n.11, nov. 1995.

GRAZIANO NETO, F. **Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Agricultura Moderna**, São Paulo: Brasiliense, 1985.

GRISA, C. SCHNEIDER, S. (Orgs.) **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.

GUIMARÃES, G. M; MIRANDA, F. Feiras de Comercialização Direta no Contexto da Economia Solidária: Desafios do Feirão Colonial de Santa Maria- RS, na Validação Social dos Produtos da Agroindústria Familiar. In: Anais do 58º Congresso da Sociedade Brasileira

de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 26 a 28 de outubro de 2020, Foz do Iguaçu-PR: Cooperativismo, inovação e sustentabilidade para o desenvolvimento rural. **Anais...** Foz do Iguaçu(PR) UNIOESTE, 2020.

HENDERSON, E.; VAN EN, R. **Sharing the Harvest: A Citizen's Guide to Community Supported Agriculture**. Chelsea Green Publishing, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Resultados definitivos. Rio de Janeiro: Ministério da Economia/IBGE, 2019a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

IBGE. **Desemprego** [Internet]. [acesso em 2020 Abr 12]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>, 2020.

KIYOTA, N., GAZOLLA, M., DA COSTA FERREIRA, N., PELEGRINI, G., PERONDI, M., CADONÁ, L., y LEONARDI DE AGUIAR, A. A agroindústria familiar e a produção de novidades no desenvolvimento rural: uma análise comparativa entre sul e nordeste do Brasil. In: SCHNEIDER, S.; MENEZES, M.; GOMES DA SILVA, A.; BEZERRA, I. **Sementes e Brotos da Transição: Inovação, Poder e Desenvolvimento em Áreas Rurais do Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, pp. 71-90, 2014.

LANDAU, E. C.; CRUZ, R. K. da; HIRSCH, A.; PIMENTA, F. M.; GUIMARAES, D. P. **Varição geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil**. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2012.

LAURENT C. Activité Agricole, Multifonctionnalité et Pluriactivité. **In Pour**, dec. 1999, n° 64, p 41, 1999.

LEFF, E. **Discursos Sustentáveis**. Trad. Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Ed. Cortez, 2010

LIMA, J. G DE; POZO, O. V. C; FREITAS, R. R. DE; MAURI, G. DE N. Startups no agronegócio brasileiro: uma revisão sobre as potencialidades do setor. **Brazilian Journal of Production Engineering-BJPE**, p. 107-121, 2017.

MALUF, R. S. J. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.176 p

MANSOR DE MATTOS, L. As Consequências do golpe parlamentar nas políticas públicas voltadas à agricultura familiar brasileira. **RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/34175>. Acesso em: 17 mar. 2022.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983

MASCARO, A. L. **Crise e pandemia**. 1. ed. São Paulo: Boitempo. v. 1. 31p. 2020.

MATTEI, L. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. **OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 293- 307, 2018.

- MATTEI, L. **Impactos do PRONAF: análise de indicadores**. Brasília (DF): MDA/NEAD, 2005.
- MEDEIROS, F. S. B., DENARDIN, E. S., MURINI, L.T., DILL, L. M. S. A economia solidária na estratégia do desenvolvimento sustentável: Um estudo na 18ª FEICOOP e 7ª Feira do Mercosul de Santa Maria-RS. **Capital Científico**, v. 11, n. 1, 2013.
- MEDEIROS, L. S. de. Agricultura familiar no Brasil: aspectos da formação de uma categoria política. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G. (Org.). **Las agriculturas familiares del Mercosur**: trayectorias, amenazas y desafíos. Buenos Aires: Ciccus, 2010. v. 1, p. 131-152.
- MELLO, M. A. de; SCHNEIDER, S. A produção de “novidades” como alternativa à crise pelos agricultores do oeste de Santa Catarina. **Desafio Online**, v. 1, n. 3, p. 1-18, set./dez. 2013. Obtido em: <www.desafioonline.com.br> Acesso em: 12 set. 2021.
- MELUCCI, A. **Por uma Sociologia Reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005
- MENDANHA, José Francisco. Economia solidária e agricultura familiar. **Revista Científica do Itpac**, v. 3, n. 3, 2010.
- MINAYO, DE. S.; COSTA, M. C. António Pedro. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, v. 40, n. 40, 2018.
- MINAYO, M. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.
- NASCIMENTO, W. M.; CARVALHO, H. M. G.; SIQUEIRA, K. B. **Consumo de hortaliças na pandemia**. Embrapa Gado de Leite-Artigo de divulgação na mídia (INFOTECA-E), 2020.
- NEPOMOCENO, T. A. R. Efeitos da Pandemia de Covid-19 para a Agricultura Familiar, Meio Ambiente e Economia no Brasil. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 7, n. 21, p. 86-96, 2021.
- NIEDERLE, P. A. Políticas de valor nos mercados alimentares: movimentos sociais econômicos e a reconstrução das trajetórias sociais dos alimentos agroecológicos. **Século XXI – Revista de Ciências Sociais**, v. 4, n.1, p. 162-189, jan./jun. 2014.
- NIEDERLE, P. A., ALMEIDA, L., VEZZANI, F. M. **Agroecologia**: Práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba, Kairós. 2013.
- OLIVEIRA, D. GAZOLLA, M. SCHNEIDER, S. Produzindo novidades na agricultura familiar: agregação de valor e agroecologia para o desenvolvimento rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 28, p. 17-49, 2011.
- OLIVEIRA, D. GRISA, C. NIEDERLE, P. Inovações e novidades na construção de mercados para a agricultura familiar: os casos da Rede Ecovida de Agroecologia e da RedeCoop. **Redes** (Santa Cruz do Sul, Online), Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 1, jan. 2020. ISSN 1982-6745. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v25i1.14248>.

OLIVEIRA, S. S.; ZANINI, M. C. C. O Feirão Colonial como Importante Alternativa a Pequenos Produtores Rurais da Região Central do Estado do Rio Grande do Sul. In: OLIVEIRA, S. S. de; DUTRA, M. R. Py; ZANINI, M. C. C. (Org.). **Somos todas mulheres iguais! Estudos antropológicos sobre feira, gênero e campesinato**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2015, p. 108-118.

OLIVEIRA, T. C. S.; ADDOR, F.; MAIA, L. As incubadoras tecnológicas de economia solidária como espaço de desenvolvimento de tecnologias e inovações sociais. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 14, n. 32, p. 38-59, 2018. Disponível em: <<https://revistas.utfpr.edu.br/rts/article/view/7855>> Acesso em: 31 set. 2021.

OOSTINDIE, H.; BROEKHUIZEN, R. van. The dynamics of novelty production. In: PLOEG, J.D. van der., MARDSEN, T. **Unfolding Webs: the dynamics regional rural development**. Wageningen: ETUDE, 2008. Disponível em: . Acesso em: 4 mar. 2009.

PEREIRA, L. I. COCA, E. L. F. ORIGUÉLA, C. F. O “passar a boiada” na questão agrária brasileira em tempos de pandemia. **Revista NERA**, v. 24, n. 56, p. 08-23, jan.-abr., 2021. DOI: 10.47946/rnera.v0i56.8314.

PICOLOTTO, V. L.; GUIMARÃES, G. M. Agricultura Familiar e Produção de Novidades: Estratégias de Comercialização dos Produtores do Feirão Colonial em Tempos de Covid-19. Jornada Acadêmica Integrada - JAI, 35, 2020, Santa Maria. **Anais... JAI**, 35, 2020.

PINHEIRO, A. R. O. **Análise histórica do processo de formulação da política nacional de segurança alimentar (2003-2006)**. 2009. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PLOEG, J. D. V. et al. Onregimes, novelties, nichesandco-production. In: PLOEG, J. D. V. ; WISKERKE, J. S. C. (Ed). **Seed of transition: es sayson novelty production, niches and regimes in agriculture**. Assen: Van Gorcum, p. 1-29, 2004.

PLOEG, J. D. V. **The New Peasantries**. Struggles For Anatomy and Sustainability in na era of Empire and Globalization. London: Earthscan, 2008.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

POZZEBON, L.; RAMBO, A.; GAZOLLA, M. As Cadeias Curtas das Feiras Coloniais e Agroecológicas: Autoconsumo e Segurança Alimentar e Nutricional. **Desenvolvimento Em Questão**, Ijuí, v. 16, n.42, p. 405-441, 2017.

RECUERO, R. **Redes Sociais na Internet**. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2014. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - Rede

PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede PENSSAN, 2021.

RIFFEL, C. M.; VELA, H.; SOUZA, M. S. de; SOUZA, R. M. de; VALDÉS, J. J. G. Possibilidades e Alternativas à cultura do fumo. **Extensão Rural**, [S. l.], n. 5, p. 89–100, 1998.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 55.128, de 19 de março de 2020. Declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, v. 20, 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Portaria SEAPDR Nº 93 de 13 de abril de 2020. Autorização do comércio intermunicipal de produtos de origem animal provenientes de agroindústrias adequadamente registradas nos Serviços de Inspeção Municipais - SIM. **Diário Oficial**. Rio Grande do Sul, RS, 13 abr. 2020.

RODRIGUES, S. N. R.; COSTA, B. L.; PRIORE, S. E. Economia solidária, agricultura familiar e agroecologia. **Otra Economía**, v. 14, n. 26, p. 49-61, 2021

ROGERS, E. M. **The Diffusion of Innovation**. 4 ed. New York: The Free Press, 1995

SAUER, S. LEITE, A. Z. TUBINO, N. L. G. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 285-318, 2020.

SAUTU, R. BONIOLO, P. DALLE, P. ELBERT, R. **Manual de Metodología**. Construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2005.

SCHIRMER, G.J. 2015 **Zoneamento Geoambiental da Quarta Colônia – Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Geografia). 2015. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2015.

SCHIMITT, C. J.; TYGEL, D. Agroecologia e Economia Solidária: trajetórias, confluências e desafios. In: Petersen, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, p. 105-127, 2009.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A.; LEONARDI, A.; MARINHO, M. de M. Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Estudos Avançados**. 34(100), 167–188, 2020

SCHNEIDER, S. Agricultura Familiar e Mercados. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.) **Construção de Mercados e Agricultura Familiar: Desafios para o Desenvolvimento Rural**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2016. 416p.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S., SILVA, M. K. e MARQUES, P. E. M. (Orgs.) **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2004. p. 21-49.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. **Cadernos do CEAM**, Brasília, v. 5, n. 17, p. 23-42, 2005.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SEAPDR. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. **Portaria da Agricultura permite a comercialização de produtos da agroindústria familiar em todo o Estado**. Porto Alegre, RS. Recuperado em 18 de março de 2020 de <https://www.agricultura.rs.gov.br/portaria-da-agricultura-permite-comercializacao-de-lprodutos-da-agroindustria-familiar-em-todo-o-estado>.

SIGETTE, E. R. et al. A situação do trabalho e vida das mulheres da Economia Solidária durante a pandemia da COVID-19. In: SIGETTE, E. R.; ESTEVEZ, A. L. M.; DIAS, R. M. (Org.). **Experiências e lutas por direitos no Sul Fluminense**. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2021.

SILVA, K. R. da. **A implementação da Chamada Pública de Ater Agroecológica no Vale do Ribeira (PR): desafios e viabilidade**. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2017.

SILVA, S. P. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, discontinuidades e consolidação**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2014

SILVA, S. P. et al. Extensão Universitária, economia solidária e geração de oportunidades no contexto da covid-19: uma visão a partir de três experiências concretas no território brasileiro. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**, IPEA. n. 69, jul. 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10189/1/bmt_69_ExtUniv.pdf> Acesso em: 01 set. 2021.

SILVA, J. G. da. O Brasil e o Mapa da Fome. **Jornal do Brasil**, 2018. Disponível em: <<https://www.jb.com.br/pais/artigo/2018/09/3191-o-brasil-e-o-mapa-da-fome.html>>. Acesso em: 20 set de 2021.

SILVEIRA, P. GUIVANT, J. S. Os Processados Orgânicos Na Comensalidade Contemporânea. In: RIAL, C. S.; Silva, S. R. da; SOUZA, A. M. (Orgs.). **Consumo e cultura material**. 1 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

SINGER, P. (2008). Economia Solidária: Entrevista. **Revista Estudos Avançados**, v.22, n.62, 2008.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**. v. 18, n. 21, 2004, p. 7-22.

SOARES, F. R.; MONTEIRO, P. R. R. Marketing digital e marketing de relacionamento: interação e engajamento como determinantes do crescimento de páginas do Facebook. **NAVUS-Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 5, n. 3, p. 42-59, 2015.

SOUZA, A. R. de. Entre a Assistência e a Autogestão: A Economia Popular Solidária na Cáritas. **Revista Nures**, n. 5, jan./abr. 2007.

SOUZA, A. R. **Igreja, política e economia solidária: dilemas entre a caridade, a autogestão e a teocracia**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SPECHT, S. et al. É dia de fazer feira na Universidade: análise do perfil do consumidor da Polifeira. **Redes (Santa Cruz do Sul. Online)**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 183-197, set. 2019. Disponível em: <É dia de fazer feira na Universidade: análise do perfil do consumidor da Polifeira | Redes (St. Cruz do Sul Online) (unisc.br)>. Acesso em: 29 set. 2021.

SPERANDIO, N. MORAIS, D. de C. Alimentação escolar no contexto de pandemia: a ressignificação e o protagonismo do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 28, n. 00, p. e021006, 2021. DOI: 10.20396/san.v28i00.8661396.

SULZBACHER, A. W. **Entre a Arte e a técnica**: o dilema social nas agroindústrias familiares rurais no município de Constantina/RS. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2009.

TEIXEIRA, J C. Modernização da agricultura no Brasil: Impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, 2005; 2(2):21-42.

THOMPSON, Robert L.; SCHUH, G. Edward. Política comercial e exportação; o caso do milho no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 8, n. 3, 1978.

TOALDO, M. M.; RODRIGUES, A. I. Interação e engajamento entre marcas e consumidores/usuários no Facebook. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (38.: 2015 set.: Rio de Janeiro, RJ). **Anais...** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Intercom, 2015. 2015.

TROIAN, A.; KLEIN, A. L.; DALCIN, D. Novidades e inovações na agricultura familiar: debates e discussões na produção de tecnologias. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2011.

VAN DER PLOEG, J.D.; BOUMA, J.; RIP, A.; RIJKENBERG, F.H.J.; VENTURA, F.; WISKERKE, J.S.C. On Regimes, Novelty and Co-Production. In: VAN DER PLOEG, J.D.; WISKERKE, J.S.C. (Ed). **Seeds of Transition: Essays on Novelty Production, Niches and Regimes in Agriculture**. Royal Van Gorcum: Assen, The Netherlands, 2004; pp. 1–30.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11, n. 2, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. A valorização da Agricultura Familiar e Reinvidicação da Ruralidade no Brasil. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, vol. 2, Curitiba, 2000.

WESZ JR, V. J. **As políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar**: análise e avaliação da experiência brasileira. Dissertação de Mestrado (Ciências Sociais), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2009.

WESZ JUNIOR, V. J. O PRONAF Pós-2014: Intensificando a sua seletividade?. **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, p. 89-113, 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.

ZANINI, E. de O. .; FARIÑA , L. de O. Impact of the Pandemic on the Activities of Family Farmers at the Municipal Fair in Cascavel – Paraná, Brazil. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 9, p. e29310918074, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i9.18074. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/18074>. Acesso em: 21 sep. 2021.

ZAVATIN, D. A.; CABRAL, A.; FRAZAO, A.; ANTAR, G. M.; FRANCISCO, J. N. C.; ALMEIDA, R. P. B. P.; LIRIO, E. J. Princípios de sistemática, taxonomia e nomenclatura de plantas vasculares. In: MONTEIRO, S. S; LIRIO, E. J.; LOPES, A.S.; AMARAL, F.P.M.; ESPOSITO, M.P.; FURLAN, C.M. (Org.). **Princípios de sistemática, taxonomia e nomenclatura de plantas vasculares**. 1ed. São Paulo: Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, Departamento de Botânica, 2021, v. 1, p. 64-81.

ZAZULA, M. B., CARVALHO, M. L., TREVIZAN, L., PEREIRA, C. G. D. R. F., dos SANTOS, F. O., & BORGES, R. C. Tecnologia, Economia Solidária e o Contexto da Pandemia Covid-19: Reflexões a partir de uma Formação para Trabalhadores/as de Empreendimentos Econômicos Solidários da Rede Mandala. In: Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária, 3. 2021. Online. **Anais...** disponível em: <https://abpes.org/anais-iii-conpes/>

ZUCHIWSCHI, E.; FANTINI, A.C.; ALVES, A.C.; PERONI, N. Limitações ao uso de espécies florestais nativas pode contribuir com a erosão do conhecimento ecológico tradicional e local de agricultores familiares. **Acta Botanica Brasilica**, v.24, n.1, p.270-282, 2010.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO DOS ENTREVISTADOS (AS) E ESCLARECIMENTOS DA PESQUISA

Solicito a autorização para utilizar os dados coletados através desta entrevista. Os mesmos serão utilizados para a elaboração de minha Dissertação que realizo na Universidade Federal de Santa Maria, no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural.

A sua participação nesta pesquisa tem como objetivo fornecer respostas aos questionamentos que serão realizados, sobre “As novidades geradas por agricultores familiares inseridos na Economia Solidária em meio a Pandemia de Covid-19”.

A identidade do (a) participante não será de nenhum modo divulgada. Este documento servirá somente para identificação do pesquisador.

Santa Maria, 19 de junho de 2021

Participante

Pesquisador

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO

Perfil socioeconômico

Nome: _____

Idade: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Cidade: _____

- 1) Escolaridade: () Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Fundamental Completo () Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio Completo () Ensino Superior Incompleto () Ensino Superior Completo () Pós Graduação () Ensino Técnico
- 2) Quantas pessoas trabalham na propriedade? Contratam mão de obra?
- 3) Qual o tamanho da propriedade?
- 4) Tem acesso à Internet na propriedade?
- 5) Se sim, qual a qualidade da Internet?
() Via Fibra Ótica () Via rádio () Via Banda larga () Celular
- 6) Qual dispositivo utiliza para acessar a internet?
() Computador () Notebook () Tablet () Celular

Produção e comercialização

- 7) Quais são os principais produtos produzidos na propriedade?
- 8) Qual a forma de produção é realizada na propriedade?
() Orgânica () Agroecológica () Convencional () Em transição
- 9) Onde realiza a comercialização dos produtos?
- 10) Quantos dias por semana realiza as vendas?
- 11) A renda da família vem toda da comercialização de produtos nas feiras? Se não, quais outras atividades realizam?
- 12) Qual a renda mensal da família?
- 13) Realiza vendas através da internet?

Se sim, em quais plataformas?

() WhatsApp () Facebook () Instagram () Sites de vendas () Aplicativo () CSA () Outros:

Pandemia

- 14) Já utilizava estas plataformas para comercializar alimentos antes da pandemia?
- 15) Houve redução nas vendas durante a pandemia? Quanto?
- 16) Iniciou a venda de algum produto novo durante a pandemia?
- 17) Se inseriu em algum grupo de comercialização durante a pandemia?
- 18) Obteve apoio (financeiro, assistência técnica, auxílio emergencial) durante a pandemia?
 Governamental: Qual instância?
 EMATER Organização social Universidade
- 19) Precisou fazer algo diferente para manter as vendas durante a pandemia? (Forma de comercializar, divulgação dos produtos e entregas de casa em casa).
- 20) Quais foram os principais problemas enfrentados pela família durante a pandemia? Como conseguiram solucionar esses problemas?
- 21) Sentiu alguma dificuldade para produzir durante a pandemia?
- 22) Sentiu alguma dificuldade para obter insumos utilizados na propriedade durante a pandemia?
- 23) Sentiu alguma dificuldade na comercialização dos produtos durante a pandemia?